# JORNAL NOROESTE

"Deus seja louvado"

Ano 29 - Edição 1507

www.jornalnoroeste.com | Edição Regional

Terça-feira, 20 de Junho de 2023

contato@jornalnoroeste.com

## Chegada do frio aquece as vendas e impulsiona o comércio local

Baixas temperaturas estimulam consumidores a aquecerem-se com compras em Nova Esperança, gerando um aumento significativo nas vendas.



A chegada do frio trouxe consigo uma brisa de esperança para o comércio local. Os estabelecimentos estão prontos para receber os consumidores em busca de produtos que ajudem a enfrentar as baixas temperaturas e proporcionem conforto e bem-estar.



"A queda nas temperaturas tem um impacto significativo no comércio, especialmente em determinados setores. O comércio de Nova Esperança tem uma gama de variedades com ótimos preços", explicou a Presidente da Associação Comercial e Empresarial, Leonilda Benália.

Conferência de Políticas Públicas

sobre Drogas ocorre em 30 de

junho; inscrições estão abertas

Animais de

estimação podem

contrair Febre

Maculosa

O carrapato-estrela é o principal

vetor da doença no Brasil, mas o carrapato-marrom do cão também

pode transmitir a enfermidade para

os pets e, consequentemente, para os

humanos; médico-veterinário alerta

a necessidade de reforçar as medidas

preventivas

Com a queda das temperaturas, Nova Esperança está vivenciando um aumento significativo nas vendas e uma movimentação intensa no comércio local. A população, em busca de se aquecer e se pre-

parar para as baixas temperaturas, tem encontrado no comércio uma forma de adquirir produtos essenciais e desfrutar de momentos agradáveis.

Página 10

Foto: Arquivo/PMM

## Fazenda informa que dois prêmios de R\$ 10 mil do Nota Paraná poderão expirar em julho

Valores referentes a dois bilhetes sorteados em 2022 irão expirar no dia 10 de julho, caso os ganhadores não façam o resgate. Os contemplados são dos municípios de Londrina, no Norte, e Douradina, no Noroeste do Estado.

Foto: SEFA-PR PÁG. 3

### **POLICIAL**

MPPR denuncia por homicídio qualificado dois homens que praticaram "racha" de veículos que causou a morte de uma pessoa e feriu outra em Ponta Grossa

PÁG. 9

#### **EM FOCO**

**SOS Escolas: o grito silencioso** da violência que assombra educadores e estudantes

PÁG. 2

#### **ESPACO JURÍDICO - MINUTO FAMÍLIA**

Meu ex marido não cumpriu o acordo verbal de pensão alimentícia. Posso exigi-lo na justiça?

PÁG. 2

### **TRAVESSIAS**

O público, uma questão de tato

PÁG. 2

### **HABLA MESMO, PSI**

Frio é psicológico?

PÁG. 2

#### TRABALHO EM FOCO

Dia 20 de Junho: Dia do Advogado Trabalhista

PÁG. 16

#### Quarta-feira, Máx. 24°

Quinta-feira, 22/06/2023

Máx. 24° Mín. 16°

Foto: Prefeitura de Jundiaí

PÁG. 3

**PREVISÃO** NOVA ESPERANÇA-PR

Terça-feira, 20/06/2023

Céu Claro

Máx. 22° Mín. 10°



21/06/2023

Céu Claro

Mín. 13°



Terça-feira, 20 de Junho de 2023



### SOS Escolas: o grito silencioso da violência que assombra educadores e estudantes

A violência nas escolas tem se tornado uma preocupação cada vez mais urgente em nossa sociedade. Temos testemunhados tragédias terríveis, com a perda de vidas jovens e inocentes nas mãos de atiradores. Esses eventos traumatizantes não apenas afetam as vítimas e suas famílias, mas também abalam a confiança na seguranca das escolas.

Na segunda-feira (19) ocorreu o mais recente episódio de violência, desta vez no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé, Norte do Estado.

Um ex-aluno entrou armado naquela instituição de ensino, alegando que solicitaria o seu histórico escolar. Segundo as informações iniciais, ele disparou contra duas pessoas. Uma aluna de 16 anos morreu no local e outro aluno, também baleado, acabou indo a óbito, após ser socorrido e levado ao Hospital Universitário de Londrina.

É hora de abordar essa questão com seriedade, promovendo medidas eficazes para proteger nossos alunos e criar um ambiente

A presença de atiradores nas escolas é um fenômeno perturbador que não pode ser ignorado. Esses atos de violência causam dor e sofrimento indescritíveis. No entanto, é importante entender que a violência nas escolas vai além dos atiradores. O bullying, a violência física e psicológica, a intimidação e a discriminação são problemas enraizados em muitas instituições de ensino. Esses desafios complexos requerem abordagens multifacetadas para garantir a segurança e o bem-estar de nossos alunos.

A prevenção desempenha um papel fundamental na mitigação da violência nas escolas. É imperativo que se invistam em programas de conscientização e educação sobre resolução de conflitos, empatia, aceitação e respeito mútuo. Os educadores devem ser treinados para identificar sinais precoces de comportamento problemático e oferecer o apoio necessário aos alunos em risco. Além disso, é crucial envolver pais, comunidades e até mesmo autoridades locais para promover a cultura da paz e da segurança nas escolas.

Não podemos ignorar a necessidade de medidas concretas para reforçar a segurança física nas escolas. Instalação de sistemas de segurança, como câmeras de vigilância, controle de acesso e alarmes de emergência, podem ajudar a deter ou impedir a entrada de atiradores. Além disso, a contratação de profissionais de segurança qualificados pode fornecer uma presença adicional e responder prontamente a situações de emergência.

#### Apoio emocional

É fundamental fornecer apoio emocional aos alunos, criando um ambiente inclusivo e acolhedor. Investir em serviços de aconselhamento e oferecer recursos adequados para lidar com problemas emocionais pode ajudar a identificar e abordar potenciais comportamentos violentos antes que se tornem uma ameaça real. Também é importante incentivar a participação de alunos e educadores em programas de promoção da saúde mental, visando reduzir o estresse e ansiedade que muitas vezes estão relacionados

A violência nas escolas é um problema complexo e angustiante que exige uma abordagem abrangente. A proteção dos alunos e a prevenção de atos de violência devem ser prioridades. Ao investirmos em programas de conscientização, fortalecimento da segurança física e apoio emocional, estaremos dando passos importantes para criar um ambiente escolar seguro e saudável.

É crucial lembrar que a responsabilidade de combater a violência nas escolas não recai apenas sobre os educadores e administradores. Todos nós, como membros da sociedade, devemos desempenhar nosso papel. Os pais devem estar envolvidos ativamente na vida escolar de seus filhos, observando quaisquer sinais de dificuldades ou mudanças comportamentais. Os alunos também devem ser incentivados a denunciar qualquer forma de violência ou bullying que presenciarem.

Além disso, é fundamental que nossos legisladores e governantes priorizem a segurança escolar. Investimentos em recursos, treinamento e infraestrutura são necessários para garantir que as escolas tenham os meios adequados para lidar com situações de emergência e promover um ambiente seguro.

A violência nas escolas não pode ser ignorada nem tratada como um problema isolado. Ela reflete questões mais amplas em nossa sociedade, como o acesso a armas de fogo, a falta de apoio emocional adequado e a desigualdade social. Devemos buscar soluções abrangentes, que abordem essas questões de forma integrada.

À medida que avançamos, precisamos acreditar na mudança e no poder transformador da educação. A escola deve ser um local onde os alunos se sintam protegidos, respeitados e incentivados a aprender e crescer. Juntos, podemos superar a violência nas escolas e construir um futuro melhor para as próximas gerações.

Não podemos mais adiar ações concretas. Cada vida perdida é uma tragédia que poderia ter sido evitada. É hora de nos unirmos como comunidade e enfrentar essa questão com determinação e empatia. Nossos alunos merecem um ambiente seguro e acolhedor, onde possam florescer e alcançar seu potencial máximo. A hora de agir é agora!

"A violência, seja qual for a maneira como ela se manifesta, é sempre uma derrota". Jean-Paul Sartre (1905-1980)

> Alex Fernandes França é Administrador de Empresas, Teólogo, Historiador e Mestrando em Ensino pelo PPIFOR - UNESPAR



## Espaço Jurídico minuto família

Dr<sup>a</sup>. Luana Vasconcelos Herradon

### Meu ex marido não cumpriu o acordo verbal de pensão alimentícia. Posso exigi-lo na justiça?

Ainda que para alguns genitores funcione muito bem o acordo verbal, para outros, o acordo traz muitas dores de cabeça.

Por se tratar de acordo verbal, geralmente, com o passar dos meses alguns problemas começam a acontecer como, atraso no pagamento da verba alimentar ou o pagamento do valor é menor do que o acordado inicialmente.

E no caso de descumprimento do acordo verbal, não há como exigir o pagamento das verbas de natureza alimentar atrasadas.

Portanto, se você quer garantia quanto ao pagamento de pensão alimentícia, o correto é realizar um acordo por escrito ou ajuizar uma ação de alimentos.

O acordo verbal não tem validade jurídica, sendo uma forma utilizada pelos genitores para evitar discussões ou ajuizamento de ação, logo, só tem valor entre os pais, pois não gera efeitos legais e como consequência não garante o cumprimento da obrigação

Dessa forma, não é interessante optar pelo acordo verbal, faça na forma escrita, se esse não for aceito por algum dos genitores, faça na

forma de processo diante a justiça, para maior segurança da criança. Por fim, se restou dúvidas sobre o caso, busque sempre auxílio de um advogado de sua confiança para que ele te oriente da melhor for-

> Dra. Luana Vasconcelos Herradon é Advogada, OAB/PR 88.997

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



## O público, uma questão de tato

Todo professor, todo político ou todo líder religioso não pode falar em abstrato, sem pensar ou sem saber a quem se dirige. Se não houver cuidado com o público, a fala é prejudicada e corre o risco de se passar por loucura.

Quando iniciei o curso de História, logo nas primeiras semanas de aula, minha turma foi apresentada a um texto em espanhol sobre um grupo de historiadores marxistas britânicos. O fato é que havia a possibilidade de apresentar um texto em português, mas o professor decidiu pelo outro idioma sob o argumento de que História "é um curso que exige erudição e conhecimento de outras línguas". O resultado? Oito alunos desistiram do curso ainda no primeiro bimestre, tendo como principal justificativa aquela escolha bibliográfica.

Mesmo para mim, que já tinha feito aulas de espanhol, aquele livro não pareceu de bom tom, uma vez que havia o mesmo conteúdo em português. Além disso, a minha turma era composta, em sua maioria, por pessoas que trabalhavam o dia todo e que só à noite tinham tempo para estudar. Hoje, com anos de experiência no magistério, eu penso: por que gastar uma energia física e mental desnecessária dos alunos? A menos que seja imprescindível, e a título de aprofundamento, eu indico livros em outros idiomas, do contrário, não encontro justificativas.

Outra história que posso dar como exemplo, que é idêntica à primeira, até porque foi fruto do mesmo professor, é a que se segue. O referido professor disse que organizaria um curso sobre História e Cinema na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Animado, me inscrevi e fui à cidade "vizinha" (a 70 quilômetros da minha). O primeiro encontro foi ministrado pelo meu professor, que, para o meu desgosto, exibiu cerca de trinta trechos de filmes e de desenhos em inglês, sem legendas. Voltei para casa sem ter aprendido nada, ou, com uma história marcante acerca da importância de se ter tato com o público.

Quando estou em sala de aula, eu procuro olhar nos olhos dos meus alunos e, sempre que possível, procuro conversar com eles, saber de onde vêm, o que fazem e quem são seus pais. Eu digo aos meus alunos que respeito de sala se conquista, também, fora de sala. Esse simples modo de proceder, que para mim é basilar, me ajuda a corrigir meus caminhos metodológicos, que se pautam na rigorosidade científica, mas que não prescindem do conhecimento do meu público. O professor abstrato, quando muito, produz conhecimento pelo conhecimento.

> Felipe Figueira é doutor em Educação e pós-doutor em História. Professor de História e Pedagogia no Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Paranavaí.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste



## Frio é psicológico?

Nesta semana adentramos de verdade no friozinho paranaense do meio do ano e com ele, nos deparamos com a frase popular muito conhecida, que você já deve ter ouvido ou falado quando esquece aquela blusa a mais que devia ter posto e achou que não precisava: "frio é psicológico". Mas afinal, psi: é?

Para responder, seria interessante contextualizar o que "psicológico" advindo do grego psique significa alma. Ou seja, ao tratarmos o frio como psicológico, dizemos que ele vem da alma e não do corpo. Outra informação interessante é a de que, para a ciência, o frio aparece como reação do corpo às temperaturas baixas, dessa forma, essa sensação se dá como proteção do organismo que busca um equilíbrio térmico. A cultura e o gosto pessoal também podem influenciar no frio. Pessoas que nascem no Sul tendem a ser mais resistentes ao frio em comparação às que vivem no Nordeste, já que são menos acostumadas com baixas temperaturas, assim como as que gostam mais do inverno que do verão, podem se adaptar melhor.

Com esses três conhecimentos explícitos, entendemos que pela ciência e semântica, o frio não é psicológico, entretanto, pela visão cultural e gosto pessoal, o frio pode sim ser psicológico. E agora? Façamos uma experiência: ao sair do banho em um dia bem frio, cante uma música ou preste atenção em uma música, mudando o foco sensorial do corpo. Provavelmente você lidará melhor com o frio que está sentindo pois o foco sensorial agora se concentrou na audição.

Dessa forma, podemos e entender que o frio, cientificamente, não é psicológico. Entretanto, como altera nossa percepção sensorial e é influenciado culturalmente, ele pode ser psicológico sim. Claro que isso não significa que você resolverá a sua dificuldade com baixas temperaturas por meio da terapia ou que poderá sair sem se agasalhar e trabalhar com o "poder da mente" para se manter aquecido. Mas pode ser uma forma de compreender o porquê de você sentir mais ou menos frio que

Além do mais, não é sinal de que uma pessoa que sente mais frio esteja com o psicológico abalado ou com algum tipo de transtorno mental. Existem algumas patologias de aspecto emocional e pessoas que realmente sofrem com esses transtornos, inclusive patologias que são influenciadas pela relação com o inverno, como a depressão de inverno.

Há também as doenças psicossomáticas - psico: mente, alma, emoção; soma: simbologia corporal, funcionamento do organismo - em que diversos fatores emocionais somatizados podem desencadear sintomas e doenças como enxaqueca, síndrome do intestino irritado, alergias etc.

Por fim, concluímos que o frio não é psicológico, mas pode ser influenciado pelo nosso contexto cultural e psicológico, ou seja: se agasalhe para sair de casa, pois depois não haverá mantra suficiente que te esquente. Para nós que apreciamos o frio, vivamos intensamente o inverno e tudo o que ele pode nos proporcionar de bom, como não transpirar, comer comidas específicas de inverno, nos vestir de maneiras elegantes - ou não; já para você que não gosta das baixas temperaturas, que você encontre o quentinho do aconchego e do amor ou pelo menos de um bom cobertor, blusa ou quentão.

Finalizo o texto desta semana debaixo de um cobertor quentinho e desejando que o frio não termine logo, afinal, o meu psicológico o ama. REFERÊNCIAS:

SOUZA, Felipe. O frio é psicológico? O Psicólogo responde. [S. l.], 2013. Disponível em: https://www.psicologiamsn.com/2013/05/o-frio--e-psicologico-o-psicologo-responde.html. Acesso em: 18 jun. 2023.

> Rhuana Moura Pacheco é formada em psicologia CRP 08/38091

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

#### EXPEDIENTE

DIRETORES PROPRIETÁRIOS: Allexander Fernandes França | Osvaldo da Costa Paiva Filho | José Antônio Rodrigues da Costa

Permitido a utilização dos textos, desde que citada a fonte

## NOROESTE

Jornal Noroeste Agora LTDA - ME CNPJ 02.196.872/0001-00 R. Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, 354 -Gala 101 - Nova Esperança - PR FONE/FAX: (44) 3252-3908

E-mail: contato@jornalnoroeste.com

CIRCULAÇÃO

Nova Esperança, Maringá, Alto Paraná, Atalaia, Presidente Castelo Branco, Floraí, Uniflor, Santa Fé e Paranacity.

PROGRAMAÇÃO VISUAL Kaio Kauffman

(Jornal Noroeste)

\* O JN não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados

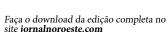
opinião do Jornal Noroeste, que reproduz em exercício da sua atividade jornalística e

\* Os Artigos, Colunas e comentários publicados não refletem, necessariamente, a

diante da liberdade de expressão e comunicação que lhe são inerentes.

**IMPRESSÃO** 

Grafinorte S/A CNPJ: 03.758.336/0001-06







Porém, esse não é o caso do frio.





O Jornal Noroeste tem circulação bissemanal no formato impresso e digital, sendo órgão oficial dos municípios de Nova Esperança, Pres. Castelo Branco e Santa Fé

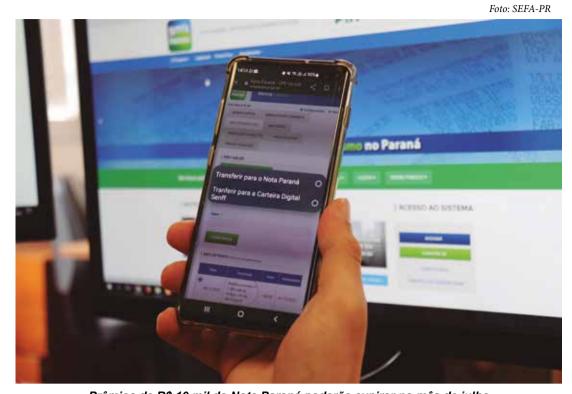
## Fazenda informa que dois prêmios de R\$ 10 mil do Nota Paraná poderão expirar em julho

Valores referentes a dois bilhetes sorteados em 2022 irão expirar no dia 10 de julho, caso os ganhadores não façam o resgate. Os contemplados são dos municípios de Londrina, no Norte, e Douradina, no Noroeste do Estado.

A Secretaria de Estado da Fazenda informa que dois prêmios de R\$ 10 mil do Nota Paraná podem expirar da conta do programa no mês de julho, caso não sejam resgatados pelos ganhadores. O prazo legal para o resgate dos prêmios é de doze meses.

O sorteio é realizado todos os meses e distribui R\$ 5 milhões em prêmios de R\$ 50, R\$ 10 mil, R\$ 50 mil, R\$ 100 mil e R\$ 1 milhão. Para garantir o recebimento do valor, os consumidores devem manter os dados cadastrais atualizados, como telefone e bairro, para que possam receber ligações sobre o re-

Além disso, recomenda--se checar periodicamente



Prêmios de R\$ 10 mil do Nota Paraná poderão expirar no mês de julho

ná, para verificar a existên- caso o contribuinte tenha de prêmio.

o aplicativo do Nota Para- cia de créditos na conta e, sido contemplado, valores

Foto: Prefeitura de Jundiaí

Dois prêmios de R\$ 10 mil sorteados em 2022 irão expirar no dia 10 de julho, caso os ganhadores não façam o resgate. A premiação é referente ao sorteio 125, de julho de 2022. Os contemplados que podem ter os valores cancelados são de Londrina, bairro Vila Ernest (final do CPF 379-02), e de Douradina, bairro Parque Ana Laura (final do CPF 849-06).

Atualizar o cadastro é simples: basta acessar o site www.notaparana.pr.gov.br, abrir a aba "MEU PERFIL" e alterar os dados necessários, como telefone, por exemplo. Ao final é preciso clicar em "GRAVAR", para manter as informações atualizadas no sistema. Em caso de dúvidas, o cidadão pode entrar em contato pelo WhatsApp (44) 99122-1756.

CRÉDITOS - O cálculo do crédito de cada nota fiscal é feito sempre no terceiro mês após a compra. Por exemplo, as compras efetuadas em abril de 2023 serão calculadas no próximo mês de julho, e assim sucessivamente. Este é o prazo para que as informações necessárias cheguem e sejam processadas pela Se-

Para acumular créditos é preciso que o consumidor peça ao estabelecimento comercial que registre o CPF na nota fiscal. Após a liberação pela Secretaria de Fazenda, o contribuinte recebe créditos e concorre aos prêmios mensais.

cretaria da Fazenda.

## Animais de estimação podem contrair Febre Maculosa

O carrapato-estrela é o principal vetor da doença no Brasil, mas o carrapato-marrom do cão também pode transmitir a enfermidade para os pets e, consequentemente, para os humanos; médico-veterinário alerta a necessidade de reforçar as medidas preventivas

Nos últimos dias, a morte de cinco pessoas por febre maculosa em Campinas, interior de São Paulo, ganhou repercussão e deixou o estado em alerta, gerando muitas dúvidas sobre a doença, transmitida principalmente pelo carrapato-estrela, que pode ser encontrado em capivaras, animais de grande porte, gambás, coelhos, entre outros. No entanto, o que pouca gente sabe é que a doença pode atingir os animais de estimação e, ainda, não só pelo carrapato-estrela, mas também pelo carrapato marrom, espécie comum encontrada nos pets. O médico-veterinário Márcio Barboza, gerente técnico pet da MSD Saúde Animal, explica sobre a doença e sinaliza que os tutores reforcem a

prevenção nos cães. O que é a febre maculo-

É uma doença causada



Carrapato-estrela, transmissor da bactéria causadora da Febre Maculosa.

por uma bactéria do gênero o A. sculptum. Rickettsia, transmitida pela picada de carrapatos infectados das espécies Amblyomma sculptum, popularmente conhecido como carrapato--estrela, Rhipicephalus sanguineus, o carrapato marrom do cão, e Amblyomma aureolatum. Do ponto de vista epidemiológico, o principal é

Em humanos, os primeiros sintomas aparecem de 2 a 14 dias após a picada. Na imensa maioria dos casos, sete dias depois. Os sinais são febre alta, dor no corpo, dor de cabeça, desanimo, inapetência e aparecimento de pequenas manchas ver-

#### A doença nos pets

Não apenas as pessoas, mas os pets também estão suscetíveis à febre maculosa. Nos cães, a doença causa sintomas como letargia, perda de peso, lesões hemorrágicas, inchaços pelo corpo, vômito e diarreia. Já no caso dos gatos, os mesmos podem ser infectados, visto detectarmos anticorpos, porém hábito, já que ajuda a pronão há relatos da doença.

"Caso o seu pet apresente alguns desses sinais, é importante a visita imediata ao veterinário, que é a melhor pessoa para analisar, identificar e indicar o tratamento adequado", orienta Márcio.

#### Carrapato comum também transmite a doença

Grande parte das pessoas conhece apenas o carrapato--estrela como transmissor da febre maculosa, no entanto, é preciso deixar claro que o carrapato-marrom, a espécie comum encontrada nos animais de estimação, também pode atuar como vetor, tanto para os humanos quanto para os pets.

"O carrapato do cão pode, sim, transmitir a febre maculosa, e pouca gente sabe disso. A administração de um medicamento ectoparasiticida (contra pulgas e carrapatos) é simples e deve ser um

teger os pets e a família de diversas doenças, como a famosa "doença do carrapato". Por isso, é muito importante que os tutores apostem nesses produtos como medida preventiva", afirma Márcio.

médico-veterinário ressalta ainda que os tutores devem estar atentos à escolha do ectoparasiticida, entendendo os benefícios extras que ele traz. "Sempre orientamos a utilização de um produto com longa duração, até doze semanas em uma única dose, como Bravecto. Além disso, a marca traz um serviço, a Garantia Bravecto, que oferece suporte financeiro para cobrir eventuais custos dos pets que venham a ficar doentes por doenças transmitidas por pulgas e carrapatos, o que envolve consultas, exames diagnósticos e tratamento, incluindo a febre maculosa", explica.

## Conferência de Políticas Públicas sobre Drogas ocorre em 30 de junho; inscrições estão abertas

A mobilização e o diálogo são aspectos fundamentais para a promoção de políticas públicas. A Prefeitura de Maringá, por meio da Secretaria de Assistência Social, e o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas, vão realizar em 30 de junho a 11ª Conferência Municipal de Políticas sobre Drogas. O evento, aberto para a comunidade, ocorrerá das 8h30 às 15h30, no Auditório Dona Etelvina (UniCesumar). Os interessados devem realizar a inscrição pela internet (acesse aqui) até 27 de junho.

A secretária de Assistência Social, Sandra Jacovós, destaca que a conferência é fundamental para envolver a comunidade na discussão e proposição de políticas públicas. O evento deste ano tem como tema 'Políticas Públicas e Controle Social: Mobilizações Possíveis e Necessárias no Campo das Drogas'. "É um momento de aprendizado e trabalho para que possamos engajar toda a sociedade na apresentação de propostas para proteção das pessoas, principalmente aquelas expostas aos problemas relacionados ao uso de drogas", diz.

No período da manhã, haverá uma palestra magna com o psicólogo e doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), Altieres Edmar Frei. No período da tarde, os participantes serão divididos em grupos de discussão com temas específicos. Após as discussões, os participantes se reunirão novamente para apresentar e deliberar sobre as propostas

elaboradas nos grupos, apre-

sentar moções.

## Confira a programação:

- 8h30 às 9h Credencia-
- 9h às 9h15 Apresentação cultural - 9h15 às 9h45 - Abertura
- oficial - 9h45 às 9h55 - Leitura e aprovação do regimento
- 9h55 às 10h55 Palestra magna
- 12h10 às 13h10 Inter-
- 13h10 às 14h40 Grupos de trabalho
- 14h40 às 15h30 Apresentação das propostas, moções e encerramento.

de Maringá

Imprensa - Prefeitura

- 10h55 às 12h10 - Deba-

## Atalaia, 20 de junho de 2023

## EXTRAORDINÁRIA PARA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS FAMÍLIAS TERRA SANTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

A Associação de Apoio às Famílias Terra Santa, neste ato representada por seu(sua) Presidente, Sr.(a). Claudia Tavechio Costa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, CONVOCA todos os associados, através do presente Edital, para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que será realizada na sede da Associação no dia 22/06/2023 às 10:00 horas em primeira convocação e ás 10:30\_horas e trinta minutos, em segunda convocação, com a seguinte ordem do dia:

1. Homologar as alterações estatutárias deliberadas pelo Conselho de Administra-

A Assembleia Geral será constituída pelos associados especiais e contribuintes que a ela comparecerem, quites com suas obrigações sociais e financeiras.

Terão o direito de votar os associados especiais que comprovem a matrícula e a frequência regular há pelo menos 1 (um) mês nos programas de atendimento, e os associados contribuintes, exigindo-se destes a adesão ao quadro de associados da há, no mínimo, 1 (um) mês, e que estejam em dia com suas obrigações sociais e financeiras.

No caso de procuração, esta deverá ter firma reconhecida em cartório, sendo que o outorgante e o outorgado deverão ser associados.

A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria dos associados, e, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, devendo ambas constarem dos editais de convocação, para a finalidade de homologar as alterações do estatuto, será exigido o voto concorde da maioria simples dos associados na Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse

- Caudio PC Corinhano

Claudia Tavechio Costa Presidente da Associação de Apoio às Famílias Terra Santa



Edição impressa produzida pelo Jornal Noroeste com circulação bissemanal em bancas e assinantes

As versões digitais e as íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://jornalnoroeste.com/post/publicidade-legal Acesse também através doQR CODE ao lado

### PUBLICIDADE LEGAL

Os arquivos foram enviados pelo município e publicados da sua maneira original, sem qualquer alteração ou redução no tamanho da fonte

ATAS, AVISOS, BALANÇOS, EDITAIS, LEILÕES E OUTRAS PUBLICAÇÕES DE ORDEM LEGAL



**DECRETO № 674/2023** 

Dispõe sobre Reenquadramento do Quadro de Servidores Públicos Municipais Efetivo de conformidade com a Lei Municipal nº 853/2012.

JOÃO PÉRICLES MARTINATI, Prefeito Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no Artigo 6º, Capítulo XIV da Lei Municipal nº 853/2012[Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos dos Servidores Municipals de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná)

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam a partir de 1º de Maio de 2023, Enquadrados

nos Cargos de Provimento Efetivo co	nstante no ar	nexo I - Parte Po	ermanent	e e Parte
Transitória da Lei 853/2012, os servido	ores municipa	is abaixo individu	alizados:	
GRUPO OCUPACIONAL PROFISSIO	NAL			
Nome: Adriano Cassoli	Cargo: Advo	gado	Adm. 08	/02/2019
Grupo Ocupacional: Profissional	Referência	GOP/GB		Nível:04
Nome: Maria Lucia Rocha Troleis	Cargo:Assis	stente Social	Adm. 13	-07-2012
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/CC		Nível:10
Nome:Gabriela Santana de Andrade	Cargo:Assis	tente Social	Adm. 1	5-07-2019
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/CB		Nível:03
Nome:Marcilene Cristina de Oliveira	Cargo:Assis	tente Social I	Adm. 20	/06/2007
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/BC		Nível:15
Nome:Cristian do Santos	Cargo:Conta	dor	Adm. 03	/04/2017
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/DB		Nível:06
Nome:Carlos Henrique Diniz	Cargo:Conta	ador	Adm. 12	/01/2018
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/DA		Nível:05
Nome:Emilene Alves de Campos	Cargo:Enfer	meiro	Adm.10	-09-2009
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/CC	,	Nível:13
Nome: Thalita Santos Trevisani Schelive	Cargo:Enfer	meiro	Adm.09	-11-2009
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/CB	,	Nível:13
Nome:María Angelita Franzoni Fumagali	Cargo:Enfe		Adm.01	-08-2011
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/CB		Nível:11
Nome:Danielly Viviani Staut Cabral	Cargo:Enfer	meiro	Adm.01	/07/2017
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência:	GOP/CB		Nível:05
Nome:Thiago de Azevedo Moreira	Cargo:Enfer		Adm.12	-04-2019
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/CB		Nível:04
Nome:Deise Bravin	Cargo:Enfer	meiro	Adm.24	09-2019
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/CB		Nível:03
Nome:Dionisio Gil Cararo	Cargo:Enge	nheiro Agrônomo	Adm.16	10-2017
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	:GOP/CB		Nível:05
Nome:Mayara Larissa Gonç.Souza Santos	Cargo:Farm		Adm.01	/08/2009
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência:	GOP/DC		Nível:13
Nome:Vanessa Aparecida Pacheco	Cargo:Farm	acêutico	Adm.01	08-2009

Cargo Engelinien o Agronomo	Adm.10-10-2017
Referência:GOP/CB	Nível:05
Cargo:Farmacêutico	Adm.01/08/2009
Referência:GOP/DC	Nível:13
Cargo:Farmacêutico	Adm.01-08-2009
Referência GOP/DC	Nível:13
Cargo:Farmacêutico	Adm.17-11-2010
Referência GOP/DC	Nível:12
Cargo:Fisioterapêuta	Adm.04/07/2002
Referência:GOP/BA	Nível:20
Cargo:Fisioterapêuta	Adm.02/09/2019
Referência:GOP/BB	Nível:03
Cargo:Fonoaudiólogo	Adm.17-08-2009
Referência GOP/BC	Nível:09
Cargo:Fonoaudiólogo	Adm.17-05-2010
Referência GOP/BC	Nível:13
Cargo:Médico Veterinário	Adm.01-09-2012
Referência GOP/CA	Nível:10
Cargo:Nutricionista	Adm.03-05-2004
Referência GOP/BA	Nível:18
Cargo:Nutricionista	Adm.01/09/2012
Referência:GOP/BC	Nível:10
Cargo:Odortólogo	Adm.16-07-2012
Referência GOP/CC	Nível:10
Cargo:Odortólogo	Adm.21-07-2014
Referência GOP/CB	Nível:07
Cargo:Psicólogo	Adm.01-03-2013
Referência GOP/CB	Nível:10
Cargo:Psicopedagogo	Adm.17-08-2009
Referência GOP/BB	Nível:13
Cargo: PSICOPEDACOCO	Adm.01/08/2009
Referência:GOP/BB	Nível:13
	Referència GOP/GB Cargo-Farmacèutico Referència GOP/DC Cargo-Farmacèutico Referència GOP/DC Cargo-Farmacèutico Referència GOP/DC Cargo-Farmacèutico Referència GOP/DC Cargo-Fisioterapèuta Referència GOP/BA Cargo-Fisioterapèuta Referència GOP/BB Cargo-Fonoaudiólogo Referència GOP/BC Cargo-Fonoaudiólogo Referència GOP/BC Cargo-Medico Veterinário Referència GOP/BC Cargo-Gordicio GOP/BC Cargo-Odoritólogo Referència GOP/BC Cargo-Odoritólogo Referència GOP/CC Cargo-Gordicio GOP/CC Cargo-Gordicio GOP/CC Cargo-Odoritólogo Referència GOP/CC Cargo-Odoritólogo Referència GOP/CB Cargo-Odoritólogo Referència GOP/CB Cargo-PSicopedagogo Referència GOP/CB Cargo-PSicopedagogo Referència GOP/BB

Nome: Maria izabei Roque Troieis	Cargo:Psico		Adm.01	-03-2013
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/CB		Nível:1
Nome:Solange Braga de Andrade	Cargo:Psico		Adm.17	-08-2009
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência	GOP/BB		Nível:1
Nome:Alaíde de Souza Schelive	Cargo: PSI	OPEDAGOGO	Adm 01	1/08/200
Grupo Ocupacional:Profissional	Referência		ridinio.	Nível:13
GRUPO OCUPACIONAL SEMI-PROF		,		11111111111
Nome:Cezar Lendro dos Santos		co em Agropecuária	Adm.01	/08/199
Grupo Ocupacional:Semi-Profissional	Referência		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Nível:24
GRUPO OCUPACIONAL ADMINITRA	ATIVO			
Nome:Carlos Roberto Garcia	Cargo:Agen	te Administrativo	Adm.01	/08/198
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência		,	Nível:35
Nome:Thiarlla Suellen Faneco	Cargo:Agen	te Administrativo	Adm.01	-11-2018
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	GOA/DB	,	Nível:0
Nome:Thais Aparecida Gomes Martines	Cargo:Agen	te Com. de Saúde	Adm.11	-02-2020
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência			Nível:0
Nome:Ana Paula Alves de Souza Carvaho	Cargo:Agen	te Com. de Saúde	Adm.10	-12-2012
Grupo Ocupacional:Adminitrativo	Referência			Nível:1
Nome:Camila Maiara Bezerra Belen	Cargo:Agen	te de Endemias	Adm.03	/04/201
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	:GOA/BA		Nível:06
Nome:Edelson Alves Gomes dos Santos	Cargo:Agen	te de Endemias	Adm.03	-04-2017
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	GOA/BA		Nível:0
Nome:Adriana Miranda de Abreu	Cargo:Agen		Adm.03	/05/200
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	GOA/BB		Nível:19
Nome:Mara Lúcia Niêdo	Cargo:Agen		Adm.30	-06-2000
Grupo Ocupacional:Adminitrativo	Referência	GOA/BB		Nível:2
Nome:Fernando Henrique Santos		iar Administrativo	Adm.01	-07-2004
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	GOA/CA		Nível:1
Nome:Denisiela Cavenagui		iar de Biblioteca	Adm.02	-09-2002
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:	GOA/AA		Nível:2
Nome:Wilian Marcelo Beraldi		iar de Biblioteca	Adm.01	-02-2005
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência	GOA/AC		Nível:1
Nome:Luciani de Cássia Martins Troleis*		iar de Secretaria	Adm.01	-02-2006
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:			Nível:15
Nome:Sueli Simão Batista	Cargo:Auxil	iar de Secretaria	Adm.01	-02-2006
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:	GOA/CC		Nível:17
Nome:Keila Faccin Marcolino Ferrari		de Tributos	Adm.21	-01-2003
Grupo Ocupacional:Adminitrativo	Referência:	GOA/GC		Nível:20
Nome:Sidnei Faccin*		de Tributos	Adm.01	-04-1997
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:	GOA/GC		Nível:24
Nome: João Péricles Martinati	Cargo:Fiscal	de Tributos	Adm 09	04-1907

Nome:João Péricles Martinati	Cargo:Fiscal de Tributos Adm.08-04-1997
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:GOA/GC Nível:26
Nome:Charles Elias Nasser Sobrinho	Cargo:Fiscal de Tributos Adm.10/04/1989
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência GOA/GC Nível:34
Nome:Márcio Clever Faccin	Cargo:Fiscal de Vigil. Sanitária Adm.02-01-1993
Grupo Ocupacional:Administrativo	
Nome:Isabel Aparecida Niêdo Nasser	Cargo:Recepcionista Adm.10-03-1996
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:GOA/FC Nível:27
Nome:Soraia Nasser Fassina	Cargo:Secretário Escolar Adm.30-11-2001
Grupo Ocupacional:Administrativo	Referência:GOA/EC Nível:21
GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS G	
Nome:Luiza Aparecida Gomes Flauzino* Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais Adm.05-03-2002
	Referência:GOSG/AB Nível:16
Nome:Elisia do Carmo Ferreira da Silva	Cargo: Auxiliar de Serv. Gerais Adm.01-02-2006
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AA Nível:17
Nome:Valéria Cristina Buzola da Silva*	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais   Adm.19-06-2000
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência;GOSG/AB Nível:21
Nome:Simone da Silva	Cargo:Auxillar de Serv. Gerais Adm.19-06-2000
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:22
Nome:Sônia Ester Alves do Nascimento	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais   Adm.19-06-2000
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:22
Idiane Aparecida Wolf Silva*	Cargo:Auxillar de Serv. Gerais   Adm.12-03-2007
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:12
Nome: Fátima Alves dos Santos Farias Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Cargo:Auxillar de Serv. Gerais Adm.12-03-2007
	Referência:GOSG/AB Nível:16
Nome:Cleide Célia dos Santos Maciel	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais Adm.12-03-2007
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referencia:GOSG/AA Nível:16
Nome:Kátia Regina de Araújo*	Cargo:Auxil ar de Serv. Gerais   Adm.01-08-2012
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:09
Nome:Cleonice Fernandes Neres Pereira	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais   Adm.01/08/2012
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:10
	111101111
Nome:Veridiana Ferrari Ger. Tomazoli	Cargo:Auxil ar de Serv. Gerais Adm.01-08-2012
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:10
Nome:Odair Silvestre Ferreira	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais   Adm.11-12-2012
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:10
Nome:Juliana Ferreira Lima Flor	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais   Adm.20-02-2013
Grupo Ocupacional: Servicos Gerais	Referência:GOSG/AB Nível:10
Nome: Vera Alice Cardoso da Costa	Cargo:Auxiliar de Serv. Gerais Adm.21-07-2014
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais	Referência: GOSG/AB Nível:08
Nome:Viviane Ap. Alves Nascimento	Cargo:Auxillar de Serv. Gerais Adm.21-07-2014
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência:GOSG/AA Nível:08
Nome:Daniel Claudio Faccin	Cargo:Auxi iar de Serv. Gerais Adm.21-07-2014
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência:GOSG/AA Nível:08
Nome:Édio de Oliveira Assis	Cargo:Cove ro Adm.19/09/2017
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência GOSG/AA Nível:05
Nome:Everton Luiz Laurindo de Assis	Cargo:Coveiro Adm.13-07-2020
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência: GOSG/AA Nível:02
Nome:Genivaldo Roberto Antonio	Cargo:Eletricista Adm.01-08-2012
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência GOSG/DC Nível:10
Nome: Marcos Paulo Azevedo*	Cargo:Encanador Adm.25-06-1996
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência GOSG/CB Nível:23
Nome:Bento Nelson Teixeira	Cargo:Encapador Adm.25-01-1988
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais	Referência GOSG/CB Nível:35
Nome: losé Antonio Troleis	Cargo:Encapador Adm.01-07-1994

Cargo: Gari Referência GOSG/AB

Cargo: Gari Referência

Cargo: Gari Referência:

Cargo:Motorista Referência:GOSG/CB

OSG/AA

Nome:Marli Soares Grupo Ocupacional:Serviços Gerais

Nome:Neuzeli Regina de Souza Vieira\* Grupo Ocupacional:Serviços Gerais

Nome: Jesus Cesar Laureano Grupo Ocupacional: Serviços Gerais

Nome:Aldejair de Assis Vieira Grupo Ocupacional: Serviços Gerais

Adm.01-07-1994

Adm.25/08/2003 Nível:19

Adm.10-03-2011 Nível:12

Adm.01/02/2005 Nível:18

Adm.07-03-1995

Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB  Nome: Reginaldo da Silva Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB  Nome: Zildo dos Santos Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB  Nome: Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes Cargo: Motorista Adm.  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes Cargo: Motorista Adm.  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Lucimagner Knelbe Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Silvio Faccin Cavenaghe Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Referência GOSG/CB  Adm.1  Referência GOSG/CB  Adm.1	1-09-2009 Nível:09 5-10-2009 Nível:13 5-10-2009 Nível:13 15/10/2009 Nível:13 3-04-2017 Nível:06 0-09-2018
Nome:Reginaldo da Silva Cargo:Motorista Adm.1 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB Nome:Zildo dos Santos Cargo:Motorista Adm.1 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB Nome:Jovelino Martins Fontinhas junior Cargo:Motorista Referência:GOSG/CB Nome:Silvio Helene Ribeiro Mendes Cargo:Motorista Adm.5 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB Nome:Silvio Helene Ribeiro Mendes Cargo:Motorista Adm.5 Grupo Ocupacional:Serviços Gerais Referência:GOSG/CB Nome:Lucimagner Knelbe Cargo:Motorista Adm.1 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB Nome:Silvio Faccin Cavenagbe Cargo:Motorista Adm.1 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB	5-10-2009   Nível:13 5-10-2009   Nível:13 15/10/2009   Nível:13 13-04-2017   Nível:06 0-09-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB           Nome: Zildo dos Santos         Cargo. Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm. I           Nome; Overbino Martins Fontinhas Junior         Cargo. Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm. I           Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes         Cargo. Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm. I	Nível:13   5-10-2009   Nível:13   15/10/2009   Nível:13   13-04-2017   Nível:06   0-09-2018
Nome:Zildo dos Santos Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Nome; Oscilho Martins Fontinhas Junior Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Nome; Oscilho Martins Fontinhas Junior Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Nome:Silvio Helene Ribeiro Mendes Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referencia: GOSG/CB Nome:Lucimagner Knelbe Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referencia: GOSG/CB Nome:Silvio Faccin Cavenaghe Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referencia: GOSG/CB Referencia: GOSG/CB Referencia: GOSG/CB Referencia: GOSG/CB Referencia: GOSG/CB Referencia: Referencia: Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referencia: Referencia: Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referencia: Referencia: Referencia: GOSG/CB	5-10-2009   Nível:13   Nível:13   Nível:13   Nível:13   Nível:06   Nível:06   0-09-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB           Nome: Jovelino Martins Fontinhas Junior         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB           Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB           Nome: Lucimagner Knelbe         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.	Nível:13 15/10/2009 Nível:13 13-04-2017 Nível:06 0-09-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB           Nome: jovelino Martins Fontinhas Junior         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Mome: Silvio Helene Ribeiro Mendes         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.           Nome: Lucinagner Knelbe         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Cargo: Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB         Adm.	Nível:13 15/10/2009 Nível:13 13-04-2017 Nível:06 0-09-2018
Nome: Jovelino Martins Fontinhas Junior Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Lucimagner Knelbe Cargo: Motorista Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB  Nome: Silvio Faccin Cavenaghe Cargo: Motorista Adm.: Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB	15/10/2009   Nível:13   13-04-2017   Nível:06   0-09-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerals         Referência: GOSG/CB           Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes Grupo Ocupacional-Serviços Gerals         Cargo: Motorista         Adm. Gorupo Ocupacional-Serviços Gerals           Rome: Lucimagner Knelbe         Cargo: Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerals         Referência GOSG/CB           Nome: Silvio Faccin Cavenaghe         Cargo: Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerals         Referência GOSG/CB	Nível:13 3-04-2017 Nível:06 0-09-2018
Nome: Silvio Helene Ribeiro Mendes         Cargo Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm.           Nome: Lucinagner Kneibe         Cargo. Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm.           Nome: Silvio Faccin Cavenaghe         Cargo. Motorista         Adm.           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB         Adm.	3-04-2017 Nível:06 0-09-2018
Grupo Ocupacional:Serviços Gerais Referência GOSG/CB  Nome:Lucimagner Kneibe Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB  Nome:Silvio Faccin Cavenaghe Cargo: Motorista Adm.1  Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB	Nível:06 0-09-2018
Nome:Lucimagner Knelbe         Cargo:Motorista         Adm.1           Grupo Ocupacional: Serviços Gerals         Referência GOSG/CB         Adm.1           Nome:Silvio Faccin Cavenaghe         Cargo:Motorista         Adm.1           Grupo Ocupacional: Serviços Gerals         Referência GOSG/CB	0-09-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB           Nome: Silvio Faccin Cavenaghe         Cargo: Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência GOSG/CB	
Nome:Silvio Faccin Cavenaghe         Cargo:Motorista         Adm. I           Grupo Ocupacional: Serviços Gerais         Referência: GOSG/CB	Nível:04
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência GOSG/CB	1
	6-10-2018
	Nível:04
	6-03-2019
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CA	Nível:04
Nome:Carlos Santos Cargo:Motorista Adm.	02/04/2019
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CA	Nível:0
	12/01/1993
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB	Nível:3
	_
	1-04-2017 Nível:05
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência:GOSG/CB	
	2-02-2018
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB	Nível:05
	8-01-2019
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/CB	Nível:04
Nome:Osvaldo Donizetti Fornari Cargo:Tratdrista Adm.0	5-07-2005
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/BA	Nível:17
Nome: José Aparecido Silvino Cargo: Vigia Adm. 0	4-07-2002
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/AB	Nível:20
	18/02/2003
Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/AB	Nível:20
Nome:Fernando Marques Cargo:Vigia Adm.0 Grupo Ocupacional: Serviços Gerais Referência: GOSG/AB	Nível:20
	Nive::20
GRUPO OCUPACIONAL ADMINISTRATIVO PARTE TRANSITÓRIA	
	01-12-2003
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AB	Nível:19
Nome:Inesca Aparecida Ferra Cargo:Auxiliar de Enfermagem Adm.	20-06-2007
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AB	Nível:15
Nome:Lucimar Barbosa Boer Cargo:Auxiliar de Enfermagem Adm.	20-06-2007
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA	1
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.	Nível:15 01-03-1998
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA	01-03-1998
Grupo Ocupacional: PT/Administrativo         Referência: GOA/PT/AA           Nome: Rosely Cristina de Souza         Cargo-Assistente de Saúde         Adm.           Grupo Ocupacional: PT/Administrativo         Referência: GOA/PT/AA	1
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo         Referència: GOA/PT/AA           Nome:Rosely Cristina de Souza         Cargo-Assistente de Saúde         Adm.           Grupo Ocupacional:PT/Administrativo         Referència;GOA/PT/AA           GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA         Nome:João Rodrígues dos Santos         Cargo:Operirio I         Adm.	01-03-1998 Nível:25
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo         Referència: GOA/PT/AA           Nome:Rosely Cristina de Souza         Cargo-Assistente de Saúde         Adm.           Grupo Ocupacional:PT/Administrativo         Referència;GOA/PT/AA           GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA         Nome:João Rodrígues dos Santos         Cargo:Operirio I         Adm.	01-03-1998   Nível:25
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo. Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência:GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:João Rodrigues dos Santos Cargo. Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA	01-03-1998 Nível:25 30-06-2000 Nível:22
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm. Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência:GOA/PT/AA GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA Nome;João Rodrígues dos Santos Cargo:Operário 1 Adm. Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA Nome:Aliton Cassiano Martins Cargo:Operário 1 Adm.	01-03-1998   Nível:25   30-06-2000   Nível:27   01/07/1994
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm. Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência:GOA/PT/AA GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA Nome:João Rodrígues dos Santos Cargo:Operário I Adm. Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA Nome:Aliton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm. Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA	01-03-1998 Nível:25 30-06-2000 Nível:27 01/07/1994 Nível:28
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo   Referência: GOA/PT/AA	01-03-1998   Nível:25   Nível:25   Nível:27   01/07/1994   Nível:28   24-10-1994
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referència: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PART E TRANSITÓRIA  Nome:João Rodrígues dos Santos Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Ailton Cassiano Martins Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonlida Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA	01-03-1998   Nível:25   Nível:25   Nível:27   Nível:28   Nível:28   24-10-1994   Nível:28
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência:GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:João Rodrigues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Juliton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Lonilda Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Lonilda Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA	01-03-1998   Nível:25   Nível:25   Nível:27   Nível:28   24-10-1994   Nível:28   08-06-1994
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:Joalo Rodrigues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Allton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonida Hubner Per. de Souza Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Referência;GOSG/PT/AA  Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA	01-03-1998
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referència: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referència; GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA-  Nome:João Rodrígues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:João Rodrígues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Leonida Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referència; GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.  Cargo:Zelador Adm.	01-03-1998     Nível:25 030-06-2000     Nível:25 01/07/1994     Nível:28 04-10-1994     Nível:28 08-06-1994     Nível:28
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:Joalo Rodrigues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Allton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonida Hubner Per. de Souza Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Referência;GOSG/PT/AA  Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA	01-03-1998
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência:GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:João Rodrigues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Allton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Leonilda Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Vilma Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA  Nome:Hildi Antonia dos Santos Liberato Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência:GOSG/PT/AA	01-03-1998   Nível:25   Nível:25   Nível:27   Nível:27   Nível:28   Nível:28   Nível:28   Nível:28   Nível:28   Nível:28   Nível:28
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:Joba Rodrígues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Ailtion Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonida Hubner Per. de Souza Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Vilina Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Hilda Antonia dos Santos Liberato Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Hilda Antonia dos Santos Liberato Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA	01-03-1998   Nível:2!   Nível:2!   Nível:2:   00-06-2000   Nível:2:   01/07/1994   Nível:28   24-10-1994   Nível:28   08-06-1994   Nível:28   00-06-2000   Nível:2:   ncional   0
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:João Rodrigues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Juliton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonilda Hubner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonilda Indoner Per. de Souza Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Hilda Antonia dos Santos Liberato Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Art. 2º - Só estão assegurados à promoção fu Servidores que cumprirem o que estabelece a Leif Muhicipal 8533/2012. SECĀC	01-03-1998   Nível:2!   30-06-2000   Nível:23    30-106-2000   Nível:28    Nível:28    Nível:28    Nível:28    08-06-1994    Nível:28    00-06-2000    Nível:27    Nível:21    Nível:22    Nível:21    Nível:21    Nível:21    Nível:21    Nível:21    Nível:21    Nível:21    Nível:22    Nível:21    Nível:21    Nível:22    Nível:21    Nível:22    Nível:21    Nível:21    Nível:22    Nível:23    Nível:23    Nível:24    Nível:25    Nível:25
Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência: GOA/PT/AA  Nome:Rosely Cristina de Souza Cargo:Assistente de Saúde Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Administrativo Referência;GOA/PT/AA  GRUPO OCUPACIONAL SERVIÇOS GERAIS PARTE TRANSITÓRIA  Nome:Jolio Rodrígues dos Santos Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Aliton Cassiano Martins Cargo:Operário I Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Leonida Hubner Per. de Souza Cargo:Operário Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Villina Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Villina Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Villina Mantovani Calais Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA  Nome:Villida Antonia dos Santos Liberato Cargo:Zelador Adm.  Grupo Ocupacional:PT/Serviços Gerais Referência;GOSG/PT/AA	01-03-19990 Nível:2: 30-06-2000 Nível:2: 30-107/1990 Nível:28 Nível:28 08-06-1994 Nível:21 00-06-2000 Nível:27 01-06-2000 Nível:27 01-06-2000 Nível:27

Edifício da Prefeitura Municipal de Presidente Castelo Branco, Estado do Paraná, aos 14 de Junho de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE

João Péricles Martin





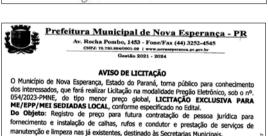
PREFEITURA MUNICIPAL DE

PRESIDENTE CASTELO BRANCO









manutenção e limpeza nas já existentes, destinado às Secretarias Municipais.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10 horas do dia 20/06/2023. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 horas do dia 03/07/2023. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 03/07/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br "Acesso

Mais informações do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 11h30min e das 13h às 17h, na Avenida Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545) — "email" licitacao@novaesperanca.pr.gov.br, e no site www.bll.org.br. Nova Esperança, 19 de junho de 2023.

Moacir Olivatti Prefeito Municipal

Assinado por Para verifican ICP CM



O Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, toma público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no sistema de registro de preço, sob o nº. 055/2023-PMIS, do tipo menor preço por item, LICITAÇÃO DIFERENCIADA COM COTA PRINCIPAL, COTA RESERVADA E ITEMS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI COM PROIRDIADA ELOCAL, conforme específicado no Edital. Do Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de pneus, câmaras e protetores novos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: a partir das 10

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 horas do dia 04/07/2023. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09 horas do dia 04/07/2023. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: <a href="https://www.bll.org.br">www.bll.org.br</a> Mais informações do Edital poderão ser obtidas na Unidade de Compras e de expediente, de segunda a sexta feira, das 08h às 13h30min, na Avenida Rocha Pombo, 1453, telefone (44-3252 4545) — "email". <u>licitacao@novaesperanca.pr.gov.br</u>, e no site www.bll.org.br.

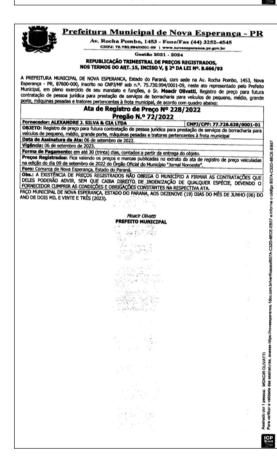
Assinado por 1 Para verificar a

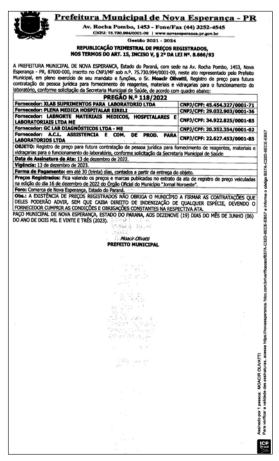
ICP Frank













Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE PREÇOS REGISTRADOS, NOS TERMOS DO ART. 15, INCISO V, § 2º DA LEI Nº. 8.666/93

PREGAO N. 9 127/2022

BE INDUSTRIA DE PRODUTOS DE LIBERZA L'ITA.

CHE PRODUTOS DE LIBERZA L'ITA.

CHE PRODUTOS DE MERCES DE LIBERZA L'ITA.

CHE DESTRUMINOMA DE PRODUTOS DE MERCES L'ITA.

CHE DE TRUMINOMA DE PRODUT

P. INGORDISTE LICITACOSE LTDA

P. INGORDISTE LICITACOSE LTDA

P. ILPARA HEDICA HOSPITARA EXPELL

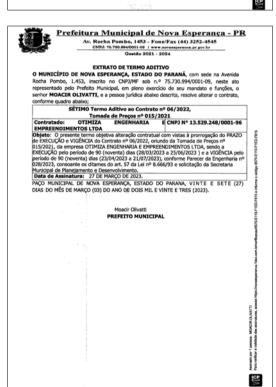
C. PELORA HEDICA HOSPITARA HEDICA HOSPITARA HEDICA HOSPITARA HEDICA HOSPITARA HEDICA HOSPITARA HEDICA HEDICA

Vigilional. 35 en merço de 2004.
Frence de Pagamente, en mai 20 (cristo) dans, corradon a partir de entrega do objete.
Frence de Pagamente, en mai 20 (cristo) dans, corradon a partir de entrega do objete.
Frence de Pagamente, en mai de 200 de 1669 de Mestado Frence de 1669 de 166

peza e higiene pessoal atura da Ata: 15 de março de 2023. Se marco de 2024.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-454 CNPJ: 75.720.994/0001-09 | www.novansperanca.gr.gov.hr Gestão 2021 - 2024 CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 352/2023/PROJUR opinando pela concessão da licença maternidade e pelo pagamento do auxílio natalidade requerido via sistema informatizado (Memorando 6.312/0023). CONSIDERANDO o disposto no art. 2º c/c os arts. 99 e 141 da Lei Complementar n.º 2.510, de 23 de março de 2016 - Estatuto dos Servidores do Município de Nova Esperança; O SR. MOACIR OLIVATTI. Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM); RESOLVE: Art. 1°. CONCEDER à servidora pública municipal PAMELA PEIXOTO DOS SANTOS, inscrita no CPP/AHF sob o n° 065.625.639-76. Marícula 3829, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagene, lotada na Secretaria Municipal Saúde, com base no art. 2° c/c os arts. 99 e 141 da Lei Complementar n.º 2.510, de 2016: L LICENÇA MATERNIDADE pelo prazo de 180 (cento e oitenta) reendidos entre 09 de junho de 2023 a 05 de dezembro de 2023, conforme Ate-II. AUXÍLIO NATALIDADE, em virtude do nascimento de sua filha Sarah Peixoto dos Santos, conforme Certidão de Nascimento registrada no Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais do Município e Comarca de Nova Esperança - Estado do Paraní, Matrícula nº 081398 01 55 2023 1 00045 197 0021797 73, Número da D.N.V.: 30+92043774-7. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZENOVE (19) DIAS DO MÉS DE JUNHO (06), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS (2023). berto Toná retário de Administração 10

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-454 CNP2: 75.720.9940001-09 | www.oorsesperanca.pr.gov.hr Gestão 2021 - 2024 "PORTARIA N." 15.645" CONSIDERANDO o que foi requerido via sistema informatizado (Memorando 6.404/2023): CONSIDERANDO o disposto no art. 140 da Lei Municipal Complementar n.º 2.510 de 23 de março 2016 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Esperança, Estado do CONSIDERANDO as orientações elaboradas pela Procuradoria Jurídica quanto aos pedidos de licença para acompanhante, bem como, apresentação de atestados médicos de acompanhantes (Protocolo 6517/2019), unificada pela Manifestação Jurídica anexa ao Despacho 12-6.404/2023; O SR. MOACIR OLIVATTI, Prefeito do Município de Nova Esperança, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 75, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica Municipal (LOM); Art. I\*. CONCEDER a servidora pública municipal abaixo relacionada, Licença com Vencimentos para Tratar de Doença em Membro da Família, na condição de dependente, conforme estabelece a legislação em vigor, mediante a apresentação de Atestado Médico, a saber: Art. 2°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos à data da licença. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. PAÇO MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DEZENOVE (19) DIAS DO MÊS DE JUNHO (06), DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÉS (2033). Dalberto Toná Secretário de Administração 10













Considerando a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012;

Considerando a deliberação da plenária realizada em 15 de Junho de 2023.

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Município de Nova Esperança - PR, referente ao exercício de 2021, na forma do anexo que integra esta

Nova Esperança-PR, 15 de Junho de 2023.

10

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Edna Aparecida Sarro Siqueira Presidente do CMAS



RELATÓRIO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



NOVA ESPERANÇA - PR

2021



A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão gestor da Política de Assistência Social, tem como responsabilidade a coordenação e a organização do SUAS no âmbito local, garantindo a integralidade da proteção socioassistencial à população a partir da oferta de serviços de forma territorializada, em quantidade e qualidade, conforme estabelecido nas legislações e vas vigentes, tendo como objetivo implementar políticas públicas no âmbito da assistência social, visando a garantia de direitos e a promoção social, do desenvolvimento humano na salização dos direitos e da redução das desigualdades sociais no univermília e da sociedade em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional Assistência Social - PNAS e a Lei municipal Nº 2.534 de 17 de Nov 2016 que dispõe sobre a Política Pública de assistência Social no município de Nova Esperança com a respectiva regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.720.994/0091-09 | www.novamperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

A Política Pública de Assistência Social tem como função ofertar proteção social e assegura

nciais. Em especial, aos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Vários são os fatores e ações que vão contribuir para efetivar essa função, consolidando o SUAS. O monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas é uma ação indispensável, nesse

sito, buscar reunir informações sobre as ações realizadas e resultados alcançados pelos serviços, programas e beneficios socioassistenciais, bem como os desafios enfrentados, tanto na ução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como também no âmbito da Gestão do SUAS.

O Relatório de Gestão um instrumento por meio do qual permite identificar os resultados çados com a execução da Política Pública de Assistência Social com base no conjunto de ações, metas e indicadores do Plano Municipal de Assistência Social, além de orientar eventuais

Objeto: Relatório de Gestão Municipal de Assistência Social

Período de abrangência: 2021 Município: Nova Esperança - Paraná

Gestor Executivo Municipal: Prefeitura Municipal de Nova Esperança CNPJ nº 75.730.994/0001-09

Prefeito: Mocir Olivatt CPF nº 208.387,439-00

Endereço: Avenida Rocha Pombo, 1453

CEP:87.600-000

Telefone: (44) 3252-4545

Endereço Eletrônico: gabinete@novacesperanca.pr.gov.br



### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545
CNP3-787/8040/001-00 | www.norwangarsana.pr.gov-be
Gestar 2021 - 2024
Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social

CPF nº 234.758.899-00 Endereço: Rua Romário Martins, 160

CEP:87.600-000

Telefone: (44) 3252-5242

Endereço Eletrônico: gestorsmas@novacesperanca.pr.gov.br

Endereço do Órgão Gestor: Rua Romário Martins, 160

Estrutura do Órgão Gestor

Coordenação da Gestão do SUAS: Adriana Martins Luiz Bittiol;

Coordenação do Fundo Municipal de Assistência Social: Franciele Nicolette da Silva Gomes;

ordenação da Política de Segurança Alimentar e Secretaria Executiva dos Conselhos: Elaine Miriani de Souza.

Coordenação do Cadastro Único e Gestora do Programa Bolsa Família/Auxílio Brasil: Ana Lócia



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.9940001-09 | www.novasoperanca.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024

Relatório de Gestão 2021

Atividades Desenvolvidas 2021:

- Termo de Pactuação Juventude Empreendedora - disponibilização de Curso ON LINE gratuito

para jovens de 17 a 29 anos.

Adesões Recursos Estaduais:

- FIA - Incentivo Crianças e Adolescentes que sofreram impactos pelo COVID - R\$ 20.000,00

(vinte mil reais) - Adesão realizada em: 17 de setembro de 2021.

- FIA - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (2021)- R\$ 30.000,00 (trinta mil

reais) - Adesão realizada em: 17 de setembro de 2021.

- FEAS - Incentivo COVID 2021 - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) - Adesão realizada em: 18 de

- Abertura de Chamamento Público nº 03/2021, no total de previsão de repasse de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) - 2021 à 2024 para as Organizações da Sociedade Civil, para a execução de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial, cofinanciado com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, foram

- Asilo São Vicente de Paulo

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Associação Divina Providência

- Associação Ninho da Águia - Comunidade de Assistência Born Pastor

Devido a pandemia de COVID - 19 a Secretaria Municipal de Assistência Socia aneceu com todos os seus atendimentos presenciais, respeitando as recomendações sanitárias Os grupos coletivos foram suspensos, porém foram adaptadas ações e atividade de forma remota, desta forma foi possível atingir os objetivos propostos em um novo formato: atividades enviadas em domicilio, via Whatsappweb, grupos por chamada de video, pelo Google meet, dentre outras



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4548 CNPJ: 78.730.094/0001-09 | www.novaesperanca.pr guv.hr Gestão 2021 - 2024 alternativas estabelecidas por cada equipe, conforme a demanda apresentada. As Atividade alusivas

Terça-feira, 20 de Junho de 2023

à páscoa (Entrega de ovos de Páscoa) - 2021 e 2022, Atividades alusivas ao Natal - (Entrega de Panetone) - 2021 e 2022 e a Distribuição de guloseimas (festa Juninas) aos usuários da Política de

dos espaços dos equipamentos, visando ofertar uma melhor qualidade na oferta do serviço.

- Operacionalização do Cartão Comida Boa, através dos CRAS - centro de Referência de Assistência Social, com início em Dezembro 2021 - com 176 beneficiários.

- Oferta de capacitação para os profissionais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social,

onforme demanda sinalizada pelas coordenações dos equipamentos e solicitações dos servido Coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenação da Execução do Programa Compra Direta Paraná- Estadual (frutas, verduras, legumes, ovos, arroz, farinha e panificados) e PAA Federal.

Compra Direta Paraná: Abrigo, Asilo, CRAS Santo Antônio, CRAS Esperança, CREAS, PAA: Abrigo, Asilo, CRAS Esperança, CREAS, Hospital, APAE, Divina, Born Pastor, Ninho da

Conselhos Municipais - Ano 2021

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Periodicidade das reuniões: Mensal

Quantitativo de reuniões: 13 reuniões

Periodicidade das reuniões: Mensal

Realização de Conferência: XIV Conferência Municipal de Assistência Social, realizada nos dias 13 e 14 de Julho de 2021, de forma híbrida, tendo como Tema Central: "Assistência Social: Direito de Povo e Dever do Estado, com financiamento público, para enfrentar as desigualdades e garantir

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA



Principais atividades desenvolvidas: Capacitação - Curso "Sistema de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes, Controle eial e Accountability - realizado com recursos financeiros da Deliberação CEDCA/PR nº 084/2019, para os Conselheiros de Direitos, adolescentes e os atores do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente, que totalizaram 50 (cinquenta) participantes. Curso "Sistema

de Garantia de Direitos para Crianças e Adolescentes, Controle Social e Accountability.

Renasse de recursos financeiros, através do Chamamento Público nº 02/2021, no total de RS 31.941,29 (trinta e um mil novecentos e quarenta e um reais e vinte e nova centavos) às Organizações da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, Associação Divina Providência, Associação Ninho da Águia, Comunidade de Assistência Bom Pastor, para desenvolvimentos de projetos voltados á promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, cofinanciado com o recurso do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI Periodicidade das reuniões: Bimestral

rada para Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI por meio da "LEI Nº. 2.896" de 03 de novembro de 2022 Repasse de recurso financeiro, através do Termo de Colaboração nº 104/2021, no total de R\$

65.000,00 (sessenta e cinco mil reais) à Organização da Sociedade Civil Asilo São Vicente de Paulo, para a execução de Serviço de Acolhimento Institucional - Instituição de Longa Permanência para Idosos/ILPI - Proteção Social de Alta Complexidade, cofinanciado com o recurso do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA Periodicidade das reuniões: Trimestral

Quantitativo de reuniões: 3 reuniões



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3282-4545
CNNI n. 730 8994001-00 | vere memorperance pr que he
Gesta 2021 - 2024
O município aínda não dispôe de Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

porém no ano de 2021, porém realizou o I Encontro Temático Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizado em 13 de Outubro de 2021, tendo como Tema Central: "Cenário Atual e Futuro na Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência"

Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do

nto de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vinculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza ência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vinculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal

ntralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos itórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão

rritorial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das unidades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Familia (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este serviço consiste em um trabalho de caráter continuado qu visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vinculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com o CADSUAS, O município de Nova Esperança, caracterizado como eno Porte II, atualmente conta com dois equipamentos - CRAS, sendo o CRAS Esperança e o CRAS Santo Antônio.

Centro de Referência de Assistência Social - CRAS ESPERANÇA

Endereço: Rua Bahia, 91 - Vila Regina

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR



#### Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPA 75.730.9940001-09 | www.novassperance.pr.gov.br Gestão 2021 - 2024 Total de Famílias em Acompanhamento PAIF: 100 famílias.

ATENDIMENTOS CRAS ESPERANCA

 
 Janeiro:
 64
 Fevereiro:
 167
 Março:
 198
 Abril:
 168

 Maio:
 165
 Junho:
 146
 Julho:
 155
 Agosto:
 154

 Setembro:
 137
 Outubro:
 106
 Novembro:
 143
 Dezembro:
 111
 

Números de auxílio funeral concedidos: 04 Números de auxílio calamidade pública eiro: Fevereiro: Março: - Abril:
io: - Junho: - Julho: - Agosto: Novembro: -Dezembro: Demais Atividades Realizadas: - Granos Socioeducativos PAIF, Família Paranaense e Gestantes (re

1

- Entrega de Lembrança alusiva a Festa Junina;

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNFJ: 75.730.994/001-09 | www.noveseperames.pr.gov.by Gestão 2021 - 2024



ordenação: Jéssica Fernanda Soldan

Total de Famílias em Acompanhamento PAIF: 96 famílias.

ATENDIMENTOS CRAS SANTO ANTÔNIO - ANO 2021 ero total de atendimentos individuais: 2.414

Janeiro:	231	Fevereiro:	216	Março:	212	Abril:	192
Maio:	175	Junho:	189	Julho:	201	Agosto:	206
Setembro:	204	Outubro:	181	Novembro:	201	Dezembro:	206
Número to	tal de vi	isitas domicilis	eres: 71				
laneiro:	0.5	Fevereiro:	06	Março:	02	Abril:	02
Maio:	02	Junho:	03	Julho:	05	Agosto:	14
Setembro:	07	Outubro:	06	Novembro:	15	Dezembro:	04
Número tot	tal de au	xílio natalidad	le conce	edidos: 12			
lanciro:		Fevereiro:		Março:	+	Abril:	03
Maio:	-	Junho:	03	Julho:	01	Agosto:	4
Setembro:	02	Outubro:	02	Novembro:	01	Dezembro:	
	-	-					

Fevereiro: - Março: Junho: - Julho: Outubro: 01 Novembro: 01 Dezembro: 125

tamerio: 116 | Fevereiro: 85 | Março: 170 | Abril: faio: 153 | Junho: 97 | Julho: 148 | Agosto etembro: 132 | Outubro: 93 | Novembro: 98 | Dezem Número total de auxílio vulnerabilidade t

Número total de auxilio calami Janeiro: - Fevereiro: Maio: - Junho: -Março: -Novembro: Dezembro

## Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

-Entrega de panetones O CRAS também é o responsável pela articulação e Coordenação do Programa Nossa Gente

Paraná é um Programa do Governo do Estado para acompanhamento das famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social. Público Alvo do Programa: Famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social, segundo o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVF-PR).

Coordenação do Programa Nossa Gente Paraná: Edicléia Rodrigues Perrud. Total de Familias acompanhadas: 87 familias (referência: Novembro 2021)

O município possui dois Serviços de Convivência e Fortalecir sendo o SCFV Caminhando para o Futuro que atende adolescentes, adultos e Idosos e o SCFV Brincar e Aprender que atende crianças. Estes Serviços são ofertados de forma tar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Individuos (PAEFI).

Endereço: Rua Romário Martins, 160 - Fundos

Usuários atendidos: - 72 adolescentes

- 141 Idosos

Total de Usuários Atendidos: 213 usuários

Principais Atividades Desenvolvidas:

- Oficina de Orientação Profissional (remoto - vídeo chamada);

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1483 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 76.730.094/0001-00 | www.navaesperanca.gr.gov.br Gestão 2021 - 2024

- Entrega de lembranças e atividades para os Idosos;

Retorno gradativo com os grupos e atividades presenciais a partir de Setembro de 2021.

SCFV Brincar e Aprender Endereço: Avenida Felipe Camarão, S/N (ao lado do INSS)

Faixa etária: 6 à 12 anos Principais Atividades Desenvolvidas:

 No período pandêmico as atividades foram desenvolvidas de forma remota: por meio de ativid encaminhadas, videos disponibilizados via whatsappweb conforme planejamento de atividades especialmente referente a datas alusivas e campanhas preventivas. O retorno das atividas presenciais ocorreu no mês de Setembro de 2021. -Atividades socioeducativas;

- Leitura e contação de histórias:

O Município possui uma rede não governamental, no nivel de proteção Social Básica, conta com 3 tros de Convivência que atendem crianças e adolescentes, sendo elas: Associação Divina Providência, Associação Ninho da Águia e Comunidade de Assistência Bom Pastor. A Comunidade de Assistência Born Pastor oferta também o Programa de Aprendizagem Profissional para adolescentes, o município possui Termo de Colaboração com as referidas Organizações da



### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rochn Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545
CRP4: 13.70.0340001-09: | www.orwaspenses.pr.gov.br
Gestillo 2021-2094
A Proteçilo Social Especial (PSE) de média complexidade, destina-se a familias e individuos

em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para ntegrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual. abandono, rempimento ou fragilização de vinculos ou afastamento do convivio familiar devido à aplicação de medidas.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade édia ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo individuo ou familia. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e nções do Executivo.

Os CREAS são unidades públicas responsáveis pela execução de serviços de média complexidade, oferecendo serviços de atenção especializada de apoio, orientação e anhamento a individuos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Ele é implantado no âmbito local ou regional, de acordo com o Porte do

ro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS ESPERANÇA

Endereço: Avenida Maringá, 30 Coordenação: Lorena Dias Molina Gonçalves

Total de Famílias em Acompanhamento PAEFI: 72 famílias

Número total de atendimentos individuais em 2021: 569

JANEIRO	3	FEVEREIRO	40	MARÇO	38	ABRIL	46
MAIO	48	JUNHO	72	JULHO	72	AGOSTO	62
SETEMBRO	58	OUTUBRO	60	NOVEMBRO	44	DEZEMBRO	26

Número total de visitas domiciliares em 2021: 415

JANEIRO	34	FEVEREIRO	48	MARÇO	27	ABRIL	18
						0	-



### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

-		Gestão 2021 - 2024						
MAIO	39	JUNHO	20	JULHO	42	AGOSTO	63	
SETEMBRO	47	OUTUBRO	26	NOVEMBRO	24	DEZEMBRO	27	

The state of the s	Janciro à Junho	Julho à Dezembro	TOTAL
Violência Física	6	8	14
Violência Psicológica	9	14	23
Negligência	56	100	156
Abandono	8	10	18
Violência sexual (abuso e exploração)	19	11	30
Situação de rua	0	1	1
Trabalho Infantil	0	0	0
Fragilização ou rompimento de vinculos	10	26	36
Afastamento do convivio familiar	89	88	177
Outros (descrever quais): Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	11	17	28

Atividades do Serviço de Proteção Social Especial a adolescentes em cumprimento de medidas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set.	Out	Nov	Dez
Total de Adolescentes em Cumprimento de MSE	16	13	15	15	14	14	16	16	16	16	15	13
Liberdade Assistida (LA)	7	6	7	7	7	7	8	8	8	8	9	8
Prestação de Serviço a Comunidade (PSC)	9	7	8	8	7	7	8	8	8	8	6	5



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.nova Gestão 2021 - 2024

Tendo em vista o período de pandemia, as orientações das autoridades de saúde sobre o foram suspensas. Porém, seguimos com o acompanhamento remoto através de visitas domiciliares nto agendado, para a manutenção dos vinculos estabelecidos pela equipe técnica e a família atendida, principalmente nos casos mais complexos. Também tendo e foco a manutenção dos vinculos estão sendo distribuídas atividades lúdicas, recreativas e reflexivas

nental oferta Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas e suas famílias, desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais que funciona como Serviço Similar ao Centro dia.

Institucional que atende Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, visa oferecer de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas familias ou em-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e

semelhante ao de uma residência. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e rorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços

Endereço: Avenida Maringá, nº 30

residentes no município e comarcas de Nova Esperança - PR.

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

vamero de ci	unças	e adolescentes er	n acoll	imento em 2021;			
IANEIRO	19	FEVEREIRO	17	MARÇO	17	ABRIL	17
MAIO	15	JUNHO	15	JULHO	20	AGOSTO	13
SETEMBRO	10	OUTUBRO	13	NOVEMBRO	14	DEZEMBRO	16
Número de no	vos ac	olhimentos em 20	21:				
IANEIRO	2	EEVEDEIDO	0	MARGO	10	Longe	1.0

*************		The Familiano		MUNICO	-	ADRIL	0
MAIO	2	JUNHO	0	JULHO	3	AGOSTO	0
SETEMBRO	2	OUTUBRO	3	NOVEMBRO	3	DEZEMBRO	2
Números de o		is e adolescentes e					
	0	FEVEREIRO	2	MARÇO	0	ABRIL	4
MAIO	2	JUNHO	0	JULHO	7	AGOSTO	5
SETEMBRO	0	OUTUBRO	2	NOVEMBRO	0	DEZEMBRO	3

- Maior investimento na Instituição aquisição materiais de proteção e segurança: cerca co em volta de todo perimetro dos muros, chapeamento de dois portões e a troca de uma grade de janela.

- Trabalho de orientação, palestra e capacitação para funcionários com equipe técnica; Capacitação do Instituto Cairo para educadores sociais e técnicos;

- Orientação e acompanhamentos aos acolhidos e suas famílias.

Principais dificuldades encontradas no serviço:

Permanência dos acolhidos em isolamento dentro da Instituição sendo privados da convivência comunitária devido a prevenção a COVID-19.



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNP4: 78.730.9940001.09 | www.novassperanca.pr.gov.he Gentão 2021 - 2024 to para Pessoas Idosas: Asilo São

ente de Paulo, possui capacidade de atendimento de 32 Idosos. No ano de 2021 atendeu 24

As organizações da Sociedade Civil de Proteção Social Especial: Asilo e Apae participa do Chamamento Público N 03/2021, atualmente possuem Termo de Colaboração com o município ara oferta de serviço da Política de Assistência Social de forma essencial e/ou complem Ambas OSC'S também possuem parceria voluntária para repasse de Cofinanciamento Federal e Municipal, visando município para oferta de serviço da Política de Assistência Social de forma essencial e/ou complementar.

Beneficios e Transferências de Renda

O BPC é um beneficio da politica de Assistência Social, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. É um beneficio individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de atureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barre podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as

Conforme dados do Relatório de Informações Sociais - RI, mês de Referência Outubro/21: 322 pessoas com deficiência e 299 beneficiários idosos, totalizando 621 beneficiários.

No Ano de 2021 logo após o encerra veio para subsidiar as familias devido a COVID 19 o Governo Federal extinguiu o Programa Bolsa Família através da decisão que integra a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que também cria o Programa Auxilio Brasil e posteriormente é regulamentado pelo Decreto nº 10.852,

Segundo o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 em seu artigo 20 o prograr Auxilio Brasil atenderá às famílias em situação de:



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 78.790.9940001-09 | www.novassperanca.gr.gov.br Gentão 2021 - 2024

R\$100,00(cem reais),denominada" linha de extrema pobreza"; e

II - pobreza, caracterizada pela renda familiar mensal per capita no valor entre R\$100,01(ce

e um centavo) e R\$200,00(duzentos reais), denominada "linha de pobreza". Os beneficios pagos a cada familia varia de acordo com a renda familiar mensal por pessoa e com o número de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, desde que, estejam inseridos no

sistema escolar, gestantes e nutrizes. O valor final será a soma de cada um dos benefícios, de acordo cessão de beneficios continua sendo feita com base nas informações do Cadastro Único de maneira automatizada. O Programa Auxilio Brasil, é formado por três modalidades principais no "núcleo básico"

que compõe a primeira infância, composição familiar e superação da extrema pobreza e mais seis

rios, que podem se somar ao núcleo básico. O limite é de cinco beneficios por

Beneficios do Programa ·Beneficio Primeira Infância: para famílias com crianças de até 3 anos incompletos. O bene deverá ser pago por criança nessa faixa etária

«Beneficio Composição Familiar: para familias que tenham gestantes ou pessoas de 3 a 21 anos de idade. O governo diz que o objetivo é încentivar esse grupo adicional a permanecer nos estudos para concluir pelo menos um nivel de escolarização formal.

·Benefício de Superação da Extrema Pobreza: esse benefício é concedido quando, após utadas as "linhas" anteriores, a renda mensal per capita da família ainda estiver abaixo da linha de extrema pobreza. Neste caso, não haverá limitação relacionada ao número de integrantes do

Beneficios financeiros do Programa Auxílio Brasil são:

No Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 em seu Art.22, diz que:



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 78.730.994/0001-00 | www.navaesperanca.pr.gov.ler Gestão 2021 - 2024

de renda com condicionalidades, nos termos do disposto no art. 3º da Medida Provisória nº 1.061,

I - Beneficio Primeira Infância, pago mensalmente no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais) por

II - Beneficio Composição Familiar, pago mensalmente no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais) por integrante, observado o disposto nos §2º a §7º;e III - Beneficio de Superação da Extrema Pobreza, calculado por integrante e pago no limite de um

Criança Cidadă; o Auxilio Inclusão Produtiva Rural; o Auxilio Inclusão Produtiva Urbana; e o

- 4.231 famílias cadastradas, dentre as quais - 10.453 pessoas;

- 804 com renda per capita familiar de R\$ 00,00 e R\$ 100,00;

O Ministério da Cidadania possui mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizada

Cadastro Único. Posteriormente, com a consolidação do SUAS, as ações passíveis de financiamento

aos municípios, o primeiro mecanismo criado foi o Índice de Gestão Descentralizada Municipal,



### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

rsos do IGD-PBF foram ampliadas. Em 2011, a Lei n.º 12.435/2011, que alterou a LOAS, criou o IGD-SUAS, que tem como objetivo garantir o apoio financeiro da União ralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social. Portanto, no

importante estratégia adotada pelo Ministério da Cidadania para apoiar e estimular os municípios a vestir na melhoria da Gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Esse indice avalia a gestão em ntais, oferecendo apoio financeiro âqueles municípios de acordo com o seu

clatura Índice de Gestão descentralizada do Programa Bolsa Família (IGD-PBF), bem como, a sua lógica utilizada para calcular o valor de seu repasse.

pelo Decreto n.º 7.636/2011 e Portaria n.º 07 de 30 de janeiro de 2012.

Sistema Único de Assistência Social - SUAS referentes aos cofinanciamentos federais a partir do mo de 2020, tem por base a PORTARIA Nº 2.362, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que estabelece os procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social tes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo



Único de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, desta forma, atualmente não possuimos uma referência de valor estabelecida.

A Gestão orçamentária e financeira está demonstrada por meio do Demonstrativo da Despesa Simplificada no periodo de Janeiro a Dezembro - Exercício de 2021 (anexo).

transparência para a política de Assistência Social, além de garantir os princípios que nosteiam a administração pública. Contribui sobretudo para que se tome possível a efetivação dos direitos socioassistenciais, sobretudo aos mais vulneráveis.

Apesar do periodo pandêmico ter trazido imensos desafios, a Política de Assistência Social prezou pela continuidade da oferta dos Serviços e Ações, em conformidade com o Plano de Contingência Municipal - COVID -19, seguindo todas as recomendações sanitárias, buscando proteger os trabalhadores do SUAS e os usuários da Política de Assistência Social. Desta forma, sos satisfatório os dados aqui apresentados, porém reconhecendo que precisamos sempre buscar aprimoar a oferta dos serviços e fortalecer a rede socioassistencial e a articulação com as

Nova Esperança, 09 de junho de 2023.

land)





#### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANCA ESTADO DO PARANÁ Exercício: 2021

Part										
Section   Comparison   Compar	Red.				da V. Empenhado	Y. Liquidado	V.Pago	Sdo. Pagar	V. Reservado	Séo. Empeo
0 451   0.081	0 680	10.001.08.244.0037.2.064.3.1.9	.11.00.0 01000 VENCIMENTOS E VA - PESSOAL CIVIL	INTAGENS FIXAS 1.359,000,0	0 1.358.777,11	1.358.777,11	1.358.777,11	0,00	0,00	222
0 482   508   308	0. 681	10.001.08.244.0037,2.064,3.1.9		ONAIS 28.000,0	0 27.403,71	27.403,71	27.403,71	0,00	0,00	596
1.00   1.00	682	10.001.08.244.0037.2.064.3.1.9		ESTITUIÇÕES 16,000,0	0 9.609,30		9.609,30	0,00		6,390
64   100	683	10.001.08.244.0037.2.064.3.1.9		ONAIS 145,000.0	0 143 821 36	143 821 36	143 921 36	0.00	0.00	1.178
0 455   0.050	584									4.375
1.66   100.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00.00.	585	10.001.08.244,0037,2.064.3.3.9	30.00.0 01000 MATERIAL DE CONS	UMO 4.100,0	0 3.141.82	100000000000000000000000000000000000000				958
167   168	686	10.001.08.244.0037.2.064.3.3.9								5.000
1681   0.000	687	10.001.08.244.0037.2.064.3.3.9	36.00.0 01000 OUTROS SERVIÇOS	DE TERCEIROS - 3,000,0	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	3.000
1989   1089	688	10.001.08.244.0037.2.064.3.3.9	39.00.0 01000 OUTROS SERVIÇOS I	DE TERCEIROS - 30.000,0	0 23.867,37	23.867,37	23.867,37	0,00	0,00	6.132
600   100	689	10.001.08.244,0037.2,064.3.3.9	47.00.0 01000 OBRIGAÇÕES TRIBU	TÁRIAS E 1.000,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000
PRINCAL NUMBER   1.697, 1697	650	10.001.08.244.0037.2.064.3.3.9		STITUIÇÕES 1.000,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000
18.958.93.93.0066.665.31.961.000   0.000 PINEMENTOSE VENTAGIORS FIXES   176.000.00   175.035.30   175.035.30   175.035.30   0.00   0.	691	10.001.08.244.0037.2.064.4.4.9		(ATERIAL 7.000,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	7.000
0.00   0.00		10.002.08.243.0006.6065 N		1.607.100,0	0 1.568.245,67	1.566.683,63	1.566.683,63	1.562,04	0,00	38.854
Personal Programme	607			NEW CENTERS AND THE COLUMN	9 194 194	194	100	10212221	400	
694   10-902/R324-30066.095.3.1.90.00.00   61000 NIBRINEZACIOSE RIESTITUCIDES   7-00000   0,00   0			- PESSOAL CIVIL		10000000		-101/02/02/02		(77)	964
Fig.	1000						24.000110			36
666   0,002,082-24,0006,6065.31,503,00.00   0,000 DIÁRAS -CIVIL   4,000,00   0,000			TRABALHISTAS	STITUIÇÕES 7.000,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.00
697   0.002.08.243.0006.6065.33.90.30.00   0.1000 MATERIAL DE CONSLIMO   25.000.00   5.720.25   8.476.04   1.441.41   0.06   1.000   0.00				NAIS 3,000,0	0 2.808,61	2.808,61	2.808,61	0,00	0,00	19
698   10.002.08.243.0006.6065.33.90.33.00.0   10.000 ASSAGIENS EIESPESAS COM						0,00	0,00	0,00	0,00	4.000
COMMONIAN   COMM						8.476,84	8.476,84	1.243,41	0,00	15.27
PESSOA PRIESCA  PESSOA PRIESCA  10002 68243,0006.60653.3.99,30.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.3.90.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,00072.1.90.4.4.90.5.00  10003.88122,	698	10.002,08.243.0006.6.065.3.3,96		SAS COM 4.000,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000
PESSOA   P	O 699	10.002.08.243.0006.6.065.3.3	0.36.00.0 01000 OLTROS SERVICOS	DE TERCEIROS 1 000	00 000		1000		roman	
PESSOA_JURIDICA   10002.08.241.0006.6.065.3.1.90.40.00   0.00	O 700		PESSOA FÍSICA	5100 s.c. (770 s.c.)		1000		2755		1.00
NNOGENERACA DE COMUNICAÇÃO   PRISSON AURIDICA   PESSON AURIDICA	0 701		PESSOA JURÍDICA 0.40.00.0 01000 SERVIÇOS DE TECN	OLOGIA DA 6.000		23.45	UDUT			9.15
0.00   0.00			PESSOA JURIDICA		200 010950	0.000		-		******
PERMANENTE Tatel Prejaffic: 286,090,00 223,451,28 222,207,87 222,207,87 222,207,87 1,24,441 0,96 1 Tatel Prejaffic: 286,090,00 223,451,28 222,207,87 222,207,87 222,207,87 1,24,441 0,96 1 Tatel Prejaffic: 286,090,00 223,451,28 222,207,87 222,207,87 222,207,87 24,451,28 222,207,87 24,451,28 222,207,87 24,451,28 222,207,87 24,451,28 24,4					00,0	0,00	0,00	0,00	0,00	2,00
10   10   10   10   10   10   10   10	0 703	10.002.08.243.0006.6.065.4.4.5		MATERIAL 9.000,	2.402,90	2.402,90	2.402,90	0,00	0,00	6.59
10   10   10   10   10   10   10   10		10 003 00 133 000 010			00 223,451,28	222.207,87	222.207,87	1.243,41	0,90	56.54
- PESSOAL CIVIL PESSOAL PESSOAL CIVIL - PESSOAL CIVIL PESSOAL	704									
PESSOAL CIVIL PESSOAL CIVIL PESSOAL CIVIL PESSOAL CIVIL 15.755 10.003.08.122.0037.2.150.33.90.30.00 10900 MATERIAL DE CONSUMO 12.163.00 1090 MOR 122.0037.2.150.33.90.32.00 1090 MATERIAL DE CONSUMO 1090 MOR 122.0037.2.150.33.90.32.00 1092 MATERIAL DE CONSUMO 1090 MOR 122.0037.2.150.33.90.32.00 1090 MOR 122.0037.2.150.33.90.30.00 1090 MOR 122.0037.2.150.33.90.00 10			- PESSOAL CIVIL		00 14,157,29	14.157,29	14.157,29	0,00	0,00	84
100   100			- PESSOAL CIVIL	ANTAGENS FIXAS 13.078,	13.078,84	13.078,84	13.078,84	0,00	0,00	
796   10,003.08.122.0037.2.150.3.19.0.32.00   01000 MATERIAL, BEIM OU SERVIÇO PARA   2,000.00   0,				SUMO 5.000,	00 4.935,38	4.935,38	4.935,38	0,00	0.00	
2706   0.003.08.122.0037,2.159.3.1.90.3.20.00   0.00	1		The same and the column and column		0 31,733,30	31.733,30	31.733,30	0,00	0,00	43
10   100	706	10.003.08.122.0037.2.150.3.3.5		SERVIÇO PARA 2.000,	00,0	0,00	0,00	0,00		2.00
2 98 10.093.08.122.0037.2.159.3.3.90.2.00.0 322 MATERIAL BEMOU SERVICO PARA 94.977.00 94.977.00 94.977.00 94.977.00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0 1005	10.003.08.122.0037.2.150.3.3.9	.32.00.0 1022 MATERIAL, BEM OU	SERVICO PARA 40.5	6 40,96	40,96	40,96	0,00	0,00	
2 707   10,003.08.122.0037.2.159.3.3.90.39.0.0   01000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS   5.000,00   1.779,00   1.779,00   1.779,00   0.0	938	(0.003.08.122.0037.2.150.3,3.9	.32.00.0 3022 MATERIAL, BEM OU	SERVIÇO PARA 94,977,	94,977,00	94.977,00	94.977,00	0,00	0,00	
2 708   0.090.08.122.0037.2.159.4.4.90.52.080	707	10.003.08.122.0037.2,150.3.3.9	.39.00.0 01000 OUTROS SERVIÇOS		0 1.779,00	1.779,00	1.779,00	0,00	0,00	3.22
Part	708	10.003.08.122.0037.2.150.4.4.9	.52.00.0 01000 EQUIPAMENTOS E M	MATERIAL 5.000,	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.00
27   10   10,003.08.244.0037.1.004.4.4.90.51.00.0   1000 OBRAS E INSTALAÇÕES   35,000,00   0,00			Total ProjAtiv:	172.262,	0 160.701,77	160.701,77	160.701,77	0,00		11.56
2   10   10,003.08.244.0037;1.094.44.9G.52.00.0   1000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL   5,000,00   0,00										
PERMANENTET Tend Freight: 48,000 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,			OTOD ODIOLD E ENGLACE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000
10,003,007,244,00372,2025   Manter o Setor de Ansistència Social - Fundo Municipal de Assistència   2,000,00   0	710	10.003.08.244.0037,1.004.4.4.9	PERMANENTE				0,00	0,00	0,00	5.00
0 711 10.003.0E.244.00372.025.3.3.90.14.00.0 31540 DIARLAS - CIVIL 2.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00		10.003.08.244.0037.2026			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000
712 10.003.0R.244.0072.2053.3.903.00.00 1000 MATERIAL DE CONSUMO 16.70 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	711									
713 10.001.062.44.00372.225.33.39.30.00.0 01000 MATERIAL DE CONSUMO 62.000.00 62.648,34 60.268,3			The contract of the contract o				200		0,00	2.000
0 7/14 (0.003.08.244.0017.2.025.33.90.30.00.0 3178) MATERIAL DE CONSUMO 207,50 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00										1.73
5 715 10.003.08.244.0037.2025.33.99.30.00.0 31940 MATERIAL DE CONSUMO 2.000.00 698.52 698.52 698.52 0,00 0,00 0 7 716 10.003.08.244.0037.2025.33.99.30.00.0 31941 MATERIAL DE CONSUMO 16.576,00 3.925,13 1.925,13 3.925,13 0,00 0,00 0 7 717 10.003.08.244.0037.2025.33.90.32.00.0 01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA 224.000,00 217.312.91 217.312.91 217.312.91 0,00 0,00		10.000.00.00.01								
0 7/6   0.003.08.244.0037.2025.33.90.30.00 31/941 MATERIAL DE CONSUMO 16.570,00 3/925.13 3/925.13 3/925.13 0,00 0,00 1 0 7/7   10.003.08.244.0037.2025.33.90.32.00 01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA 224.000,00 217.312.91 217.312.91 217.312.91 0,00 0,00				500	0 20000		1000	200	1000	20
0 717 10.003.08.244.0037.2.025.33.90.32.00.0 01000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA 224.000,00 217.312.91 217.312.91 217.312.91 0,00 0,00	20100									1.30
								0.00011	0.000	12.64
0 718 10.003.08.244.0037.2.025.33.59.32.00.0 31941 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA 12.000,00 2.731,40 2.731,40 2.731,40 0.00 0.00			DISTRIBUIÇÃO GRA	TUITA				2000000		6.68 9.26

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 1.839,70 1.839,70 1.500,00 O 720 10.003.08.244.0037.2.025.3.3.90.33.00.0 31940 PASSAGENS E DESPESAS COM O 722 10.003.08.244.0037.2.025.3.3.90.36.00.0 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA 29,900,00 21,256,90 18.256,90 18.256,90 3.000,00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 31940 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA BIRÍDICA 5.000,00 3,383,10 3.383,10 3,383,10

O 726 10.003.08.244.0037.2.025.3.3.90.39.00.0 31942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 50.000,00 28.587,74 28.587,74 28.587,74 0,00 33860 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 33941 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 37,356,48 2.801,22 2.801,22 2.801,22 01000 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS PÍSICAS 3.000,00 3,000,00 O 953 10.003.08.244.0037.2.025.3.3.90.93.00.0 31855 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 1,53 O 951 10.003.08.244.0037.2.025.3.3.90.93.00.0 33832 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 417,33 417,33 417,33 417,33 31869 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 243,61 243,61 243,61 O 730 10.003.08.244.0037.2.025.4.4.90.52.00.0 31940 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 7,500,00 31941 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20,000,00 2.906,00 2.518,00 2.518,00 388,00 O 898 10.003.08.244.0037.2.025.4.4.90.52.00.0

33863 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2,650,31 100.056,79 100.056,79 100.056,79 100.056,79 O 896 10.003.08.244.0037.2.025.4.4.90.52.00.0 33941 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30,000,00 27,420,00 9,300,00 9.300,00 O 733 10.003.08.244.0037.2.136.3.1.90.11.00.0 677,256,74 677.256,74 0,00 0,00 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

4,000,00

2.000,00

40.000,00

8.954,17

1.000,00

22.000,00

0,00

39.510,88

21.294,71

0.00

39.510,88

20.990,39

16.509,84

39.510,88

20.990,39

212,53

7.724,75

171,31

38.212,09 909 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.30.00.0 33942 MATERIAL DE CONSUMO 11.842,01 O 738 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.32.00.0 O 901 10.003,08.244.0037,2.136,3,3,90,32,00.0 10,000,00 O 740 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.33.00.0 01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.000,00

01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS

01000 MATERIAL DE CONSUMO

01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

01000 MATERIAL DE CONSUMO

31942 MATERIAL DE CONSUMO

33939 MATERIAL DE CONSUMO

01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

31939 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

10.003.08.244.0037.2.136.3.1.91.13.00.0

O 736 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.30.00.0

O 741 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.39.00.0

O 745 10.003.08.244.0037.2.136.4.4.90.52.00.0

O 746 10.003.08.244.0037.2.136.4.4.90.52.00.0

0 902 10.003,08.244,0037,2.136,4.4.90,52,00.0

O 912 10.003.08.244.0037.2.136.4.4.90.52.00.0

O 747 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.90.11.00.0

O 749 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.90.94.00.0

O 752 10.004,08.243.0035,6.001,3,3.90,30,00,0

O 918 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0

O 913 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0

O 756 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.36.00.0

O 757 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.39.00.0

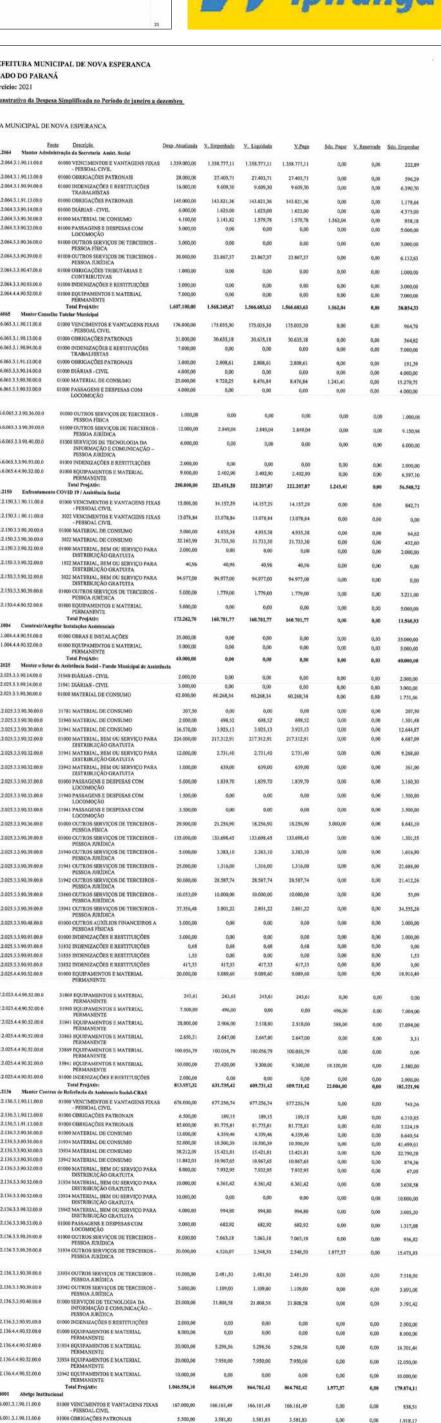
O 758 10.004,08.243,0035,6,001,3,3,90,39,00,0

34 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA instrumentos para o financiamento da gestão do SUAS. O 900 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.39.00.0 O 910 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.39.00.0 33942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA

Mesmo com a mudança para o Programa Auxílio Brasil, até o momento permanece a

Índice de Gestão descentralizada do SUAS (IGD-SUAS) foi instituido pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado

O IGD-SUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos estados, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na ento dos serviços, programas, projetos e beneficios de assistência social, bem como na articulação intersetorial.



Terça-feira, 20 de Junho de 2023

		Total Geral:	5.513.681,28	4.360,989,37	4.327.409,20	4.327.409,20	33.580,17	0.00	1,152,691,91
		Total na Entidade:	5.513.681,28	4.360.989,37	4.327.409,20	4,327,409,20	0,00 33,580,17	0,00	88.820,19 1.152.691,91
0 954	10.012.08.243.0034.6.108.3.3.50.43.00.0	33855 SUBVENÇÕES SOCIAIS Total ProjAtiv:	1.064,03	302,55 62.244,03	302,55 62,244,03	362,55 62.244,03	0,00	0,00	761,48
0 952		31855 SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,19	0,19	61.941,29 0,19	61.941,29 0,19	0,00	0,00	88.658,71 0,00
O 802		as de Recursos a Entidades - Parceria Voluntária 01000 SUBVENÇÕES SOCIAIS	150,000,00	61.941,29	61.011.30	6184130	W 999	N 80	86.000
		PERMANENTE Total ProjAtiv:	90.362,35	31.783,50	31,783,50	31.783,50	0,00	0,00	58.578,85
0 801	10.012.08.243.0011.6.107.4.4.90.52.00.0	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,000,00
0 800		PESSOA JURÍDICA 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.000.00	0.00	0.00	0,00	0,00		
0 922		PESSOA JURÍDICA  13861 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	36.777,75	28.903,50	28.903,50	28.903.50	0.00	0,00	7.874,25
0 799	10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.39.00.0	PESSOA FÍSICA 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
0 798	10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.36.00.0	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	3.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,000,00
O 797	10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.33.00.0	01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	6.000,00	0,00	00,0	0,00	0,00	0,00	6.000,0
0 978		33861 MATERIAL DE CONSUMO	3.434,60	2.880,00	2.880,00	0,00 2.880,00	0,00	0,00	4.000,0
O 795		01000 DIÁRIAS - CIVIL 01000 MATERIAL DE CONSUMO	1.150,00	0,00	00,00	0,00	0,00	0,00	1.150,0
		lo Municipal da Criança e Adolescente					0.000000	260	
	E PERCENTINA PER	PESSOA JURÍDICA Total ProjAtiv:	102.327,00	83,178,52	83.178,52	83.178,52	0,00	0,00	19,148,4
0 794		31942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	80.000,00 22.327,00	80,000,00 3,178,52	80.000,00 3.178,52	80.000,00 3.178,52	0,00	0,00	0,0 19,148,4
0 793		a no Asilo São Vicente de Paulo 91000 SUBVENÇÕES SOCIAIS	80 000 00	90.000.00	90.000.00	90 000 00	6.40	2.44	320
	10.00/ 00.141 0111 0111	PERMANENTE Total ProjAtiv:	300.373,00	160.175,07	156.464,34	156.464,34	3.710,73	0,00	140.197,9
0 792	10.004.08.244.0036.2.131.4.4.90.52.00.0	31942 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	10,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,000,0
0 791	10.004.08.244.0036.2.131.4.4.90.52.00.0	01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
O 790	10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.93.00.0	PESSOA JURÍDICA 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
O 789	10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.40.00.0	61000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO —	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
O 788		PESSOA JURÍDICA 31942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	34.673,00	472,00	472,00	472,00	0,00	0,00	1,000,00
O 787		PESSOA FÍSICA  01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	1,000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	600,00
O 785		31942 MATERIAL DE CONSUMO 91000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	60,000,00	8.766,26 0.00	8.673,26	8.673,26	93,00	0,00	51.233,74
O 784	10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.30.00.0	01000 MATERIAL DE CONSUMO	9.000,00	6.477,83	2.860,10	2.860,10	3.617,73	0,00	2.522,17
O 783		01000 DIÁRIAS - CIVIL	1,500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.659,39
O 782		TRABALHISTAS 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	22,000,00	10.340,61	10.340,61	10.340,61	0,00	9855	100.000
O 780		01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.600,00 3.000,00	7.891,00	7.891,00 0,00	7.891,00 0,00	0,00	0,00	709,00 3,000,00
0 779		01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	144,000,00	126.227,37	126.227,37	126.227,37	0,00	0,00	17.772,63
See Service		tro de Referência Especializado de Assistência Social	-ar.ad4,7£	231.9/6,39	231.702,04	231.702,04	274,35	0,00	255.908,3
- 200		PERMANENTE Total Projetiv:	20.000,00	1.656,00	1.656,00	1.656,00	0,00	0,00	18.344,00
0 906	7 M-700000-380484V-38050-8	31934 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 33934 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	20,000,00	6.720,26	6,720,26	6.720,26	0,00	0,00	8,279,7
O 777		01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.000,00	3.130,00	3.130,00	3.130,00	0,00	0,00	870,00
0 776		01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,0
0 904	10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.39.00.0	PESSOA JURÍDICA  33934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS + PESSOA JURÍDICA	46,000,00	562,39	562,39	562,39	0,00	0,00	45.437,6
O 775	5 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.39.00.0	PESSOA JURÍDICA 31934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - BESSOA BEDDICA	58.530,00	3.846,05	3.846,05	3.846,05	0,00	0,00	54.683,95
0 774	4 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.39.00.0	PESSOA FÍSICA 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	7.000,00	1.104,90	1.104,90	1.104,90	0,00	0,00	5.895,10
0 773	3 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.36,00.0	01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCHIROS -	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.00
0 772	10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.33.00.0	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 61006 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	1.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00
O 905	10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.32.00.0	DISTRIBUIÇÃO GRATUITA  33934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	10,000,00	4.520,00	4.520,00	4.520,00	0,00	0,00	5.480,00
0 771	10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.32.00.0	31934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA	25,000,00	2.652,80	2,652,80	2.652,80	0,00	0,00	43,824,04 22,347,20
O 770		31934 MATERIAL DE CONSUMO 33934 MATERIAL DE CONSUMO	55.000,00 60.584,72	27.774,74 16.760,68	27.579,59 16.760,68	27.579,59 16.760,68	195,15	0,00	27.225,26 43.824,04
0 769		01000 MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00	16.581,59	16.502,39	16.502,39	79,20	0,00	13,418,41
0 768	10.004.08.243,0035.6.002.3.3.90.14.00.0	01000 DIÁRIAS - CIVIL	1.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.150,00
0 767		TRABALHISTAS  01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	17.000,00	16.515,08	16.515,08	16.515,08	0.00	0.00	2.000,00
0 766		- PESSOAL CIVIL 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.000.00	4.470,00	4.470,00	4.470,00	0,00	0,00	2,000,00
O 765		01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 31934 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	127.000,00	125.681,90	125.681,90	125.681,90	0,00	0,00	1.318,10
0		Total ProjAtiv:	TEORGES.				2.808,07	22777	80.978,14
0 915	(0.004.08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0	33942 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
O 920		33939 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	2.113,90	2.113,90	2.113,90	0,00	0,00	2.886,10
0 764	10.004,08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0	PERMANENTE 31942 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00	3.074,00	3.074,00	3,074,00	0,00	0,00	4.926,00
0 763	10.004.08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0	PERMANENTE 31939 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	8.225,00	7.770,00	7.770,00	7.770,00	0,00	0,00	455,00
0 761		01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL	2.000,00 4.000,00	0,00 2.299,00	1.070,00	1.070,00	0,00	00,0	2.000,0
	C DOCUMENT OF THE PROPERTY OF	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	0.0000000000000000000000000000000000000		4,00	0,00	0.00	1,000	3.000,0
0 760		PESSOA JURÍDICA 01000 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA	3.000,00	172,50	172,50	0.00	0,00	0,00	3.000,0
0 714									
0 919	STOCKER SECTION SECTION SECTION AS IN	33939 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 33942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -	1.000,00	186,20	186,20	186,20	0,00	0,00	813,8





Conselho Municipal de Assistência Social

#### RESOLUÇÃO Nº 16/2023

Súmula: Aprova o Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Município de Nova Esperança – PR, referente ao exercício de 2022.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei municipal nº 2.534 de 17/11/16 e,

Considerando a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

Considerando a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012; Considerando a deliberação da plenária realizada em 15 de Junho de 2023.

Art. 1º – Aprovar o Relatório de Gestão da Política de Assistência Social do Município de Nova Esperança – PR, referente ao exercício de 2022, na forma do anexo que integra esta

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação. Nova Esperança-PR, 15 de Junho de 2023.

Edna Aparecida Sarro Siqueira Presidente do CMAS





RELATÓRIO DE GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL



NOVA ESPERANÇA - PR

2022

A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão gestor da Política de Assistência bilidade a coordenação e a organização do SUAS no âmbito local, Social, tem como respo garantindo a integralidade da proteção socioassistencial à população a partir da oferta de serviços de forma territorializada, em quantidade e qualidade, conforme estabelecido nas legislações e vas vigentes, tendo como objetivo implementar políticas públicas no âmbito da assistência social, visando a garantia de direitos e a promoção social, do desenvolvimento humano na perspectiva da universalização dos direitos e da redução das desigualdades sociais no universo da família e da sociedade em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, a Política Nacional Assistência Social - PNAS e a Lei municipal Nº 2,534 de 17 de Novembro de 2016 que dispõe sobre a Política Pública de assistência Social no município de Nova Esperança com a respectiva regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ-75-750-9540001-09 | www.auranepersanes.pr.gor.he Gestão 2021 - 2024

A Política Pública de Assistência Social tem como função ofertar proteção social e assegurar nciais. Em especial, aos segmentos mais vulneráveis da sociedade. Vários são os fatores e ações que vão contribuir para efetivar essa função, consolidando o SUAS.

O monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas é uma ação indispensável, nesse propósito, buscar reunir informações sobre as ações realizadas e resultados alcançados pelos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, bem como os desafios enfrentados, tanto na execução dos serviços, programas e benefícios socioassistenciais, como também no âmbito da Gestão do SUAS.

O Relatório de Gestão um instrumento por meio do qual permite identificar os resultado alcançados com a execução da Política Pública de Assistência Social com base no conjunto de ações, metas e indicadores do Plano Municipal de Assistência Social, além de orientar eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Planejamento e execução da Política.

Objeto: Relatório de Gestão Municipal de Assistência Social

Período de abrangência: 2021

Município: Nova Esperança – Paraná Gestor Executivo Municipal: Prefeitura Municipal de Nova Esperança

CNPJ nº 75.730.994/0001-09

Prefeito: Moeir Olivatti

Endereço: Avenida Rocha Pombo, 1453

CEP:87.600-000

Telefone: (44) 3252-4545

Endereço Eletrônico: gabinete@novaeesperanca.pr.gov.br

Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social Secretária: Glória Maria Uchoa Kawahisa

CPF nº 234.758.899-00

Endereço: Rua Romário Martins, 160

CEP-87 600-000

Telefone: (44) 3252-5242

Endereço Eletrônico: gestorsmas@novaeesperanea.pr.gov.br

Endereço do Órgão Gestor: Rua Romário Martins, 160

CEP:87.600-000



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Foue/Fax (44) 3252-4545 CNP2: 75.730.9940001.08 | www.nevesperanca.pr.por.be

Coordenação da Gestão do SUAS: Adriana Martins Luiz Bittiol;

Coordenação do Fundo Municipal de Assistência Social: Franciele Nicolette da Silva Gor Coordenação da Política de Segurança Alimentar e Secretaria Executiva dos Conselhos: Elaine

Coordenação do Cadastro Único e Gestora do Programa Bolsa Familia/Auxílio Brasil: Ana Lúcia

## Relatório de Gestão 2022

Órgão Gestor da Política de Assistê

Atividades Desenvolvidas 2022:

- Reforma da Estação do Oficio (em fase de finalização): -Emenda Parlamentar - R\$ 400.000,00 - Ampliação do Brincar e Aprender;

Construção de espaço para atendimento as pessoas em situação de rua (banheiros, local para servir

amento da execução referente ao Chamamento Público nº 03/2021 (2021 à 2024) para a ecução de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial com a Comissão de Monitoramento e Avaliação, das OSC'S:

- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

- Associação Ninho da Águia - Comunidade de Assistência Bom Pastor

- Processo de Inexigibilidade: Realizado com o objetivo da majoração do valor re assim como ampliação das vagas - Asilo são Vicente de Paulo - firmado pelo Termo de Colaboração nº 0127/2022, totalizando o valor de R\$ 783.000,00 (setecentos e oitenta e três mil mento da execução do Serviço com a Comissão de Monit

Adesões Recursos Estaduais:

Associação Divina Providência

- FIPAR - Incentivo de garantia de direitos à pessoa idosa - Centro de Convivência - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) - 06 de outubro de 2022.

#### Adesões - Chamamentos Federais

 - Habilitação em Chamamento Féderal - Edital de Chamamento Público Nº 6/2022 Programa Viver
 (kit com 10 computadores, 1 impressora e 1 Televisor SMART TV 50 polegadas) - Adesão izada em 04 de marco de 2022.

#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNP# 15.780.9940001-09 | www.assasperators.pr.gov.he

- Edital de Chamamento Público N\* 8/2022 - Juventude: ( kit com 2 computadores com Webcam e

1 impressora) - Adesão realizada em 19 de agosto de 2022. - Acompanhamento da execução de Cartão Comida Boa: Este Programa disponibiliza às familias

veis do Estado do Paraná o valor de R\$ 80,00 mensais. O valor não pode ser sacado, mas sim utilizado para compra de produtos de alimentação, higiene e afins na rede de mercados, supermercados e assemelhados As famílias que tem direito a este beneficio são aquelas que têm uma renda per capita de até RS

210,00, sendo que são priorizadas as famílias que não recebem o Auxilio Emergencial. É essencial que a família esteja cadastrada no CadÚnico, e seu cadastro tenha sido atualizado há, no máximo, A cada três meses há revisão dos beneficiários, para garantir o atendimento às famílias que mais

cisam. Portanto seu beneficio pode ser suspenso após três meses, caso a familia passe a receber asferência do governo federal, ou não esteja mais dentro do critério de renda.

O Cartão Comida Boa é entregue através dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social: Total de Beneficiários, conforme folha de pap

Março 2022 – 337 beneficiários

Dezembro 2022-337 beneficiários

- Adesão ao projeto Caixa d'Água Boa, Elle é parte do Programa Nossa Gente Paraná. Além de equipamentos e kits de instalação fornecidos pela Sanepar, as familias elegíveis selecionadas

recebem um valor de R\$ 1.000,00 ( mil reais). - Oferta de capacitação para os profissionais do SUAS - Sistema Único de Assistência Social,

nanda sinalizada pelas coordenações dos equipamentos e solicitações dos servido

### Coordenação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

- Coordenação da Execução do Programa Compra Direta Paraná- Estadual (frutas, verduras, legumes, ovos, arroz, farinha e panificados) e PAA Federal. Compra Direta Paraná: Abrigo, Asilo, CRAS Santo Antônio, CRAS Esperança, CREAS, Hospital.

PAA: Abrigo, Asilo, CRAS Esperança, CREAS, Hospital, APAE, Divina, Bom Pastor, Ninho da Águia, CMEIs

Conselhos Municipais - Ano 2022

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Periodicidade das reuniões: Mensal Quantitativo de reuniões: 10 reuniões

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Periodicidade das reuniões: Mensal

Quantitativo de reuniões: 13 reuniões Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI

Periodicidade das reuniões: Bimestral

Quantitativo de reuniões: 7 reuniões

Periodicidade das reuniões: Trimestral

Quantitativo de reuniões: 4 reuniões

\* Nomenclatura alterada para Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI por meio da "LEI N". 2.896" de 03 de novembro de 2022.

Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA:

Principals atividades desenvolvidas:

Repasse de recurso financeiro, através do Termo de Fomento nº 0117/2022, no total de RS 54.500,00 à Organização da Sociedade Civil Asilo São Vicente de Paulo, para a execução de Serviço de Acolhimento Institucional - Instituição de Longa Permanência para Idosos/ILPI -Proteção Social de Alta Complexidade, cofinanciado com o recurso do Fundo Municípal dos Direitos do Idoso.



#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 CNPJ: 75.730.994/0001-00 | www.novamperanca.ps.gov.hr Gestão 2021 - 2024

Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem como objetivos a prevenção de situações de risco por meio do nto de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vinculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, susência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vinculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre ou

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública esta

ada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua como a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dada sua capilaridade nos órios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. Além de ofertar serviços e ações de proteção básica, o CRAS possui a função de gestão

orial da rede de assistência social básica, promovendo a organização e a articulação das midades a ele referenciadas e o gerenciamento dos processos nele envolvidos. O principal serviç ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Familia (PAIF), cuja ecução é obrigatória e exclusiva. Este serviço consiste em um trabalho de caráter continuado qu visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vinculos, pro esso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.

O municipio de Nova Esperança, caracterizado como Pequeno Porte II, de acordo com o CADSUAS, possui dois equipamentos - CRAS, sendo o CRAS Esperança e o CRAS Santo

Endereço: Rua Bahia, 91 – Vila Regina

Coordenação; Rubya Albuquerque Martins Riguete

Total de Famílias em Acompanhamento PAIF: 75 famílias

Número tota	de atend	imentos individ	uais: 3.05	6		and the second
Janeiro:	98	Fevereiro:	136	Março:	170	Abril:
Maio:	184	Junho:	119	Julho:	204	Agosto:
Setembro:	399	Outubro:	523	Novembro	512	Dezembro:
Número tota	l de visita	s domiciliares: 1	88	-		
Janeiro:	01	Fevereiro:	06	Março:	23	Abril:
Maio:	16	Junho:	03	Julho:	45	Agosto:
Setembro:	39	Outubro;	11	Novembro	08	Dezembro:
Números tot	al de auxí	lio natalidade co	ncedidos	: 40		The state of the s
Janeiro:	04	Fevereiro:	02	Março:	0.5	Abril:
Maio:	1.	Junho:	09	Julho:	08	Agosto:
Setembro:	04	Outubro:	02	Novembro	01	Dezembro:
Números de	auxílio fu	neral concedido	s: 02			
Janeiro:	-	Fevereiro:	01	Março:	01	Abril:
Maio:	1.	Junho:		Julho:	-	Agosto:
Setembro:		Outubro;	1-	Novembro		Dezembro:
Números de	auxilio ve	Inerabilidade te	mporária	concedidos: 998	500,000	
Janeiro:	61	Fevereiro:	86	Março:	107	Abril:
Maio:	96	Junho:	110	Julho:	99	Agosto:
Setembro:	71	Outubro:	87	Novembro	58	Dezembro:
				rária houve a cor	ncessão de	1 aluguel social
	auxilio ca	lamidade públic	ca concedi			
Janeiro:		Fevereiro:	-	Março:		Abril:
Maio:		Junho:	-	Julho:	-	Agosto:
					_	and the second second

- Grupos Socioeducativos PAIF, Familia Paran



Centro de Referência de Assistência Social - CRAS SANTO ANTÔNIO

Endereço: Rua Pioneiro Agostinho Peres, 45

· Entrega de panetones

Coordenação: Jéssica Fernanda Soldan Total de Famílias em Acompanhamento PAIF: 70 famílias ATENDIMENTOS CRAS SANTO ANTÓNIO - ANO 2022 Número total de atendimentos individuais: 3 966

Janeiro:	223	Fevereiro:	247	Março:	254	Abril:
Maio:	250	Junho:	195	Julho:	287	Agosto:
Setembro:	476	Outubro:	509	Novembro:	547	Dezembro
Número tot	al de visita	s domiciliares:	59			
Janeiro:	01	Fevereiro:	06	Março:	11	Abril:
Maio:	01	Junho:	01	Julho:	04	Agosto:
Setembro	06	Outubro:	11	Novembro	08	Dezembro
Número tot	al de auxil	io natalidade: 3	2			
Janeiro:	03	Fevereiro:	0	Março:	03	Abril:
Maio:	01	Junho:	04	Julho:	02	Agosto:
Setembro	06	Outubro:	01	Novembro	03	Dezembro
Número tot	al de auxíl	io funeral: 05	-		-	
Janeiro:	1	Fevereiro:		Março:	-	Abril:
Maio:		Junho:	02	Julho:	02	Agosto:
Setembro	01	Outubro:	-	Novembro	1.	Dezembro

Janeiro:	109	Fevereiro:	129	Março:	116	Abril:
Maio:	125	Junho:	115	Julho:	104	Agosto:
Setembro	161	Outubro:	153	Novembro	210	Dezembro
				rária bouve a con	cessão de	1 aluguel social
	al de auxi	lio calamidade p	üblica: 0	-		
Janeiro:	-	Fevereiro:		Março:	-	Abril:
Majo:	-	Junho;	-	Julho:	1.	Agosto:
Maio:	1					

Principais Atividades Realizadas:

-Grupo socioeducativo unificado realizado de forma remota

-Entrega de panetones

O CRAS também é o responsável pela articulação e Coordenação do Programa Nossa Gente raná é um Programa do Governo do Estado para acompanhamento das famílias que se encontram em situação de alta vulnerabilidade social. Público Alvo do Programa: Familias que se encontram m situação de alta vulnerabilidade social, segundo o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Paraná (IVF-PR).

Coordenação do Programa Nossa Gente Paraná: Ediclêia Rodrigues Perrud Total de Famílias acompanhadas: 61 famílias (referência: Novembro 2021). Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV

O município possui dois Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vinculos - SCFV sendo o SCFV Caminhando para o Futuro que atende adolescentes, adultos e

Idosos e o SCFV Brincar e Aprender que atende crianças. Estes Serviços são ofertados de forma r ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Individuos (PAEFI).

0



Endereco: Rua Romário Martins. 160 - Fundos Coordenação: Vanessa Carlos dos Santos

Usuários atendidos: - 39 adolescentes

- 138 Idosos Total de Usuários Atendidos: 177 usuários

- 2 Grupos socioeducativos de adolescentes (manhã e tarde);

- Oficina de Violão para os adolescentes:

- 5 Grupos socioeducativos de Idosos (realizados de forma descentralizada); - Oficina de Coral para os idosos;

- Atividades de cunho cultural, de lazer e esportivas

SCFV Brincar e Aprender Endereço: Avenida Felipe Camarão, S/N (ao lado do INSS)

Coordenação: Rosângela Ferreira de Souza Tetal de usuários atendidos: 69 crianças

Faixa etária: 6 à 12 anos Principais Atividades Desenvolvidas:

- Atividades socioeducativas; - Leitura e contação de histórias;

- Comemoração dos aniversários;

- Atividades recreativas e culturais;

emoração de datas alusivas (atividades, lembranças, dentre outros)

Terça-feira, 20 de Junho de 2023

- Participação em Campanhas Educativas (Trabalho Infantil, 18 de Maio)

Oficina de Artesanato Oficina de Violão:

O Município possui uma rede não governamental, no nível de proteção Social Básica, conta com 3 (três) Centros de Convivência que atendem crianças e adolescentes, sendo elas: Associação Divina Providência, Associação Ninho da Águia e Comunidade de Assistência Bom Pastor. A nidade de Assistência Bom Pastor oferta também o Programa de Aprendizagem Profiss para adotescentes, o município possui Termo de Colaboração com as referidas Organizações da sociedade Civil para a oferta de Serviço da Política de Assistência Social de forma complementar. Serviços de Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) de média complexidade, destina-se a famílias e individa em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações d violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convivio familiar devido à aplicação de medidas

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou familia. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mplexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e acões do Executivo

Os CREAS são unidades públicas responsáveis pela execução de serviços de média plexidade, oferecendo serviços de atenção especializada de apoio, orientação e acompanhamento a individuos e familias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça lação de direitos. Ele é implantado no âmbito local ou regional, de acordo com o Porte do

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR



Deficiência e Idosas e suas familias, desenvolvido pela Associação de Pais e Amigos dos mo Serviço Similar ao Centro dia.

Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade o Município conta com um Abrigo Institucional que atende Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, visa ofe colhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, em situação de medida de proteção e em situação de risco pessoal, social e de abandono, cujas familias ou

A unidade oferece um ambiente acolhedor, esta inserida na comunidade e possui aspec

1

elhante ao de uma residência. O atendimento prestado é personalizado, em pequenos grupos e favorece o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serv disponiveis na comunidade local.

#### ABRIGO INSTITUCIONAL ESPERANÇA Capacidade de atendimento: 20

Endereço: Avenida Maringá, 30

Coordenação: Silvana de Castro Palma Barbosa

Número Total de crianças e adolescentes em acolhimento em 2022: JANEIRO | 15 | FEVEREIRO | 18 | MARÇO | 16 | ABRIL | 19

		1000		1-COSS-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-00-0	100		
MAIO	19	JUNHO	19	JULHO	11	AGOSTO	10
SETEMBRO	12	OUTUBRO	7	NOVEMBRO	8	DEZEMBRO	11
Número de i	sovos a	colhimentos em 2	022:				-
JANEIRO	2	FEVEREIRO	3	MARÇO	0	ABRIL	3
MAIO	0	JUNHO	0	JULHO	0	AGOSTO	0
SETEMBRO	2	OUTUBRO	2	NOVEMBRO	1	DEZEMBRO	3
Número de	riança	s e adolescentes de	esacolh	idas em 2022:			-
JANEIRO	0	FEVEREIRO	0	MARÇO	2	ABRIL	0
MAIO	0	JUNHO	9	JULHO	1	AGOSTO	0
SETEMBRO	7	OUTUBRO	0	NOVEMBRO	0	DEZEMBRO	1

#### Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545 Principais avanços ocorridos no serviço:

#### - Ampliação do espaço físico: - Construção de sala de atendime

- Cursos de capacitação para a equipe técnica e coordenação;
- Orientação e acompanhamentos aos acolhidos e suas familias;
- Retorno gradativo das visitas dos familiares aos acolhidos; - Retorno dos atendimentos e a realização de passeios que estavam suspensos por conta da
- pandemia da COVID 19 e com a diminuição dos casos as atividades foram retornadas. A rede não governamental oferta o Serviço de Acolhimento para Pessoas Idosas: Asilo São

As organizações da Sociedade Civil de Proteção Social Especial: Asilo e Apae participaram

para oferta de serviço da Política de Assistência Social de forma essencial e/ou complementa Municipal, visando municipio para oferta de serviço da Política de Assistência Social de forma

#### O BPC é um beneficio da política de Assistência Social, que integra a Proteção Social

Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e para acessá-lo não é necessário que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras

Conforme dados do Portal da Transparência da Controladoria Geral da União, mês de eferência Outubro/22 o município de Nova Esperança possuía um total de 790 beneficiários do Beneficio de Prestação Continuada - BPC.

nto do auxilio emergencial que foi um beneficio que

veio para subsidiar as famílias devido a COVID 19 o Governo Federal extinguiu o Programa Bolsa Família através da decisão que integra a Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que mbém cria o Programa Auxílio Brasil e posteriormente é regulamentado pelo Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021. Segundo o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 em seu artigo 20 o programa

Auxilio Brasil atenderà às familias em situação de: I - extrema pobreza, caracterizada pela renda familiar mensal per capita no valor de até

R\$100,00(cem reais),denominada" linha de extrema pobreza"; e izada pela renda familiar mensal per capita no valor entre R\$100,01(cem reais e um centavo) e R\$200,00(duzentos reais), denominada "linha de pobreza".

com o número de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, desde que, estejam inseridos no

ema escolar, gestantes e nutrizes. O valor final será a soma de cada um dos beneficios, de acordo com a composição familiar. A concessão de beneficios continua sendo feita com base nas informações do Cadastro

O Programa Auxílio Brasil, é formado por três modalidades principais no "núcleo básico"

auxilios acessórios, que podem se somar ao núcleo básico. O limite é de cinco beneficios por Beneficios do Programa

 Beneficio Primeira Infância: para familias com crianças de até 3 anos incompletos. O beneficio deverá ser pago por criança nessa faixa etária.



reficio Composição Familiar: para familias que tenham gestantes ou pessoas de 3 a 21 ar de idade. O governo diz que o objetivo é incentivar esse grupo adicional a permanecer nos estudos cluir pelo menos um nível de escolarização formal.

 Beneficio de Superação da Extrema Pobreza: esse beneficio é concedido quando, computadas as "linhas" anteriores, a renda mensal per capita da família ainda estiver abaixo da linha de extrema pobreza. Neste caso, não haverá limitação relacionada ao número de integrantes de núcleo familiar.

No Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021 em seu Art.22. diz que:

eiros do Programa Auxílio Brasil, destinados a ações de transfer de renda com condicionalidades, nos termos do disposto no art. 3º da Medida Provisória nº 1.061,

 I - Beneficio Primeira Infância, pago mensalmente no valor de R\$130,00 (cento e trinta reais) por integrante, observado o disposto no §2º: II - Beneficio Composição Familiar, pago m te no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco

reais) por integrante, observado o disposto nos §2º a §7º;e III - Beneficio de Superação da Extrema Pobreza, calculado por integrante e pago no limite de un

Houve a unificação de programas sociais que ficarão sob a administração do Auxilio Brasil, incluindo também o Auxilio Esporte Escolar; a Bolsa de Iniciação Cientifica Júnior; o Auxilio Criança Cidadã; o Auxilio Inclusão Produtiva Rurat; o Auxilio Inclusão Produtiva Urbana; e o Beneficio Compensatório de Transição.

Dados Cadastro Único - Ano 2022: 4.908 familias cadastradas, dentre as quais - 11.552 pessoas

- 1.105 com renda per capita familiar de RS 00,00 e RS 105,00;

781 com renda per capita familiar entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00;

- 1.698 com renda per capita familiar entre R\$ 210,01 e meio salário mínimo; - Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Familia: 1.240.

#### Apoio à Gestão O Ministério da Cidadania possui mecanismos de apoio financeiro à gestão descentralizar

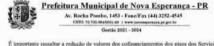
das ações de assistência social nos municípios, e também nos estados. Em relação às transferência: os municípios, o primeiro mecanismo criado foi o Índice de Gestão Descentralizada Municip ainda em 2006, com o objetivo de financiar a melhoria da gestão do Programa Bolsa Familia e do Cadastro Único. Posteriormente, com a consolidação do SUAS, as ações passíveis de financia om os recursos do IGD-PBF foram ampliadas. Em 2011, a Lei n.º 12.435/2011, que alterou LOAS, criou o IGD-SUAS, que tem como objetivo garantir o apoio financeiro da União descentralizada dos serviços, programas, projetos e beneficios de assistência social. Portanto, ne âmbito do município, IGD-PBF e IGD-SUAS compõe, de forma combinada e complementar, os mentos para o financiamento da gestão do SUAS.

O Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Familia (IGD-PBF) rep nte estratégia adotada pelo Ministério da Cidadania para apoiar e estimular os municípios a investir na melhoria da Gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único). Esse indice avalía a gestão em sei espectos fundam tais, oferecendo apoio financeiro áqueles municípios de acordo com o seu desempenho.

#### Índice de Gestão descentralizada do SUAS (IGD-SUAS) O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGD-SUA

tituldo pela Lei n.º 12.435/2011, que altera a Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e regulamentado pelo Decreto n.º 7.636/2011 e Portaria n.º 07 de 30 de janeiro de 2012. O IGD-SUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos

serviços, programas, projetos e beneficios socioassis stados, e mede o resultado da gestão descentralizada do SUAS com base na atuação do gestor, na mplementação, execução e monitoramento dos serviços, programas, projetos e beneficios de ssistência social, bem como na articulação intersetorial.



ano de 2020, tem por base a PORTARIA Nº 2.362, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que decorrentes do monitoramento da execução financeira e orçamentária realizada pelo Fundo cional de Assistência Social para promover a equalização do cofinanciamento federal do Si Unico de Assistência Social à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, desta

Despesa Simplificada no período de Janeiro a Dezembro - Exercício de 2022 (anexo).

#### rações finais

ransparência para a política de Assistência Social, além de garantir os princípios que norteiam a administração pública. Contribui sobretudo para que se torne possível a efetivação dos direitor socioassistenciais, sobretudo aos mais vulneráveis O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades presenciais, porém muitos desafios

trazidos pela pandemia, assim como por outros diversos fatores, especialmente a desigualdade socia torna a Política de Assistência Social como uma pólitica essencial na busca pelo atendimento da população usuária da Política, com vistas ao acompanhamento, apoio, orientação, encaminhamentos necessários na busca de garantir as seguranças afiançadas pela Política de Por fim, consideramos satisfatório os dados aqui apresentados, porém reconhecendo a

ade da busca constante pelo aprimoramento da oferta dos serviços, o fortalecimento da rede socioassistencial, a articulação com as Políticas Setoriais e o apoio do controle social acompanhando, fiscalizando e deliberando acerca das ações, Programas e Projetos da Política de

Nova Esperança, 09 de junho de 2023.

nto de gestão garante maior visibilidade







24.234,92

10.459,60

3,465,00

1.963,20

0,00

0,00

2.219.34

8.265,59

792,30

19.491,20

21.967.97

23,000,00

6.661,52

2.000,00

3,000,00

4.974,00

8.000,00

13.000,00

10.000,00

2.000,00

22,000,00

10.459,60

3,465,00

1,963,20

0,00

0,00

2.219.34

8.266,59

792,30

19,491,20

21,967,97

24,234,92

4.076,40

3,465,00

1.963,20

0,00

8.266,59

792,30

19.491,20

21,967,97

167,50

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0.00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

874,46

3.196,52

2.000,00

4.974.00

4,733,41

9.207,70

2.000,00

0,00

770,00

1.204,39

11.695,53

49.044,17

1.000,00

2.000,00

2.870,00

1.105,30

1.175,00

2.640,01

17,302,42

8.211,03

2.010,07

7.366,60

1.150,00

3.000,00

2.000,00

18.982,32

36,80

#### A construção e elaboração desse instrum

## Contribua com o Jornalismo Local



O 933 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.90.11.00.0 33939 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 5.000,00 5.000,00 5.000,00 0,00 0,00 5.000,00 O 768 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.90.13.00.0 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS O 769 10.004.08.243.0035.6.091.3.1.90.94.00.0 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 2,000,00 O 770 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.91.13.00.0 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 27.300,00 27.295,70 27.295,70 27.295,70 O 771 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.14.00.0 O 772 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0 01000 MATERIAL DE CONSUMO 122.000,00 120.795,61 119.312,93 114.801,02 5.994,59 0,00 O 773 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0 31939 MATERIAL DE CONSUMO O 774 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0 31942 MATERIAL DE CONSUMO 54.827,00 5.782,83 5.782,83 5.782,83 0,00 0,00 O 932 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.30.00.0 33939 MATERIAL DE CONSUMO 01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO O 775 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.33.00.0 1.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA 0,00 0,00 O 777 [0,004.08.243.0035.6.001.3.3.90.39.00.0 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 21.073,43 14.894,17 14.894,17 6.179,26 O 778 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.39.00.0 31939 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 3.000,00 130,00 130,00 130,00 0,00 0,00 O 779 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.39.00.0 31942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 35.000,00 1.407,14 1,407,14 1.407,14 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES O 780 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.40.00.0 0,00 O 781 10.004.08.243.0035.6.001.3.3.90.93.00.0 O 782 10.004.08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.486,00 7.134,57 3.750,98 3.750,98 O 783 10.004.08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0 31939 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.225,00 7.050,00 7.050,00 7.050,00 0,00 0,00 O 784 10.004.08.243.0035.6.001.4.4.90.52.00.0 31942 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 8.000,00 5.359,99 0,00 0,00 33939 EQUIPAMENTOS E MATERIAL 5.336,00 5.336,00 5.336,00 5.336,00 573.265,19 443.808,15 432,762.62 428.250,71 0.004.08.243.0035.6002 SCFV -Service de Con O 785 10.004.08.243.0035.6.002.3.1.90.11.09.0 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 232.000,00 231.218,88 231.218,88 231.218.88 0,00 0,00 O 998 10.004.08.243.0035.6.002.3.1.90.11.00.0 03000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 2.000,00 184,39 18439 0,00 O 787 10.004.08.243.0035.6.002.3.1.91.13.00.0 29.850,00 29.849,12 29,849,12 29.849,12 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.14.00.0 01000 DIÁRIAS - CIVIL 1,150,00 O 789 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.30.00.0 01000 MATERIAL DE CONSUMO 24.000,00 O 790 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.30.00.0 77.000,00 74.989,93 73.872,93 73,872,93 1.117,00 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.30.00.0 33934 MATERIAL DE CONSUMO 22,751,60 22.587,04 22.587,04 O 791 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.32.00.0 31934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 0,00 17.633,40 17.633,40 0,00 O 792 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.33.00.0 01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 1.150,00 0,00 0.00 0,00 O 793 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.33.00.0 3.000,00 0,00 0,00 O 794 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.36.00.0 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA 2.000,00 PIX - QR CODE 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -2.000,00 637,00 637,00 637,00 0,00 O 796 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.39.00.0 31934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA 34.017,68 23.648,68 10.369,00 23.648,68 0,00

10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.32.00.0

O 757 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.32.00.0

O 923 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.32.00.0

O 758 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.33.00.0

0 759 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.33.00.0

0 760 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.36.00.0

O 761 10.003,08,244,0037.2.136.3,3.90.39.00.0

O 762 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.39.00.0

O 922 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.39.00.0

O 764 10.003.08.244.0037.2.136.3.3.90.93.00.0

O 766 10.003,08.244,0037.2.136.4.4.90.52.00.0

O 767 10.004.08.243.0035.6.001.3.1.90.11.00.0

01000 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

31934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

33934 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

31934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA

01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

31934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

33934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA

01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

31934 EQUIPAMENTOS E MATERIAL

TOS E VANTAGENS FIXAS

01000 VENCIMENTOS I - PESSOAL CIVIL

01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

31934 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

www.jornalnoroeste.com

O 920 10.004.08.243.0035.6.002.3.3.90.39.00.0 33934 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES O 798 10.004.08.243.0035.6.002.4.4.90.52.00.0 01000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 4,000,00 2.890,00 2.890,00 0,00 1.110,00 O 799 10.004.08.243.0035.6.002.4.4.90.52.00.0 13.000,00 11.526,99 11.526,99 11.526,99 31934 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1,473,01 693,155,43 559,800,81 542.107,64 542.107,64 17.693,17 0,00 133.354,62 10.004.08,244.0036.2131 CREAS-Centro de Referência Especializado de Assistência Social 01000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 10.004.08.244.0036.2.131.3.1.90.11.00.0 133,67 O 1013 10.004.08.244.0036.2.131.3.1.90.11.00.0 31942 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL O 801 10.004.08.244.0036.2.131.3.1.90.13.00.0 01000 OBRIGAÇÕES PATRONAIS 16.024,18 16.024,18 16.024,18 75,82 O 803 10.004.08.244.0036.2.131.3.1.91.13.00.0 GAÇÕES PATRONAIS 17,130,37 17.130.37 17.130,37 21.869.63 804 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.14.00.0 0,00 01000 DIÁRIAS - CIVIL O 805 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.30.00.0 01000 MATERIAL DE CONSUMO 6.000,00 4.402,96 4.402,96 4,402,96 0,00 1.597,04 O 806 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.30.00.0 29.137,3 O 924 10.004.08.244.0036,2.131,3,3.90.30.00.0 33942 MATERIAL DE CONSUMO 43,906,92 1.278,80 1.278,86 1.278,86 0,00 42.628,06 O 807 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.32.00.0 33942 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA O 926 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.32.00.0 1,000,00 409,00 0,00 591.00 01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA O 808 10.004.08,244.0036.2.131.3.3.90.36.00.0 0,00 0,00 600,00 0,00 0,00 0,00 600,00 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.39.00.0 0,00 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.39.00.0 33942 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA O 925 10.004.08.244,0036.2.131.3.3.90.39.00.0 10,000,00 4.495,46 4.495,46 4,495,46 5.504,54 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.40.00.0 4.191.0 10.004.08.244.0036.2.131.3.3.90.93.00.0 91000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 0,00 O 813 10.004.08.244.0036.2.131.4.4.90.52.00.0 3.000,00 0,00 3.000,00 0 927 10.004.08.244.0036.2.131.4.4.90.52.00.0 3.259.99 33942 EQUIPAMENTOS E MATERIAL. PERMANENTE Total ProjAtiv: Asilo São Vicente de Paulo E 1022 10.006.08.241.0033.2.095.3.1.50.43.00.0 03000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 815 10.006.08.241.0033.2.095.3.3.50.43.00.0 01000 SUBVENÇÕES SOCIAIS 159.200,00 159.200,00 8.800,00 O 816 10.006.08.241.0033.2.095.3.3.90.39.00.0 7.377,8 7.377,89 10,000,00 6.697,85 2,622,11 Total ProjAtiv: cipal da Criança e Adol O 817 10.012.08 243.0011.6.107.3.3.90.14.00.0 01000 DIÁRIAS - CIVII 5.000,00 O 1009 10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.30.00.0 31861 MATERIAL DE CONSUMO 143,67 143,67 143,67 143,67 O 819 10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.33.00.0 01000 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO 2.000,00 0,00 0,00 0,00 0,00 2.000,00 0,00 0,00 10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.39.00.0 33861 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA O 936 10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.39.00.0 7.400,00 7,400,00 7,400,00 0,00 10.012.08.243.0011.6.107.3.3.90.93.00.0 01000 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 1.000,00 10.012.08.243.0011.6.107.4.4.90.52.00.0 10.012.08.243.0034.6.108.3.3.50.43.00.0 01000 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

LASSIFICAÇÃO	NOME	CPF/MF	PONTUAÇÃO
1*	SOLANGE APARECIDA GONÇALVES	054.778.969-65	100
2*	VALENTINA APARECIDA ROCHA FERNANDES	632.412.349-91	100
3*	ROSINEY PERUGINE	170.353.858-78	90
4*	ROSANA PERUGINI FERREIRA	189.246.808-54	80
5*	IVONE MARIA DA SILVA	904.154.349-04	70
6*	SIMONE ANDREIA DA SILVA GOMES	030.467.649-79	65
7*	GILBERTO DOS SANTOS LIMA	037.986.739-77	60
8*	MARCIA CRISTINA DIAS RODRIGUES	905.177.339-00	60
9*	RAFAEL CARLOS PASSARELI DA SILVA	068.664.539-17	60
10°	IVONETE BEZERRA DA SILVA	005.639.169-23	55
11"	SUZI MARA GOMES DA SILVA	027.038.619-07	50
12"	KATIANE RAMOS DA SILVA	055.052.739-71	50
13"	SANDRA REGINA DOS SANTOS	010.066.469-57	50
14"	TAINA GOMES RIOS	095.462.569-27	50
15"	SANDRA GOES LIMA	076.265.639-56	50
16"	VIVIANE PEREIRA DE ARAUJO DAROLT	053.847.579-06	50
17"	ROBERTO DE ASSIS DOS SANTOS	052.109.189-63	45
18"	VANDI ANTONIA DA SILVA	022.507.159-20	45
19°	BRUNA FERNANDES	096.450.519-32	45
20°	SEBASTIANA DE SOUZA	020.565.839-33	40
21"	ROSALINA LUCILIA	053.339.569-01	40
22"	VALDIRENE ROSA SOARES	003.622.689-08	40
23*	LARISSA GABRIELA DE OLIVEIRA PINTO	116.223.819-47	40
24"	CIRLENE MACHADO DO NASCIMENTO RODRIGUES	736.188.619-15	35
25"	DOMINGA RIBEIRO DOS SANTOS	968.271.495-87	35
26"	EDILENE ALVES DOS SANTOS CHIOGNA	079.651.489-51	30
27"	NILTON DE OLIVEIRA	750.102.249-68	30
28"	LAIRTON DE OLIVEIRA ASSIS	815.237.699-04	30
29"	ROSELI MAZZONI DE SOUZA	068.720.809-22	30
30"	JAIRA LOPES MAGALHĀES	040.013.219-20	25
31"	ROSILENE TEODOZIO DA SILVA FALCÃO	029.164.339-61	25
32"	ROSELI DAS GRAÇAS SANTOS	597.026.649-34	25
33*	ROSELI LOURENÇO ALPANHEZ	869.608.309-15	25
34"	ELIZABETH DE OLIVEIRA	076.090.589-47	20
35"	HELEM CAROLINE SILVA DE SOUZA	071.612.759.89	20
36"	CLEUNICE DA SILVA	677.679.079-53	20
37"	SIMONE DE SOUZA VOROLLO	117.244.918-06	20
38"	ERIK HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	120.930.669-71	20
39"	MARIA ROSALIA FERNANDES	025.516.429-73	20
40"	GERCINA MARIA DA SILVA MAGRI	826.566.909-78	20
41"	ANA PAULA GOMES DA SILVA	026.983.049-95	15

41"	ANA PAULA GOMES DA SILVA	026.983.049-95	15	
42*	FRANCIELLE CRISTINA ROSA	076.911.259-50	15	
				-
43*	YILIAM RACHEL RIVERO TORRES	800.821.549-61	15	_
44*	GEGISBEL DE OLIVEIRA	342.018.738-62	10	
45*	MARAYSA ANGELA DOS SANTOS	083.827.159-66	10	
46*	LILIAN CASSIANO	072.323.039-04	10	
47"	CAMILA DANIELI DE CASTRO	079.854.519.43	10	
48*	RAYANA CAROLINE PEREIRA FONTES	127,476.219-79	10	
49°	BRUNA DE SOUSA GOMES	996.401.712-04	10	
50*	DEBORA FUGIHARA DA SILVA GIBIN	082.835.739-00	10	
51*	NEUZA VIEIRA DOS SANTOS SOUZA	861.652.249-20	10	
52*	ADRIANA LUCIA FERREIRA DE ARAUJO	612.456.409-25	10	
53*	FRANCIMARA RAIS DA SILVA	053.557.239-50	10	_
54*	ROSIMEIRE PENA DE CASTRO	944.180.129-15	10	
55*	JHANNIFFER SALES DA COSTA	102.073.359-40	10	_
56*	HILDA APARECIDA DA SILVA	052.242.659-08	10	_
57°	GLADYS JOSY DE ALMEIDA	068.457.329-65	10	-
58*	JESSICA BEUNI PEREIRA DOS SANTOS	080.891.859-16	10	-
59*	ADRIANA SANTOS FIM	091.766.339-00	10	-
				-
60°	ALICE POLIANA DE OLIVEIRA	109.688.929-30	10	_
61"	AMANDA NUNES ARNAUT	065.139.189-50	10	
62"	ANDREA FACIN SOARES	006.242.149-23	10	
63*	ANDREINA DE ANDRADE ANTONIO	129.561.759-55	10	
64*	CRIS REGINA DE CARVALHO	030.101.799-95	10	
65*	CRISTINA MOREIRA DE OLIVEIRA	056.311.479-71	10	
66*	EDUARDO LOBATO DEQUIQUE	091.645-119-44	10	
67°	ELIANE TEODORO DA SILVA FARIAS	057.453.329-05	10	
68*	GABRIELA DE OLIVEIRA GOMES	113.520.829-85	10	
69"	GABRIELA DEUS GONÇALVES	103.470.729-92	10	
70°	GABRIELA FERNANDA DA SILVA FERREIRA	117.457.179-94	10	
71"	GUILHERME ESPINDOLA	122,687,709-58	10	_
72°	IRENE PAES LEMES DO NASCIMENTO	066.604.489-93	10	_
73*	JESSICA JANAINA NUNES DA SILVA	111,084,719-00	10	_
74*	MATEUS BATISTA DA CONCEIÇÃO CALERAN	120.740.369-57	10	_
75*	NAISA ARIANE BARBOSA	078.347.679-50	10	-
76*	NATALIA FERNANDA SENA DE MORAES	103.627.139-01	10	-
77°	PAMELA NATIELI RODRIGUES COSTA	119.971.909-90	10	-
78°	PATRICIA DE OLIVEIRA DA SILVA	004.494.479.95	10	-
				_
79°	PEDRO HENRIQUE DA SILVA SANTOS	125.531.629-28	10	_
80"	ROSILENE MATOLLA DA SILVA RODRIGUES	086.763.977-67	10	
81"	SIMONE CANDIDO DA SILVA	027.957.099-61	10	
82"	VANIA PAULA COSTA	031.020.559-07	10	
83*	VITORIA APARECIDA DE MELLO ALVES	129.723.789-70	10	
84*	WELLINGTON FERNANDES DOS SANTOS	119.953.839-61	10	
85*	DANIELLE DAYANNE DA SILVA BARONI	068.754.559-51	10	
86"	MARIA DE FATIMA DA SILVA	004.743.249-74	10	
87*	RAFAELA APARECIDA SILVA BUENO	067.642.649-29	10	
88"	GRISIELE DE CARVALHO SILVA	316.717.788-80	10	
89"	SIMARA APARECIDA PEREIRA	944.170.599-34	5	
90*	JESSICA MILENE FARIAS	083.723.099-30	5	_
91"	NATANY RAFAELA DE QUEIROZ	090.614.489-21	5	-
92*	RENATO MOREIRA	077.319.259-00	0	-
93*	ELISANGELA DE OLIVEIRA	074.486.919-61	0	-
94"	WELLINGTON RAFAEL PEREIRA DE OLIVEIRA	089.717.089-05	0	-
95*	MANOELA AURA DE OLIVEIRA	105.869.859-13	0	_
				-
96*	VIRLENE DOURADO	029.473.839-82	0	_
97"	ANA IARA ALVES BERNARDES	091.926.059-40	0	
98"	ADRIANA ALVES DA SILVA	049.820.149-06	0	
99*	ELISANGELA DE SOUZA ALMEIDA	035.278.029-08	0	
100°	DANIELA PADILHA DE BORBA DOS SANTOS	100.838.289-23	0	

1D

<b>1</b>	CEP - 87.180-000 - Fo www.presidentecaste	
	AVISO DE LI Pregão Eletrônic Processo 0	o N° 037/2023
	O Municipio de Presidente Castelo Branco público, para conhecimento dos interessade 2023 às 09900min, em sessão pública elette Brasilia- DF) do dia 3006/2023, através de destinado A ATA DE REGESTRO DE PREE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTI. (ARMADA E DESARMADA), EM TURNO Conforme específicação do termo de referêt Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregão Ilicitação nº 037/	os, que firá realizar no dia 30 de junho de ónica a partir das 9.00 horas (horário de site https://www.comprasnet.gov.br/. 20 PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE SERVIÇOS DE SECURANÇA. S (DÍÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS. Icia, conforme especificado no Edital de Eletrônico.
	www.presidentecastelobranco.pr.gov.br.	a se dispositive nos endereços eledonicos
	Presidente Caste	lo Branco - PR, 19 de junho de 2023.
	MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO:76279959000 170	Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO:76279959000170 Dados: 2023.06.19 16:08:01 -03'00'
	João Péricles	Martinati

Juntos por uma Castelo Branco me

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO - PR Rua José Peres Gonçales, 53 – Centro – CNPI - 76.279.959/0001-70 CEP - 87.180-000 – Fones (44) 3135-0810 www.gresidentezatelobranco.gr.gov.br
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico N° 38/2023 Processo 58/2023
O Município de Presidente Castelo Branco, no exercício das atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 04 de julho de 2023 às 09h00min, em sessão pública eletrônica a partir das 9:00 horas (horário de Brasilia- DF) do dia 040/7/2023, através do site highes/loway comprasnet_gov_br/, destinado à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CALIJAS E RUFOS, Conforme especificação do termo de referência, conforme especificado no Edital de Licitação nº 038/2023 na modalidade Pregão Eletrônico.
Informamos que a integra do Edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos www.presidentecastelobranco.pr.gov.br.
Presidente Castelo Branco - PR, 19 de junho de 2023.
MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO:762799590001  Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO BRANCO:76279959000170

Dados: 2023.06.19 16:03:47 -03'00'

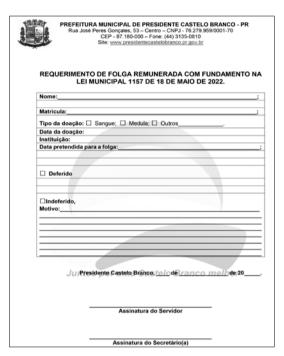
Ð

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRE	
Rua José Peres Gonçales, 53 – Cent CEP - 87,180-000 – Fo	
www.presidentecaste	
AVISO DE L Pregão Eletrôni Processo (	to N° 037/2023
público, para conhecimento dos interessad 2023 ás 09/h00min, em sessão pública elett Brasilia-DFJ do dia 30/06/2023, através do destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE- EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST (ARMADA E DESARMADA). EM TURNO Conforme especificação do termo de referê Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregão Informamos que a integra do Edital encontro.	ónica a partir das 9.00 horas (horário de o site https://www.comprasnet.gov.br/. CO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA. SS (DIÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS. ncia, conforme especificado no Edital de Eletrônico.
público, para conhecimento dos interessad 2023 às 09000mir, em sessão pública elette Brasília- DF) do dia 30/06/2023, através di destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE- EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST CARMADA E DESARMADA). EM TURNO Conforme específicação do termo de referê Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregão	os, que fará realizar no día 30 de junho de ómica a partir das 900 horas (horário de o site https://www.comprasnet.gov.br/, CO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURAYÇA. DE (DIÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS. necia, conforme especificado no Edital de Eletrônico.
público, para conhecimento dos interessad 2023 às 09h00min, em sessio pública elette Brasilia- DF) do dia 30 06/2023, através de destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST (ARMADA E DESARMADA). EM TURNO Conforme especificação do termo de referê Licitação nº 03/7/2023 na modalidade Pregalo Informamos que a integra do Edital encontro www.presidentecastelobranco.pr.gov.br. Presidente Caste	os, que fará realizar no día 30 de junho de ómica a partir das 900 horas (horário de o site https://www.comprasnet.gov.br/, CO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE AÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURAYÇA. DE (DIÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS. necia, conforme especificado no Edital de Eletrônico.
público, para conhecimento dos interessad 2023 às 09/h00min, em sessão pública eleti Brasilia- DFJ do dia 30/06/2023, através do destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE- EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST (ARMADA E DESARMADA). EM TURNI Conforme sepecificação do termo de refer Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregão Informamos que a integra do Edital encontra www.presidentecastelobranco.pr.gov.br.	os, que fará realizar no día 30 de junho de  ómica a partir das 900 horas (horário de  o site https://www.comprasnet.gov.br/. CCO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE  AÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA.  DS (DÍARIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS.  COLARIOS, DE 30 HORAS E 12 HORAS.  COLARIOS DE 30 HORAS E 12 HORAS
público, para conhecimento dos interessad 2023 às obbliona et de 18 destinado 2023 às obbliona et de 18 destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST (ARNADA E DESARMADA), EM TURNO Conforme especificação do termo de referê Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregalo Informamos que a integra do Edital encontrol www.presidentecastelobranco.pr.gov.br.  Presidente Caste	os, que fará realizar no día 30 de junho de  ônica a partir das 9:00 horas (horário de  o site https://www.comprassiet.gov.br/. CO PARA FUTURA CONTRATACÃO DE  ACÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA.  DS (DIÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS.  noia, conforme especificado no Edital de  Eletrônico.  a-se disponível nos endereços eletrônicos  elo Branco - PR, 19 de junho de 2023.  Assinado de forma digital por  MUNICIPIO DE PRESIDENTE
público, para conhecimento dos interessad 2023 às obblica elette Brasilia- DF1 do dia 30 06/2023, através di destinado à ATA DE REGISTRO DE PRE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PREST (ARMADA E DESARMADA), EM TURNO Conforme especificação do termo de refet Licitação nº 03/7/2023 na modalidade Pregão Informamos que a integra do Edital encontro www.presidentecaste/obranco.pr.gov.br.  Presidente Caste MUNICIPIO DE	os, que fará realizar no día 30 de junho de  ómica a partir das 900 horas (horário de  o site https://www.comprasnet.gov.br/. CO PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE  AÇÃO DE SERVICOS DE SEGURANÇA.  DE (DIÁRIOS) DE 8 HORAS E 12 HORAS.  COLARIOS, DE 9 HORAS E 12 HORAS.  COLARIOS DE 9 HORAS E 12 HORAS
público, para conhecimento dos interessad 2023 são 09/000 enteressad 2023 são 09/000 enteressad pública elette Brasília- DF) do dia 30/06/2023, através d destinado são ATA DE REGISTRO DE PREE EMPRESA ESPECLALIZADA NA PRESTA ESPECLALIZADA NA PRESTA CONforme especificação do termo de referê Licitação nº 037/2023 na modalidade Pregão Informamos que a integra do Edital encontravava presidentecastelobranco pr.gov.br.  Presidente Caste MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO	os, que fará realizar no día 30 de jumbo de ómica a patrit das 900 horas fornário de o site https://www.comprasnet.gov.br/. CO PARA PLITIRA CONTRATAÇÃO DE ACÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA. SE (DÍARIOS) DE SI HORAS E 12 HORAS. Is (DÍARIOS) DE SI HORAS E 12 HORAS. acase disponível nos enderços eletrônicos elo Branco - PR, 19 de junho de 2023. Assinado de forma digital por MUNICIPIO DE PRESIDENTE CASTELO CASTELO CASTELO CASTELO CASTELO CASTELO CASTELO

Juntos por uma Castelo Branco melhor

## CONTINUA NA PÁGINA 11

DECRETO Nº 676, DE 15 DE JUNHO DE 2023. <u>**SÚMULA**</u>: Regulamenta o disposto na Lei 1157 de 18 de maio de 2022. do Parana, no exercicio de seu d las pelo Art. 51, II da Lei Orgânica, Art. 1°. A folga disposta nos artigos 11°, 12° e 13° da Lei 1157/2022 deverá seguir a I – O servidor público que realizar a doação voluntária de sangue, medula óssea órgãos, teciclos, ou partes do corpo à instituição idônea, deverá apresenta requerimento de folga conforme ANEXO I do presente decreto com prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis a respectiva secretaria; III - Em caso de Indeferimento deverá conter justificativa plausível pela IV – O indeferimento n\u00e3o acarreta a perda do direito de folga do servidor, que apresentar novo requerimento para folga em data diversa; JOAO PERICLES MARTINATI:733391 JOAO PERICLES MARTINATI:73339113904 Dados: 2023.06.19 16:29:39 -03'00 JOÃO PÉRICLES MARTINATI







	PREFEITURA MUNICIPAL DI BRANG	CO	IDENTE	CASTELO	)	
	Estado do Paraná Rua José Peres Gonçales, Nº 53 - Centro Fone: 44 3135-0810 CNPJ N° 76.279.9590001.70 CEP. 87180-000					
	Termo de Homologação e Adjudic	ação de P	rocesso L	icitatório		
especi poster	refeito Municipal, João Péricles Martinati, no uso das atrib ialmente sob a Lei nº 10.520/02 e ema face aos princip isores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Peri COMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nester	pios ordena eiro e sua e	dos através	da Lei nº 8.666		
b) Lici c) Mo d) Dat e) Obj SERV	cesso nº, 27/2023 lação nº, 6 /2023 stalidado: Tomada de preços a Homologação: 1996/2020 todo à Liotação: CONTRATAÇÃO DE EMPRI TICBO S. SUÍÇO LOCALIZADO NA PRAÇA DAS PALME	PAMENTOS				
f) Forr	necedores e Itens Vencedores:					
Item	ECO POLO ENGENHARIA LTDA Produto/Servico	Unidade	Quantida	de Preço	Preço total	
1	SERVIÇOS PLELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA placa de obra 4,00x,20 m, em chapa de aço galvanizado, inclusive armação em madeira e pondadete, locação de correleier 2,30x,50 m at 2,50 m, para escritorio, sem divisorias internas e sem sandario.	UND	1,00	8.513,32	8.513,32	
2	MOVIMENTO DE TERRA, DISENAGEM E AGUAS P.LIVAIS caba e cornolementos, secarução horizonal em são de 1º categoria, caraleta mais caras prix- modidad de ocorredo (0.300M) domecimento e instalação, tubo PVC selvie R, água pluvia, DN 150MM, fornecido e instalação em condutores verticais es águas pluviais. AF 08/2022, caixa de captação com greiha de ferro (0.000) CM águas pluviais.	UND	1,00	23.688,65	23.688,65	
3	FUNDAÇÕES estaca broca de concreto, diametro de 25 CM, escavação manual com trado concha.	UND	1,00	7.710,15	7.710,15	
4	FECHAMENTO alambradopara quadra poliesportiva com tubos de apo e ella de arame galvanizado, fio 12 bwg, e maiha quadrada 5x5CM, (exceto mureta), portão de correr em gradil fixo barra de femo chata de 3x114 na vertical, sem quadrado, acabamento natural, com stribos e roldanas.	Mº	1,00	130.891,58	130,891,58	
5	PAISAGISMO plantio de grama esmeralda em placas. AF-05/2022	M <sup>2</sup>	1,00	52.828,71	52.828,71	
	II, UMINAÇÃO poste de aço continuo curvo duplo, flangeado, H=ATÉ 9,0 metros, refletor de led 2000W 6500K BIVOLT.	UND	1,00	85.340,16	85.340,16	
6					308.972,57	
6	TOTAL					
6	Presidente Castelo Branco MUNICIPIO DE	Assinado de	forma digita			



### MPPR denuncia por homicídio qualificado dois homens que praticaram "racha" de veículos que causou a morte de uma pessoa e feriu outra em Ponta Grossa

Terça-feira, 20 de Junho de 2023

O Ministério Público do Paraná, por meio da 10<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, denunciou por homicídio e tentativa de homicídio qualificados dois homens investigados por terem praticado um "racha" no trânsito que causou a morte de uma pessoa e feriu outra. As vítimas foram um homem de 31 anos de idade, que morreu após a colisão entre os veículos, e seu filho, de 11 anos, que ficou ferido com a batida.

O crime ocorreu na noite do dia 16 de março deste ano, quando os dois denunciados - com 23 e 21 anos de idade - trafegaram na Avenida Visconde de Mauá, no bairro Oficinas, por pelo menos 2 quilômetros, em velocidade muito acima da permitida na via, caracterizando a ocorrência de disputa automobilística não autorizada pela autoridade competente, popularmente conhecida como "racha". A prática causou a colisão de um dos carros participantes do ato criminoso com o veículo da vítima.

Foram consideradas pela Promotoria de Justiça as qualificadoras do uso de recurso que dificultou a defesa da vítima e por ter sido praticado contra menor de 14 anos de idade. Além disso, um dos denunciados também foi requerido pelo MPPR por ter deixado o local sem prestar socorro às vítimas, o que configura crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro. A ação penal tramitará junto à 2ª Vara Criminal de Ponta Grossa.

Processo número: 0007615-60.2023.8.16.0019 **MPPR** 

## Unioeste abre inscrições para contratar professores para cadastro de reserva

São 88 vagas de cadastro de reserva nas áreas de conhecimento ou matérias nos cinco campi da Unioeste (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu).

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) publicou o edital para as inscrições do primeiro Processo Seletivo Simplificado de 2023 (PSS-2023) para a contratação de professor de Ensino Superior. São 88 vagas de cadastro de reserva nas áreas de conhecimento ou matérias nos cinco campi da Unioeste (Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu).

As inscrições devem ser realizadas somente por processo eletrônico no site https://www. unioeste.br/portal/cogeps/concursos/docentes, do dia 20 de junho de 2023 até o dia 24 de julho de 2023, sendo o dia 25 de julho o último prazo para pagamento da taxa. O pagamento da taxa de inscrição deve ser efetuado somente na Caixa Econômica Federal ou nas casas lotéricas credenciadas. O interessado pode solicitar a isenção do valor da taxa de inscrição a partir do dia 20 de junho de 2023 até as 17 horas do dia 26 de junho de 2023.

As vagas são para as áreas de Estatística, Educação Matemática, Ginecologia, Saúde Coletiva, Anatomia Humana, Dentística Restauradora, Cirurgia e Traumatologia Buco Maxilo Facial, Botânica, Ecologia, Genética, Enfermagem, Letras - Estudos Litérarios, Políticas Educacionais, Contabilidade Geral, Física para Engenharias, Química para Engenharias, Libras, Direito, Geografia, Hematologia, Reumatologia, entre outras.

O candidato pode inscrever-se em até duas vagas, desde que essas sejam para o mesmo câmpus, sendo validadas as duas últimas inscrições com as respectivas taxas pagas ou isentas, mediante a escolha das áreas de conhecimento ou matéria. São convocados por edital os candidatos com inscrição homologada para realizarem uma prova didática com arguição na forma remota. A segunda etapa é uma avaliação do currículo. A contratação obedece à ordem classificató-

ria, sendo efetivada no nível inicial das diferentes classes da carreira. A convocação dos candidatos ocorrerá conforme a disponibilidade de carga horária e a necessidade de cada colegiado durante o ano letivo.

#### Agência Estadual de Notícias

www.jornalnoroeste.com Terça-feira, 20 de Junho de 2023

### **ECONOMIA**

## Chegada do frio aquece as vendas e impulsiona o comércio local

Baixas temperaturas estimulam consumidores a aquecerem-se com compras em Nova Esperança, gerando um aumento significativo nas vendas.

Alex Fernandes França alexnoroeste@hotmail.com

Com a queda das temperaturas, Nova Esperança está vivenciando um aumento significativo nas vendas e uma movimentação intensa no comércio local. A população, em busca de se aquecer e se preparar para as baixas temperaturas, tem encontrado no comércio uma forma de adquirir produtos essenciais e desfrutar de momentos agradáveis.

O comércio de Nova Esperança oferece uma variedade de opções para atender às necessidades dos consumidores nesta época do ano. Roupas de inverno, como casacos, luvas, cachecóis e botas, estão entre os itens mais procurados. As lojas tem registrado um aumento expressivo na demanda por esses produtos, tanto por parte dos moradores da cidade quanto por visitantes de municípios vizinhos.

A reportagem conversou com a Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Nova Esperança (Acine), Leonilda Benália. "A mudança nas temperaturas já está impulsionando o comércio, e a Associação Comercial está



"A queda nas temperaturas tem um impacto significativo no comércio, especialmente em determinados setores. O comércio de Nova Esperança tem uma gama de variedades com ótimos preços", explicou a Presidente da Associação Comercial e Empresarial, Leonilda Benália.

à disposição dos comerciantes para fornecer suporte, promover parcerias e buscar soluções que beneficiem o setor como um todo", frisou.

Além das vestimentas, os estabelecimentos comerciais também tem visto um aumento nas vendas de acessórios relacionados ao inverno, como cobertores, edredons e aquecedores elétricos. Esses itens ajudam a proporcionar um ambiente mais aconchegante e confortável durante as noites frias, impulsionando ainda mais as vendas.

Setores de alimentação

e gastronomia também tem se beneficiado com a chegada do frio.

Segundo comerciantes locais, a combinação de uma ampla variedade de produtos, preços competitivos e um atendimento personalizado tem contribuído para o sucesso das vendas. Muitos estabelecimentos também adotaram estratégias de marketing, como descontos especiais, para atrair os clientes e garantir a fidelização.

O aumento nas vendas aquece a economia local, impulsionando o desenvolvimento do comércio em

Aconchego Para os moradores de Nova Esperança, a chegada do frio vai além de uma

continue crescendo.

de inverno e esperam que

o fluxo de consumidores

simples mudança climática. É um momento de oportunidades, de desfrutar do aconchego e aquecer-se com compras e experiências que valorizam as características únicas desta estação.

Para os comerciantes, a chegada do clima frio é um momento crucial para impulsionar as vendas e recuperar o movimento após períodos mais calmos. Eles trines atrativas e treinando suas equipes para oferecer um atendimento de quali-

As lojas de vestuário tem sido especialmente beneficiadas com a busca por roupas de inverno. Casacos elegantes, blusas de lã, gorros e cachecóis têm sido os itens mais procurados pelos consumidores. As cores e estampas da estação têm dominado as vitrines, atraindo a atenção de quem passa pelas ruas do centro comercial.

"Historicamente, temos observado um aumento nas vendas em diversos setores durante o inverno. Embora os números exatos possam variar de acordo com fatores econômicos, é comum ver um aumento médio de 25% a 30% nas vendas durante os meses mais frios do ano". explicou Leonilda Benália.

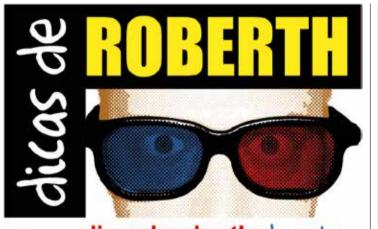
Outro setor que tem experimentado um crescimento notável é o de calçados. Botas de diversos estilos, desde as mais clássicas até as mais modernas, tem sido o destaque nas prateleiras das lojas. Os consumidores estão investindo em calçados que não apenas protegem do frio, mas também agregam estilo aos looks de inverno.



A chegada do frio trouxe consigo uma brisa de esperança para o comércio local. Os estabelecimentos estão prontos para receber os consumidores em busca de produtos que ajudem a enfrentar as baixas temperaturas e proporcionem conforto e bem-estar.

Nova Esperança. Os lojistas têm se preparado com anestão otimistas em relação ao restante da temporada toques, investindo em vi-

tecedência, renovando es-



conheça em dicasderoberth. blogspot.com

## Via Ápia brava gente brasileira

Um dos melhores romances brasileiros dos últimos tempos em que mostra a Comunidade na sua forma mais verdadeira, crua e crucial para compreender como vencer verdadeiramente todo tipo de violência, dor e preconceito.

E digo mais este livro da Companhia das Letras vai fazer bonito no Jabuti 2023 e mostrar que o verdadeiro jogo da vida se vence com harmonia e sem esconder o viés da verdade com falsidades. O autor é um mestre em fazer do coloquial uma linguagem genial e com isso a obra conquista a brava gente brasileira e o mundo todo, e não pode faltar na sua leitura instigante deste novo normal.

#### Onde encontrar:

www.companhiadasletras.com.br

Sem fantasias Em cada jogada Eu vejo a Comunidade Bang Bang Bang Chega de malandragem Queremos A Via novamente Em harmonia Com o povo Em alegoria



Roberth Fabris é crítico de cinema e artes, Mestre em Letras, arte educador, autor da obra aclamada pela crítica e público O Retorno do Pequeno Príncipe, e da obra prima Xeque Mate, que agrada gregos e troianos, e idealizador do projeto cultural Mundo Geek e do Dicas de Roberth o canal com mais de cinco mil vídeos para você e sua família se divertirem. Para feiras literárias, eventos, livros autografados, palestras, bate papo e lançamentos com o autor e youtuber cultural entre em contato roberthfabris@gmail.com



### Excelente oportunidade

Sítio em ótima localização próximo a cidade, 700 metros do asfalto, topografia plana. A propriedade contém duas casas, sendo uma de madeira de aproximadamente 70m², poço semi artesiano, várias árvores frutíferas, lavoura de mandioca, milho e morango.

O lote com área de 6,4680 alqueires Paulistas seja 156.526,00 m² iguais a 15,6526 Hectares.

> Ligue: (44) 3045-6161 (44) 99161-3131











### Parabéns

Vinicius Vasconcelos

Herradon de Souza, aprovado no exame da Ordem (OAB). Seja bem-vindo para o grande trabalho que o espera na nova profissão. Da família, para toda nossa alegria.

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste

LELNº 2.267/2023, DE 15 DE JUNHO DE 2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de SANTA FÉ, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovará e ele sancionará a seguinte:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as direttizes gerais para a elaboração do orçamento do Municipio para o exercicio de 2024, estabelecem as receitas e as despesas da Administração Direta e Indireta e Fundos, compreendendo:

as Prioridades da Administração Municipal;

a Estrutura dos Orçamentos; as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município; as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal:

as Disposições sobre Despesas com Pessoal

as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e as Disposições Gerais.

#### I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida pública para o exercicio de 2024, estão identificados nos Demonstrativos 1 a VIII desta Lei, em conformidade com a PORTARIA CONJUNTA STN/SOF Nº 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentària Anual abrangerà as Entidades da Administração Direta, Indireta, Fundos, que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4 º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

Demonstrativo I Demonstrativo II

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior Demonstrativo III

Exercicio Anterior;

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais
Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

- Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo IV

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

Demonstrativo VI

- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de

Demonstrativo VII Demonstrativo VIII

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município. De forma a compatibilizar as metas com o Plano Plurianual.

#### METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Divida Pública, para o Exercicio de Referência 2024

§ 1° - Os valores correntes do exercício de 2024 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Indice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela PORTARIA CONJUNTA STN/SOF N° 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores rentes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

#### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Liquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil es, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES Art.7° - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada to Consolidada Liquida, deverdo estar instruidos com memória e metodología de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDV, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: 51 – CEP 86 778-9600 "Santa Fê, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

ercicios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsidio às análises, os valores devem ser demonstrados ores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos indices já comentados no Demonstrativo I.

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8° - Em obediência ao § 2°, inciso III, do Art. 4° da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do

### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

#### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais im demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compens a não propiciar deseguilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsidio, crédito presumido, são de isenção, alteração de aliquota ou modificação da base de cálculo e outros beneficios que sondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, iente da elevação de aliquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou

### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 11 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um periodo superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Jado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado

#### MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO. RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-

Prefeitura Municipal de Santa Fé

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 12 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja incido com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercicios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política económica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 407/2011-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO Art. 13 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos

orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodología estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL Art. 14 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Alivo Disponível, mais Haveres Financeiros menos a Pagar Processados, que resultará na Divida Consolidada Liquida, que sondada às Receitas de apões e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Divida Fiscal Liquida. METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA

Art. 15 - Divida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será antada pela emissão de titulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, ulda dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024.

Art. 16 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercicio financeiro de 2024, serão definidas e demonstradas no Orçamento Anual 2024 compatíveis com os objetivos e normas

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmer a as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, ite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilibrio das contas públicas.

#### III - DA ESTRUTURA DOS ORCAMENTOS

Art. 17 - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado er conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Mrt. 10 - A Lei Urçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1599 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 19 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORCAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20 - O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilibrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações e Fundos (arts.1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 21 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do periodo, o crescimento econômico, a amplicação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercicios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 22 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências univerbales.

programa ou attividades vinculadas a recursos oriundos transferências voluntárias; obras em geral, desde que ainda não iniciadas; dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e positulturas.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONEFAX: (44) 3247 1247 – CAIXA FOSTAL: 51 – CEP 86 770602
"Santa F4, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avallação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercicio anterior, em cada

Art. 23 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, § 2º da LRF),

Art. 24 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilibrio das contas públicas do Município, s constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercicio de 2023.

Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não Art. 25. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em divida ativa, cujos custos para

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à

cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita, ressalvado o disposto no Art. 14 § 3° da LRF. Art. 26 – As despesas consideradas irrelevantes, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes santarias, ressalva-se o disposto na LRF-Artigo 16 - § 3º, Os procedimentos administrativos de timativa do impacto orçamentario financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trato a crt. 16, ns I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua

§ único: Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercicio financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 75 da Lei nº 14,133/2021, devidamente atualizado.

Art. 27 - O Orçamento para o exercício de 2024 destinará até 1% (um) por cento da receita corrente líquida para a Reserva de Contingência, e 25% (vinte e cinco por cento) do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Fica autorizado a proceder por Decreto do Poder Executivo e Poder Legislativo até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) por cento das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV, PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-600

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

§ 2° - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5° e Portaria STN nº 163/2001, art. 8° (art. 5° III, "b" da LRF).

concretizem até o dia 01 de novembro de 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal na proporção de 10/12 avos, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que

§ 4º - Fica autorizado o Poder Executivo e Legislativo a efetuar a correção monetária do orcamento

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da LOA

ido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, 8

 $\label{eq:Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5<math>^\circ$ , §  $5^\circ$  da LRF).

Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF). Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercicio de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF)

parágrafo único e 50, I da LRF)

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão presta contas no prazo de até 30 dias contados do mês de recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orcamentário-financeiro e io do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercició financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF). Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou

Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001 de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por

Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercicio de 2024 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orcamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fisicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas fisicas estabelecidas (art. 4º, I, "eº da LRF).

#### V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS EMENDAS IMPOSITIVAS Art. 41 - As emendas impositivas ao projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas nos termos

§ 1º As emendas de que trata este artigo somente deixarão de ser executadas até o término do exercício em casos de impedimento de ordem técnica declarada pelo Poder Executivo, nos casos de:

FRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-9000 "Santa Fê, Capital da Fotografia"

I - compatibilidade do objeto proposto com o órgão, programa ou ação orçame

II - incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão do projeto, atividade ou etapa no exercício;

III - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária, em caso de indicação de recursos à entidade sem fins lucrativos;

IV - não indicação de beneficiário pelo autor da emenda, caso esse seja imprescindivel à sua execução

VIII - em caso de não indicação de 50% (cinquenta por cento) em ASPS em caso de emenda individual;

IX - em caso de a emenda não prever valor razoável para sua execução no exercício;

§ 2º Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa, ou erros meramente formais, cabendo ao Poder Executivo sanar e realizar os ajustes necessários no orçamento, por meio de ato créditos

I - até 120 (cento e vinte) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo comunicará ao Poder

, iniciará processo legislativo dos créditos adicionais para o atendimento

Parágrafo único. Após o término do prazo previsto no inciso II, as emendas com impedimento técnico não remanejadas pelo Poder Legislativo, não serão de execução obrigatória podendo servir de fonte para abertura de créditos adicionais no exercicio.

PRAÇA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES, KENNEDY, 717 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - CAIXA POSTAL: 51 - CEP 86 770-

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 44 - No decorrer do exercicio financeiro, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCI, em relação àquela estimada na Lei Orçamentária anual, da diferença positiva deverá ser destinado 1,2% para o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

§ 1º Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada pela anulação total ou parcial do crédito orçamentário de cutra emenda do mesmo parlamentar, por ele indicada, ou por contrapartida de seu seu beneficiário.

Art. 46 - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas parlamentares impositivas, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolas estabelecidos por meio de decreto do Prefeito Municipal, devendo o desembolso ser pago no exercicio financeiro de 2023.

Parágrafo único. O decreto deverá ser publicado até o dia 30 de maio de 2024

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247-1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 50 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32,

nto definido na legislação pertinente e enguanto sultado primário necessário através da limitação de empenho erdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultad movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 52 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar

Art. 53 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida os limites de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da IRE).

Art. 55 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal as ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

eliminação das despesas com horas-extras; exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

Art. 56 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LR°, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Viblica Municipal, ou anda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de ateriais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terc materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o \*34 -Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização

#### compensação (art. 14, § 2º da LRF).

do periodo legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste

financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária vigente do exercício financeiro de 2023, com as alterações efetuadas durante o exercício financeiro, até a sanção da respectiva lei orcamentária anual.

pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria devidamente

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - CAIXA POSTAL: 51 - CEP 86 770-"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

V - não apresentação ou não aprovação de proposta, plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos previstos nesta lei;

X - outras razões de ordem técnica devidamente justificadas

Art. 42 - No caso de impedimento de ordem técnica serão adotadas as sequintes medidas:

Legislativo as justificativas de impedimento à execução das emendas individuais e/ou de bancadas II - em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder

III - em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo consolidará as

Art. 43 - Em caso de emendas individuais ou de bancada que tenham como beneficiárias entidades da organização civil, o Poder Executivo as notificará para que apresentem o plano de trabalho em até 30 (trinta) dias.

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

repercussão orçamentária e financeira no exercício financeiro subsequente, deverá constar das emendas do próximo exercício e deverá ser financiado pela cota do parlamentar.

Art. 47 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação referente às emendas parlamentares impositivas aprovadas e dispostas no anexo da LOA 2023 para o exercício de 2024.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda, de forma igualitária e impessoal, ao longo de um exercicio financeiro, às emendas parlamentares impositivas independentemente da autoria.

Art. 48 - Para fins de execução as emendas serão analisadas por equipe técnica nomeada pelo Prefeito Municipal até o dia 15 de janeiro de 2024, a qual emitirá parecer técnico.

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 49 - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de o para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das as Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma locida na 18 C/4 3 2 3 4 2 3 3 estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32)

cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráteir temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, Il da Constituição Federal). Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos

Art. 54 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

demissão de servidores admitidos em caráter temporário. PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247-1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 57 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar beneficio

fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento económico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuíntes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses beneficios ser considerados no cálculo do orgamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto corgamentario e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF). financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de

Art. 59 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento

§ 2º - Se o projeto de lei orcamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício

Art. 60 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no

#### Terça-feira, 20 de Junho de 2023

Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 1º - Fica vedado ao Executivo Municipal recolher a menor o valor do que for apurado mensalmente de encargos sociais, informados à Receita Federal do Brasil, através do E-SOCIAL, bem como deverá ser apurada a responsabilidade por informações ao INSS, divergentes das obrigações apuradas.

Art. 61 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no limite dos seus saldos, no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 167, inciso XIV § 2º

Art. 62 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município

Art. 63 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos quinze dias do mês de Junho de 2023.

AMO) FERNANDO BRAMBILLA

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 129/2022 - PMSF

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Fé CONTRATADO: BELLA DECOR DECORAÇÕES EIRELI RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para confecção, fornecimento e instalação de cortinas e persianas para o Paço Municipal, localizado na Praça Militão Bento França, e Centro de Educação Infantil – CMEI Ivone Malavazi. Conforme memorando da Secretaria Municipal de Administração. OBJETIVO DO ADITIVO: Promover acréscimo de 25% do valor contratual. VALOR DO ADITIVO: R\$ 13.329,90 (treze mil trezentos e vinte e nove reais e

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2023

LEI N° 2.267/2023. DE 15 DE JUNHO DE 2023

O Prefeito Municipal de SANTA FÉ. Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Municipio. que a Câmara Municipal aprovará e ele sancionará a seguinte:

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizas gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 2024, estabelecem as receitas e as despesas da Administração Direta e Indireta e Fundos, compreendendo:

as Metas Fiscais as Prioridades da Administração Municipal; as Priorizades da Administração finalicipal; as Estrutura dos Orgamentos; as Diretrizes para a Elaboração do Orgamento do Município; as Disposições sobre a Divida Pública Municípal; as Disposições sobre Aberações com Pessoal; as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e as Disposições Gerals.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 0, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da divida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a PORTARIA CONJUNTA STN/SOF № 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021-STN.

Art. 4 ° - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos sequintes

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior; Demonstrativo III

Exercicio Anterior;
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais
Fixadas nos Três Exercicios Anteriores;
- Evolução do Patrimônio Liquido;

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AY, PRES. KENNEDY, 717 – FONEFAX: (44) 5247 1247 – CAIXA PONTAL: \$1 – CEP 86, 770-000 "Santa Fê, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

Demonstrativo V

Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a

- Onjem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Altenação de Afúos:
- Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município. De forma a compatibilizar as metas com o Plano Plurianual.

#### METAS ANUAIS

Art. 5° - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o n I - Metas Anuais, será elat rado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas pesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Divida Pública, para o Exercício de Referência 2024

§ 1º - Os valores correntes do exercício de 2024 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro indice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela PORTARIA CONJUNTA STNISOF N° 20, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021 da STN.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

### AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6° - Atendendo ao disposto no § 2°, inciso I, do Art. 4° da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Liquidad, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil ites, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

#### METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercicios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Divida Pública Consolidada e Divida Consolidada Luquiad, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL; 51 – CEP 86 770-"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

exercicios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil ntes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercicios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsidio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos indices já comentados no Demonstrativo I.

### EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 8° - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4° da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

#### ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece

ambém, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser eaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou nicionos em usepesas ue capital, santo ao usastinada por la dos regimbs de previorinta social, geta do nicio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a ação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

#### ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 10 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilibrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsidio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de aliquota ou modificação da base de cálculo e outros beneficios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, ilente da elevação de aliquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

#### MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO. Art. 11 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatoria de caráter continuado a despesa corrente derivada

visória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua ução por um período superior a dois exercícios. Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Carátei

se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que cterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONEJFAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL; 51 – CEP 86 770-"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 12 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruido com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 407/2011-STN, a base de dados da receita e titui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três cios anteriores e das previsões para 2024.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 13 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos ARC. 13 - A interiodade do Corricello de Resultado Filindad de Indicad de Governantários, são compatíveis com sua arecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são cap de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 14 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Divida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Divida Consolidada Líquida, que somada ás Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Divida Fiscal Líquida.

#### METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA

Art. 15 - Divida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de titulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituida dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024.

#### II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 16 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, nonstradas no Orçamento Anual 2024 compatíveis com os objetivos e normas

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV, PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: \$1 – CEP 86 770. "Santa Fé, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou ir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

#### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e Fundos, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 18 - A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vinculos a Fundos e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modaldade e aplicação, tudo em conformidade com as Portanias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portanias da Secretaria do Tesouro Nacional STD.

Art. 19 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

#### IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 20 - O Orçamento para exercicio de 2024 obedecerá entre outros, ao principio da transparência e do equilibrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações e Fundos (arts.1º, § 1º 4º I, \*a" e 48 LRF).

Art. 21 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legistação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do periodo, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercicios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Art. 22 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

obras em geral, desde que ainda não iniciadas; dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: 51 – CEP 86 770-"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para lementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será siderado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercicio anterior, em cada la de exercica.

Art. 23 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2024, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2024 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.

Art. 24 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilibrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF). § 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de

Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de § 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhara Projeto de Lei à

Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não Art. 25. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em divida ativa, cujos custos para brança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não constituindo como renúncia de receita, ressalvado o disposto no Art. 14 § 3º da LRF.

Art. 26 – As despesas consideradas irrelevantes, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, ressalva-se o disposto na LRF-Artigo 16 - § 3º. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua

§ único: Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aqueles decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercicio financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado

Art. 27 - O Orcamento para o exercício de 2024 destinará até 1% (um) por cento da receita corr liquida para a Reserva de Contingência, e 25% (vinte e cinco por cento) do total entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5°, III da LRF)

\$ 1º - Fica autorizado a proceder por Decreto do Poder Executivo e Poder Legislativo até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) por cento das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Altivádes/Operações Especiais e das Obras, sem lhos alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV, PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: 51 – CEP 86 770-990 "Santa Fé, Capilla da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos gentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares confo 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF). § 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de novembro de 2024, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal na proporção de 10/12 avos, para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que transcreza insuficantes

§ 4º - Fica autorizado o Poder Executivo e Legislativo a efetuar a correção monetária do orçamento

flação apurado mensalmente no exercício de 2024;

Art. 28 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária e contemplados no Plano Plurianual (art. 5°, § 5° da LRF).

Art. 29 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da LOA ção financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução - Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas mensal para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 30 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 31 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente ATL 3.2 - A usinsierimos de recursos do resouro manin-per a emissões parados, parientaria somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recretário, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, 1, ºº

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar no prazo de até 30 dias contados do mês de recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo contas no prazo de até 30 días contados do mes de recedimento do recurso, na lo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 33 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade. Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas

Paragrato Unico - Para eleiu de dispussión de la Constitución de la Co PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES, KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 34 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços

Art. 37 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo tureza de DespesalModalidade de Anticação para curto distributo de la composição para curto d Paragrato Unico - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto. Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 38 - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercicio de 2024 (art. 167, 1 da Constituição Federal).

Art. 39 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art.  $50.\S$   $3^\circ$  da LRF.

Art. 40 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avallação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avallar seus custos e cumprimento das metas fisicas estabelecidas (art. 4º, I, \*eº da LRF).

Art. 41 - As emendas impositivas ao projeto de lei orçamentária anual poderão ser apresentadas nos termos da Lei Orgânica do Município.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 "Santa Fé, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

I - compatibilidade do objeto proposto com o órgão, programa ou ação orçamentária

III - ausência de pertinência temática entre o objeto proposto e a finalidade institucional da entidade beneficiária, em caso de indicação de recursos à entidade sem fins lucrativos;

IV - não indicação de beneficiário pelo autor da emenda, caso esse seja imprescindível à sua execução;

VI - não realização de complementação ou ajustes solicitados em proposta ou plano de trabalho: VII - desistência da proposta pelo proponente;

X - outras razões de ordem técnica devidamente justificadas.

§ 2º Não constitui impedimento de ordem técnica a indevida classificação da despesa, ou erros meramente formais, cabendo ao Poder Executivo sanar e realizar os ajustes necessários no orçamento, por meio de ato próprio ou créditos adicionais.

I - até 120 (cento e vinte) días após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo as justificativas de impedimento à execução das emendas individuais e/ou de bancadas;

III - em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo consolidará as indicações e, se necessário, iniciará processo legislativo dos créditos adicionais para o atendimento Parágrafo único. Após o término do prazo previsto no inciso II, as emendas com impedimento técnico não

Art. 43 - Em caso de emendas individuais ou de bancada que tenham como beneficiárias entidades da organização civil, o Poder Executivo as notificará para que apresentem o plano de trabalho em até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O não atendimento aos requisitos das legislações, ou aos prazos, impedirá a formalização

Art. 44 - No decorrer do exercício financeiro, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL ъ ¬ч - тъо весоттет во ехегство плаповіто, se for verificado crescimento da Receita Corrente Líquida - RCL relação àquela estimada na Lei Orçamentária anual, da diferença positiva deverá ser destinado 1,2% ra o atendimento das emendas parlamentares impositivas.

Art. 45 - O valor destinado às emendas parlamentares impositivas deverá ser suficiente para a execução do

§ 2º O objeto da emenda parlamentar impositiva não concluido dentro do exercício financeiro, ntária e financeira no exercício financeiro subsequente, deverá constar das emendas do próximo exercício e deverá ser financiado pela cota do parlamentar

Art. 46 - As dotações orçamentárias destinadas ao atendimento das emendas parlamentares impositivas, estando compatíveis com os objetos propostos, seguirão a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecidos por meio de decreto do Prefeito Municipal, devendo o desembolso ser pago no exercicio financeiro de 2023.

Parágrafo único. O decreto deverá ser publicado até o dia 30 de maio de 2024.

§ 1º Considera-se execução equitativa a execução das programações que alenda, de forma igualitária e impessoal, ao longo de um exercicio financeiro, às emendas parlamentares impositivas independentemente da autoria.

Art. 48 - Para fins de execução as emendas serão analisadas por equipe técnica nomeada pelo Prefeito Municipal até o dia 15 de janeiro de 2024, a qual emitirá parecer técnico.

## <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL Art. 49 - A Lei Orcamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de

Crédito para atendimento a Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32). Art. 50 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32,

Art. 52 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder r pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1°, II da Constituição Federal).

Art. 54 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no

Art. 55 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal las ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

Alt. 30 - rata elemio uesta t.et e regisirus comiadores, emiema-se como tercemização de mão-de-dotra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em

Art. 35 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convénios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas fisicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

#### V- DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS EMENDAS IMPOSITIVAS

§ 1º As emendas de que trata este artigo somente deixarão de ser executadas até o término do exercício em casos de impedimento de ordem técnica declarada pelo Poder Executivo, nos casos de:

incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que peca a conclusão do projeto, atividade ou etapa no exercício;

V - não apresentação ou não aprovação de proposta, plano de trabalho ou apresentação fora dos prazos

VIII - em caso de não indicação de 50% (cinquenta por cento) em ASPS em caso de emenda individual; IX - em caso de a emenda não prever valor razoável para sua execução no exercício;

Art. 42 - No caso de impedimento de ordem técnica serão adotadas as seguintes medidas:

II - em até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

remanejadas pelo Poder Legislativo, não serão de execução obrigatória podendo servir de fonte para créditos adicionais

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV, PRES. KENNEDY, 717. – FONEFAN: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: SI – CEP 86 770-0000 "Santa Fé, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 1º Ocorrendo a insuficiência de recursos, a suplementação deverá ser financiada pela anulação total ou parcial do crédito orçamentário de outra emenda do mesmo parlamentar, por ele ind de

Art. 47 - É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, da programação referente às emendas pariamentares impositivas aprovadas e dispostas no anexo da LOA 2023 para o exercício de

§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho, a liquidação e o pagamento.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: 51 – CEP 86 779-000 "Santa Fé, Capital da Fotografia"

Art. 51 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1\*, II da LRF). VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos Art. 53 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida os limites de 54,00% e 6,00% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art.

art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

eliminação de vantagens concedidas a servidores;
eliminação das despesas com horas-extras;
exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 56 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES, KENNEDY, 717 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - CAIXA POSTAL: 51 - CEP 86 779-

ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

#### VIII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 57 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar beneficio fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses beneficios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercicio em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 58 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou beneficio de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

#### IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 59 - O Executivo Municipal enviará a proposta orgamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Lei Orçamentária vigente do exercício financeiro de 2023, com as alterações efetuadas durante o exercício financeiro, até a sanção da respectiva

Art. 60 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria devidamente

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - CAIXA POSTAL: 51 - CEP 86 770-"Santa Fé, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 1º - Fica vedado ao Executivo Municipal recolher a menor o valor do que for apurado mensalmente de encargos sociais, informados à Receita Federal do Brasil, através do E-SOCIAL, bem como deverá ser apurada a responsabilidade por informações ao INSS, divergentes das obrigações apuradas

Art. 61 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no limite dos seus saldos, no exercício subseqüente, por ato do Chefe do Poder Executivo, de acordo com a Constituição Federal, em seu Art. 167, inciso XIV 8 2º

Art. 62 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município

Art. 63 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos quinze dias do mês de Junho de 2023



PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 712 - FONETAN; (44) 2247 1247 - CAIXA PONTAL: \$1 - CEP 86 770-000 "Santa Fê, Capital da Fotografia"

### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

SÚMULA: DISPÓE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM SEGURANÇA PÚBLICA PARA ATENDER AS ESCOLAS E CRECHES PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DE SANTA FÉ

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu Prefeito Municipal

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo municipal realizar contratação de empresa especializada de segurança pública para atender as creches e escolas municipais da cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.

Parágrafo único. No tocante a contratação desta empresa, que seja avaliado a legalidade da mesma e também a aptidão dos seguranças para o exercício do cargo dentro das escolas e creches municipais, desta forma afastando a probabilidade de atos ilícitos contra os cidadãos de Santa Fé, que

Art. 2° - Realizado a contratação da empresa demonstrada no Art. 1° deste texto legal, que seja designado um segurança masculino e uma segurança feminina para cada escola e creche municipal. § 1º. Cada segurança deverá estar uniformizado para não insurgir problemas de

reconhecimento pela autoridade policial, diretoria em geral, professores, pais e mães, servidores públicos e § 2°. Os seguranças terão como função garantir a segurança direta dos professores, diretoria

em geral, servidores públicos e principalmente as crianças que estudam e estão presentes nas localidades escolares, ou seia, terá uma função de garante § 3°. Deverá estes seguranças ficarem nas escolas e creches municipais, desde o periodo

que recebem as crianças nas localidades citadas, quanto até o período que os responsáveis forem buscar os

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNIDY, 717 — FONL/FAX. (44) 3247 1347 — 3247-1544 — 3247-1355

CADA POSTAL: 51 — CEP 86 770-000 — prefebbl/a@ceanlafe\_07.00V

"Santa P.K. Cepital de Fonega-fille"

#### Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 3º - Fica autorizado o Poder Executivo municipal realizar complementação a esta Le assim seguindo as mesmas diretrizes explicitas.

Art. 4°. As despesas decorrentes da implementação desta lei, ficarão ligadas diretamente a dotação orçamentária própria do município de Santa Fé-PR.

Art. 5°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação e as disposições em contrário ficam

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - prefeitura@santafe pr. gov

"Santa Fé, Capital da Folografia"

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho aos 16 de junho de 2023.



Vereador Autor: RUBINHO SILVA

#### Prefeitura Municipal de SantaFé

DECRETO Nº. 130/2023

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, através dos poderes que lhe são atribuídos po

#### DECRETA

Artigo 1º - Fica aprovado, o Empreendimento denominado "Condomínio Chácaras Bandeirantes" de propriedade da Empresa Carona Empreendimentos Ltda, localizada na Cidade de Santa Fé, na Macrozona de Urbanização Específica, conforme Lei Municipal nº. 2.01 8/2020, alterada pela Lei Municipal nº. 2.01 8/2020, alterada Cela 2022, constituído pelo lot de tele retras denominado 33-8-3, destacado do Lote 33-8, da 5º Secção da Gleba Interventor, Municipio de Santa Fé, Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, através do Registro de Imboveis do Oficio da Comarca de Santa Fé, Matricula sob registro nº 18.215, com área total superficial de 117.841,00m2 (cento e dezessete mil, oitocentos e quarenta e um metros quadrados) na modalidade condominio fechado.

§ 1º - A área do condomínio destinada à venda, é de 90.867,13 m2 (noventa mil, oitocentos e sessenta e sete virgula treze metros quadrados), correspondente a 77,11 % (setenta e sete virgula onze por cento) da área total superficial

§  $2^{o}$  - O número total de lotes à venda é de **149** (cento e quarente e nove) unidades, tendo o lote com menor testada 10,00 (dez) metros; e o lote com menor área de 400,00 m $^{2}$ (quatrocentos metros quadrados).

§ 3º - Os lotes resultantes de condomínio em Área de Urbanização Específica não poderão ser subdivididos. O instrumento de concessão de uso ou a escritura de propriedade deverão constar em destaque, cláusula da impossibilidade de desdobro dos lotes.

Artigo 2º - O condomínio de que trata o presente Decreto é autorizado mediante as constantes do Termo de Compromisso firmado pelos proprietários, com o seguinte teor:

"TERMO DE COMPROMISSO E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA DE ÁREAS PÚBLICAS DO CONDOMÍNIO FECHADO DE CHÂCARAS BANDEIRANTES EM SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ."

CARONA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CARONA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita in CNPJ sob nº 14.641.892/0001-14, com sede em Maringá, Estado do Paraná, neste ato representado por sua sócia proprietária, MAYLA CAROLINA ALONSO SILVA, brasileira, solteira, maior, empresária, residente e domiciliada na Rua Adão Eloy Trojan nº 1014, Jardim Ipanema, Cidade de Maringá, Estado do Paraná, portadora do CPF sob nº 062.774.969-05, possuidora do lote de terras denominado 33-8-3, destacado do Lote 33-8, da 5º Secção da Gleba Interventor, Município de Santa Fé, Estado do Paraná, através da Matrícula do Registro de Imóveis do Oficio da Comarca de Santa Fé, Matrícula sob registro nº 16.215, comprometem-se a executar os seguintes serviços de infraestrutura no referêdo condominio PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### <u>Prefeitura Municipal de SantaFé</u>

com área total superficial de 117.841,00 metros quadrados, em um prazo de 24 meses, na forma

1) Execução dos serviços de Limpeza e Terraplenagem (Ruas e Lotes), a ser executado 2) Execução da Rede de Água Potável, conforme projeto Aprovado pela Prefeitura

Municipal de Santa Fé, a ser executado em 01 mês;
3) Execução da Rede de Águas Pluviais (drenagem + dissipador + sarjeta), conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé, a ser executado em 04 meses;

4) Execução da Pavimentação Asfáltica ou Paver, conforme projeto aprovado pela

Prefeitura Municipal de Santa Fé, a ser executado em 24 meses;
5) Execução de Muro, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé, a ser executado em 24 meses;

6) Execução da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública, conforme projeto aprovado

pela Copel, a ser executado em 02 meses; Execução de Arborização, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa

Fé, sendo que tipo de árrore a ser plantada deverá obedecer à legislação municipal, em especial a Lei n.º 1068/2000 e suas alterações contidas na Lei n.º 2091/2019, a ser executado em 24 meses; 8) Sinalização Horizontal e Vertical, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé. a ser executado em 24 meses; 9) Demarcação dos lotes, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé, a ser executado em 01 mês;

Portaria de Acesso, conforme projeto aprovado pela Prefeitura Municipal de Santa Fé, a ser executado em 24 meses;

 Os prazos estabelecidos para a execução das obras de urbanização começam a fluir e contar da data de expedição do Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal de Santa Fé. Santa Fé, 13 de junho 2023.

#### CARONA EMPREENDIMENTOS LTDA

Artigo 3º - As obrigações decorrentes do Plano Diretor, além das já fixadas, que a proprietária do loteamento propõem-se a cumprir, serão executadas na forma da referida Lei, deste Decreto e mediante supervisão e fiscalização da Prefeitura Municipal.

Artigo 4º - Sobre a área do condomínio aprovado, inexistem quaisquer direitos reais previstos pelo Artigo nº 1.225 do Código Civil Brasileiro, conforme certidão negativa fornecida pelo Oficio de Registro de Imóveis competente.

Artigo 5º - Fica o condomínio obrigado a seguir todo o previsto na Lei Federal nº 4.591 de

Artigo 6º - Os prazos estabelecidos pelo Município e prometidos pela loteadora com respeito às obras de urbanização começam a fluir e contar da data de expedição do Alvará de Construção pela Prefeitura Municipal de Santa Fé.

a) Recolhimento dos residuos sólidos urbanos;
 b) A manutenção e iluminação total interna;
 c) Portaria de entrada deverá existir instalações sanitárias;

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: [44] 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

#### Prefeitura Municipal de SantaFé

d) Deverá existir obras de acesso direto à entrada do Condomínio, tais como: rotatórias

Artigo 8º - Este Decreto entra em vígor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 115 de 28 de abril de 2020.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 13 de junho de 2023

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: [44] 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000

"Santa F-é, Capital da Fetografia"

### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

Regulamenta a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação, no âmbito da Administração Pública do Município de Santa Fé.

O Prefeito Municipal de Santa Fé, Estado do Paranà, no exercicio de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 74, Inciso VI da Lei Orgânica, e CONSIDERANDO o disposto no art. 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011,

### DECRETA

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - Este Decreto define procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, e, no que couber, por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a Administração Pública Municipal, à vista das normas gerais estabelecidas na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

assegurado media I - Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção

Art. 2º - O direito fundamental de acesso a documentos, dados e informações será

- divulgação de informações de interesse público, independente III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação

fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
 desenvolvimento do controle social da Administração Pública.

 Art. 3º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal
 I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e

III - proteger os documentos, dados e informações sigilosas e pessoais, observada a dade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 737 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 / CAIXA POSTALE S – CEP 85 77-0000 - prefetura@santale.pr.gov
"Santa Fé. Capital de Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

I - Os serviços de protocolo e;

II - Os serviços descentralizados dos demais órgãos

#### CAPÍTULO II DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA DIVULGAÇÃO DE DOCUMENTOS, DADOS E INFORMAÇÕES

Art. 5º - O acesso aos documentos, dados e informações compreende, entre outros, o

1 - Orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrado ou obtido o documento, dado ou informação almejada;

 II - Informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados pela Administração Municipal, recolhidos ou não aos arquivos públicos; III - Informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com a Administração Pública Municipal, mesmo que esse vínculo já

IV - Informação primária, integra, autêntica e atualizada;

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços; VI - Informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de

recursos públicos, licitação e contratos administrativos

VII - documento, dado ou informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultado dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas

pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios

§ 1º - O acesso a informação previsto no caput deste artigo não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível a segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º - Quando não for autorizado acesso integral ao documento, dado ou informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 737 – FONE/FAX: (44) 3247-1247 – 3247-1344 – 3247-1355 CADAR POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - prefeitur@@seanlag.dr.gov. "Sante 84, Capital de Foregrafia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 3º - O direito de acesso aos documentos, aos dados ou às informações neles contidas, será assegurado com a edição do ato decisório devidamente fundamentado.

 $\S~4^{\rm o}$  - A negativa de acesso as informações objeto de pedido formulado aos órgãos e entidades referidas no artigo 2º quando não fundamentada sujeitará o responsável a disciplinares nos termos da Lei 12.527/2011;

§ 5º - Informado do extravio da informação solicitada, poderá o interessado requerer à autoridade competente a imediata existina fuera extende competente a investigar o desparaciones de recursor de consecuence de la consecuence del la consecuence de la consecuence del la consecuence de la consecuenc investigar o desaparecimento da respectiva documentação.

§ 6º - Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior o responsável pela guarda da informação extraviada deverá no prazo de 10 dias justificar o fato e indicar testemunhas que comprovem sua alegação. Art. 6º - É dever dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal promover a divulgação de documentos, dados e informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidos

§ 1º - Na divulgação das informações a que se refere o "caput" deste artigo, deverão

I - Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das

II - Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - Registros de receitas e despesas:

 ${\it IV}$  - Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados V - Dados gerais para o acompanhamento da execução orçamentária, de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades;

VI - Respostas às perguntas mais frequentes da sociedade.

§ 2º - Para o cumprimento do disposto no "capur" deste artigo, os órgãos e entidades municipais deverão utilizar todos os meios e instrumentos legitimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sitios oficiais da rede mundial de computadores (internet) e portal da transparência.

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY.717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAUXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - prefeitura@eantafa.pr.gov.

"Santa Fé, Capital de Fotografia"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 3º - Os sítios de que trata o § 2º deste artigo deverão atender, entre outros, os

I - Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, Cara e em linguagem de fácil compreensão;
II - Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive
abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações a

III - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação

V - garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
V - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
V - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
V - Indicar local e instruções que permitam a comunicação por via eletrônica ou o órgão ou entidade detentora do sitio;

telefônica, com o órgão ou entidade de

### CAPÍTULO III DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO

Art. 7° - O acesso a informações produzidas ou custodiadas pela administração direta I - divulgação para acesso público das informações de interesse coletivo ou geral no

II - atendimento de pedido de acesso à informação pública realizado por qualquer

§ 1º - O pedido de que trata inciso II, será realizado mediante apresentação de requerimento por escrito ou verbal direcionado à Ouvidoria através de preenchimento de formulário no link do SIC disponível no site da Prefettura e no Portal de Transparência como solicitação de informação, devendo constar as seguintes informações:

Requerente com data de nascimento, sexo, escolaridade, endereço comercial mail, telefone.

a) CPF ou CNPJ;

solicitação de informações de interesse público.

§ 2º - Ao interessado deverá ser fornecida cópia do protocolo do qual conste a data do ese da informação solicitada. § 3º - O pedido de acesso à informação quando realizado por procurador deverá estar de procuração por instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida.

acompanhado de § 4º - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - prefeitura@bantafe.pr. pov

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 5º - O requerimento de acesso à informação físico protocolado na recepção da Prefeitura será encaminhado à Ouvidoria que fará o encaminhamento à Secretarias responsáveis de acordo com as competências definidas na Lei de Estrutura Organizacional.

§ 6º - O requerimento de acesso à informação on-line será encaminhado à Ouvidoria para análise do pedido podendo apresentar respostas ou encaminhar à Secretarias responsáveis de acordo com as competências definidas na Lei de Estrutura Organizacional.

§ 7º - Na impossibilidade de conceder o acesso imediato, a Ouvidoria Municipal, em prazo não superior a 20 (vinte) dias, deverá

I - Comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão

II - Indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso III - Comunicar que não possui a informação e remeter o requerimento ao órg ou entidade que a detém, cientificando o interessado da remessa de seu pedido de informação.

§ 8º - O prazo referido no § 1º deste artigo poderá ser estendido, a critério do órgão unicipal, por mais 10 (dez) dias, mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o

§ 9º - Sem prejuizo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa

pesquisar a informação de que necessitar § 10 - Quando não for autorizado o acesso ao documento, por conter informação total ou parcialmente sigilosa, o interessado deverá ser informado sobre a possibilidade de recurso, prazos e condições para sua interposição, devendo, ainda, ser-lhe indicada a autoridade competente para sua

§ 11 - A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso

§ 12 - Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em formato impresso eletrónico ou em qualquer outro meio de acesso universal, serão informados ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual se poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, procedimento esse que desonerará o órgão ou entidade pública da obrigação de seu fornecim

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: [44] 3247 1247 – 3247 1544 – 3247 1355 |
CADA POSTA: 51 – CFP 86779-000 - prefebura@asartale pr.gov.

"Sante F, Cupital de Fongrafila"

direto, salvo se o interessado declarar não dispor de meios para realizar por si mesmo tais

§ 13 - O órgão ou entidade não está obrigado a "tratar" a informação da maneira que o interessado exija em Requerimento, podendo fornece-la de maneira clara e universal com as ferramentas disponíveis na Administração Pública.

Art. 8º - O serviço de busca e fornecimento da informação é gratuito, salvo nas hipóteses de reprodução de documentos pelo órgão ou entidade pública consultada, situação em que poderá ser cobrado exclusivamente o valor necessário ao ressarcimento do custo dos serviços e dos materiais utilizados, conforme valor fixado em regulamento próprio.

§ 1º - Estará isento de ressarcir os custos previstos no caput todo aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuizo do sustento próprio ou da familia, declarada nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, a reprodução será fornecida gratuitamente salvo em caso de necessidade devidamente comprovada uma única vez, sal

Art. 9º - Quando se tratar de acesso à informação contida em documento cuja manipulação possa prejudicar sua integridade, deverá ser oferecida a consulta de cópia, com certificação de que esta confere com o original.

Parágrafo único. Na impossibilidade de obtenção de cópias, o interessado poderá solicitar que, às suas expensas, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a conservação do documento original.

Art. 10 - É direito do interessado obter o inteiro teor da decisão de negativa de acesso, por certidão ou cór

Parágrafo único. Negado o pedido de acesso à informação, será fornecido ao requerente por escrito razões da negativa de acesso e seu fundamento legal e também poderá ser indeferido o pedido de informações: a) Classificadas como sigilosas pela administração municipal, nos termos da Lei
 Federal 12.527/2011;

Que comprometam ou possam comprometer a eficácia das fiscalizações

c) Pessoais assim consideradas as que dizem respeito a intimidade, vida privada, honra e a imagem das pessoas, liberdades e garantias constitucionais nos termos do art. 31, da Lei Federal 12.527/2011, quando solicitada por terceiros não autorizadas;

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 727 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 <u>- prefebris@Santiafe</u> Dr. GOV. \*\*\*
\*\*Sunta F. Cupital de Fonegrafia\*\*

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

A classificação do sigilo ou da informação como pessoal poderá ser feita no

e) No caso de indeferimento de acesso as informações ou as razões da negativa de acesso poderá o interessado interpor recursos contra a decisão no prazo de 10 días a contar da sua ciência e a Ouvidoria designará comissão julgadora com um representante do órgão responsável pela informação, um representante da procuradoria geral e pelo ouvidor e a decisão será registrada em atas em até 30 días do recebimento de recurso.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO AOS DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Art. 11 - São consideradas passíveis de restrição de acesso, no âmbito da Administração Pública Municipal, duas categorias de documentos, dados e informações: 1- Sigliosos: quades submetidos temporariamente a restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

II - Pessoais: aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tivas à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias

Art. 12 - São considerados imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Município e, portanto, passíveis de classificação de sigilo, sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, os documentos, dados e informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

I - Pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
 II - Comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações;
 III - infringir legislações específicas que exijam o sigilo de determinadas informações.

Art. 13 - O tratamento de documentos, dados e informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º Os documentos, dados e informações pessoais, a que se refere este artigo, relativos à intimidade, vida privada, honra e imagem:

I - Independentemente de classificação de siglio e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, somente terão acesso às informações os agentes públicos legalmente autorizados e a pessoa a que elas se referirem;

II - Poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão intimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 727 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - 3247-1544 - 3247-1355

CADA POSTAL: \$1 - CEP 86 770-000 - prefeitura@santale pr gov

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

#### Prefeitura Municipal de Santa Fé

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º deste artigo não será exigido quando as informações forem necessárias: I - À prevenção e diagnóstico médico, quando a pessoa estiver física ou legalmente

incapaz, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico: II - A realização de estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;

III - Ao cumprimento de ordem judicial;

V - À proteção do interesse público e geral preponderante.

§ 4º A restrição de acesso aos documentos, dados e informações relativos à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância.

 $\S$  5° Os documentos, dados e informações identificados como pessoais somente poderão ser fornecidos pessoalmente ao interessado, ou seu representante legal, mediante

§ 6º Fica dispensado o consentimento expresso da pessoa quando o tratamento de documentos, dados e informações pessoais for necessário para o cumprimento de obrigação legal nos termos do art. 7º, II da Lei Federal 13.70g, de 14/08/2018.

## CAPÍTULO V DA CLASSIFICAÇÃO, RECLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Art. 14 - Os documentos, dados e informações sigilosas em poder de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Municipio, poderão ser classificados nos sequinhas cragas. seguintes graus e prazos I - Ultrassecreto: até 25 (vinte e cinco) anos:

II - Secreto: até 15 (quinze) anos;

III - reservado: até 5 (cinco) anos.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 - FONE/FAX: (44) 3247 1247 - 3247-1544 - 3247-1355 /
CAIXA POSTAL: \$1 - CEP 86 770-000 - <u>prefentura@eantale.pr.gov</u>
"Sante Fé, Capital da Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

I - No grau ultrassecreto e secreto, do Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, Controlador e do Procurador Geral do Municipi

II - No grau reservado, das funções de direção e chefia.

§ 1º A classificação da informação é de competência:

§ 2º Os documentos, dados e informações que puderem colocar em risco a segurança do Prefeito e o Vice-Prefeito e respectivos cônjuges e filhos (as) serão classificados como reservados e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.

§ 4º Transcorrido o prazo de classificação ou consumado o evento que defina o seu ocumento, dado ou informação tomar-se-á, automaticamente, de acesso público.

§ 5º Para a classificação do documento, dado ou informação em determinado grau de siglio, deverá ser observado o interesse público da informação, e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:

> I - A gravidade do risco ou dano à segurança da sociedade e do Município; II - O prazo máximo de restrição de acesso ou o evento que defina seu termo final

Art. 15 - A formalização da decisão de classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, bem como de restrição de acesso à informação pessoal será feita mediante análise do caso concreto e publicação de ato que conterá, no mínimo, os seguintes elementos

I - Assunto sobre o qual versa a informação; II - Fundamento da classificação, reclassificação ou desclassificação de sigilo, observados os critérios estabelecidos bem como da restrição de acesso à informação pessoal;

III - indicação do grau e do prazo de sigilo, contado em anos, meses ou dias, ou do evento que defina o seu termo final, bem como a indicação do prazo mínimo de restrição de acesso à informação pessoal;

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355
CAIXA POSTAL: \$1 – CEP 86 770-000 – prefetura@Basninks pr. gov.
\*Santa F.S. Cupital de Fonegrafia\*

IV - Identificação da autoridade que a classificou

#### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

Art. 16 - A classificação de documentos, dados e informações será reavaliada pela autoridade classificadora, mediante provocação ou de oficio, com vistas à sua desclassificação ou à redução do prazo de sigilo.

 $\S$  1º A autoridade classificadora poderá, também, incluir novos documentos na relação de informações consideradas sigilosas.

§ 2º Na reavaliação a que se refere o caput deste artigo deverão ser examinadas a rmanência dos motivos do sigilo e a possibilidade de danos decorrentes do acesso ou da divulgação

§ 3º Na hipótese de redução do prazo de sigillo da informação, o novo prazo de restrição manterá como termo inicial a data da sua produção.

§ 4º A lista de documentos, dados e informações classificados como sigilosos deverá pelo menos a cada 02 (dois) anos, a contar da sua vigência.

#### CAPÍTULO VI DA PROTEÇÃO E DO CONTROLE DE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES SIGILOSOS

Art. 17 - É dever da Administração Pública Municipal controlar o acesso e a divulgação de documentos, dados e informações sigilosas sob a custódia de seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção contra perda, alteração indevida, acesso, transmissão e divulgação não autorizados.

§ 1º O acesso, a divulgação e o tratamento de documentos, dados e informações g 1º O acesso, a unugação e o tratamento de occumentos, dados e informações classificados como sigliosos ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente credenciadas na forma deste decreto, sem prejuizo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei.

§ 2º O acesso aos documentos, dados e informações classificados como sigilosos ou identificados como pessoais, cria a obrigação para aquete que as obteve, em razão de sua função, de resquardar restrição de acesso, inclusive após o desligamento do vínculo que mantenha com a Administração Municipal.

#### CAPÍTULO VII DA PRESERVAÇÃO E ELIMINAÇÃO

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 18 - Aplicam-se aos documentos, dados e informações sigilosas os prazos de guarda estabelecidos na tabela de temporalidade de documentos

#### CAPÍTULO VIII DAS RESPONSABILIDADES

Art. 19 - Constituem condutas ilícitas que enseiam responsabilidade do agente público:

I - Recusar-se a fornecer documentos, dados e informações não sigilosos e ou pessoais, requeridas nos termos deste decreto, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecêt-al intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa; II - Utilizar indevidamente, bem como subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou paralalmente, documento, dado ou informação que se encontre sob sua guarda ou a que tenha acesso ou conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública; III - Agir com dolo ou má-fé na análise das solicitações de acesso a documento, dado e

IV - Divulgar ou permitir a divulgação ou acessar ou permitir acesso indevido ao documento, dado e informação sigiloso ou pessoal V - Impor sigilo a documento, dado e informação para obter proveito pessoal ou de

V - Impor siglio a documento, dado e informação para cotre proveno pessoan ou ue terceiros, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem; VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente documento, dado ou informação siglissos para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Município. Parágrafo Unico, Atendido o princípio de contratitório, da ampla defesa e do devido escriba humanos por parte de agentes do superior competente de agentes do município.

Art. 20 - O agente público que tiver acesso a documentos, dados ou informações sigilosas, nos termos deste decreto, é responsável pela preservação de seu sigilo, ficando sujeito às sanções administrativas, civis e ponais previstas na legislação, em caso de eventual divulgação não autorizada, inclusive após o desligamento do vínculo que mantenha com a Administração Municipal.

Art. 21 - Os agentes responsáveis pela custódia de documentos e informações sigilosas sujeitam-se às normas referentes ao sigilo profissional, em razão do oficio, e ao seu código de ética específico, sem prejuízo de outras sanções legais.

Art. 22 - A pessoa física ou entidade privada que detiver documentos, dados e n virtude de vinculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o

## PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 712 – FONE/FAX: [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 CAIXA POSTAL: 51 – CEP 80 770-000 – IZERÉBULIS@ZBANIERO D.C.GOV. "Sanis P.F. Capital da Fonegrafia"

Prefeitura Municipal de Santa Fé

disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e neste decreto estará sujeita às seguintes sanções:

I - Advertência:

III - Rescisão do vínculo com o poder público;

IV - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos;

V - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas m a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo,

§ 2º A reabilitação referida no inciso V deste artigo será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento ao órgão ou entidade dos prejuizos resultantes e decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º A aplicação da sanção prevista no inciso V deste artigo é de competência exclusiva do Prefeito Municipal de Santa Fé, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista

Art. 23 - Os órgãos e entidades municipais respondem diretamente pelos danos causados em decorrência da divulgação não autorizada ou utilização indevida de documentos, dados e informações sigilosas ou pessoais, cabendo a apuração de responsabilidade funcional nos casos de dolo ou culpa, assegurado o respectivo direito de reg-

### CAPÍTULO IX

Art. 24 - A Ouvidoria Geral do Município prestará o serviço de recebimento de reclamações, denúncia, solicitações, sugestões e elogios, conforme regulamento próp Art. 25 - A classificação dos documentos sigilosos e a temporalidade do sigilo se dará

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: S1 – CEP 88 770 000 - professivas@andales pr. goy.
"Sante F. Capital de Fotografia" pr. goy.

## <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

Art. 26 - Os prazos contidos neste Decreto são contados em dias corridos, iniciando se em dia útil, excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

Art. 27 - Anualmente será disponibilizado no Portal de Transparência relatório estatístico dos pedidos de informação à cargo da Ouvidoria.

Art. 28 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 13 de junho de 2023.



### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

DECRETO Nº. 137/2023

Regulamenta a estrutura, organização e funcionamento da Ouvidoria do Município de Santa Fé/PR e dá outras

O Prefeito Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, no exercício de seu cargo e dentro das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, Inciso VI da Lei Orgânica e Lei

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação dos procedimentos administrativos da Cuvidoria em relação à sistematização e encaminhamento das manifestações

recebidas;

serviços públicos municipais

CONSIDERANDO a necessidade da proteção e defesa do usuário do serviço público

CONSIDERANDO que a criação de um canal de comunicação através do qual a população poderá encaminhar reclamações, sugestões denúncia é medida preordenada a identificar e mapear os principais problemas verificados na prestação de serviços públicos;

pelos cidadãos quando procuram por atendimento nos órgãos e entidades da Administração Municipal para o planejamento de ações estratégicas destinadas à sua solução.

DECRETA

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 732 – FONL/FAX: [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 CADA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>profestura@csantale.pr.gov</u> "Santa F.C. Cipital de Foregrafia"

Administração, permanente e com autonomia, que tem como missão aprimorar a relação entre o cidadão e a Administração Pública Municipal, por meio de ação de interlocução, visando à melhoria

Art. 3º - Para os efeitos desta norma, considera- se:

I - Ouvidoria: instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou me, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública;

III - Reclamação: queixa, protesto ou manifestação de desagrado ou insatisfação,

IV - Denúncia: comunicação de prática de suposto ato ilícito de um serviço prestado u do funcionamento de Órgão ou Entidade da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional e Particulares;

V - Elogio: demonstração, reconhecimento ou satisfação sobre a política ou o serviço público oferecido ou sobre as pessoas que participaram do serviço/atendimento.

VI - Sugestão: Manifestação que apresenta uma ideia ou proposta para o aprimoramento dos serviços realizados pela Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional e Particulares, ainda que associada a uma reclamação específica;

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

IX - Identificação: qualquer elemento de informação que permita a individualização de pessoa física ou jurídica;

X - Decisão administrativa final: ato administrativo em que o órgão ou entidade manifesta-se acerca da procedência ou improcedência de matéria, apresentando solução ou

§ 1º. Serão protocoladas na Ouvidoria Municipal somente as demandas ou manifestações relacionadas à competência do Poder Executivo Municipal

apresentação de manifestações perante a Quyidoria Municipal

### DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS RELATIVOS AO TRATAMENTO DAS

Ouvidoria Municipal, obedecerá a ordem cronológica, registrada automaticamente pelo sistema eletrónico de gestão, devendo ser distribuídas aos órgãos e entidades responsáveis para o

e objetiva, considera o contexto sociocultural do interessado, de forma a facilitar a comunicação e o

para a abertura da de

descritas de modo a atender padrões mínimos de coerência, será oferecida resposta conclusiva, no prazo de até 20 (vinte) dias contados do recebimento da manifestação, prorrogável por mais 10(dez) dias, mediante justificativa expressa, a ser deferida pela Ouvidora Municipal

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

 $\$  1° - A resposta conclusiva da reclamação conterá informações sobre a decisão

Art. 11 - A sugestão recebida será encaminhada a autoridade responsável pela stação do atendimento ou do serviço público, a qual deverá se manifestar acerca da adoção ou não da medida sugerida.

Art. 12 - O eventual recebimento de demanda que extrapole a competência funcional

 $\S~2^{\rm o}$  - O arquivamento ou encaminhamento, conforme previsto no caput desse artigo,

DOS USUÁRIOS E DOS CANAIS DE ACESSO À OUVIDORIA MUNICIPAL

Art. 14 - A identificação completa do usuário não é obrigatória, mas é desejável na

Art. 15 - A identificação do usuário seguirá a seguinte denominação:

II - Sigiloso: quando o cidadão informa um meio de contato e solicita que seja quardado sigilo sobre a sua identificação

## Art. 1º - A Ouvidoria Municipal é uma unidade administrativa vinculada à Secretaria de

serviços públicos o direito à participação na Administração Pública Direta e Indireta, Autárquica, Fundacional e Particulares, bem como a existência de mecanismos efetivos e ágeis de proteção e defesa dos direitos de que trata a Lei Federal nº. 13.460, de 26 de junho de 2017

acerca de um procedimento, de uma solicitação administrativa ou de um serviço prestado à população, já encaminhada, porém não solucionada pelos canais próprios de atendimento dos Órgãos ou Entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional e Particulares;

VIII - Solicitação de Simplificação: solicitação para simplificação/desburocratização dos serviços prestados por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Indireta Autárquica, Fundacional e Particulares.

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 732 – FONL/FAX: [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355
CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - perfebuta@csanlafe.pr.gov
"Sante F.C. Capital de Foregrafie"

Art. 4º - São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da

Art. 6º - Os Órgãos e Entidades deverão responder aos processos documentalmente com resposta em linguagem cidadă e remeter à Ouvidoria Municipal

§ 2º - A resposta será encaminhada ao demandante pelo mesmo canal utilizado

Art. 7º - As demandas e manifestações recebidas pela Ouvidoria Municipal, desde que

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 712 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355
CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>prefetura@psaniafs pr.gozy</u>
"Sants P.f. Capital de Fotografia"

§ 2º - Quando se tratar de servidor público, a Ouvidoria Municipal encaminhará a doria Municipal do Município, para análise e devidas providências.

Parágrafo único. Caso a medida sugerida seja adotada, a decisão administrativa final informará acerca da forma e dos prazos de sua implantação, bem como dos mecanismos pelos quais o usuário poderá acompanhar a execução da adoção da medida.

§ 1º - Caso a Ouvidoria entenda a necessidade de encaminhamento para o órgão

será informado ao demandante com respectivo fundamento legal e eventuais orientações que se mostrem cabíveis.

Art. 13 - A Ouvidoria Municipal poderá ser acionada por qualquer cidadão sem

I - Normal: quando o cidadão informa um meio de contato (endereço, número de telefone, e-mail) e autoriza sua identificação.

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY. 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>profeture @isantale pr.gov.</u>

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Complementar nº. 005/2022 (Estrutura Organizacional),

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer o contato especializado e subsidiar o

relacionamento da Ouvidoria Municipal com os órgãos e entidades da administração municipal; CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar a medição de desempenho dos

do Município de Santa Fé/PR:

CONSIDERANDO a importância de se conhecer os principais problemas enfrentados

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art. 2º - Os órgãos e as entidades da administração pública assegurarão ao usuário de

II - Serviços públicos: atividades exercidas pela Administração Pública Direta, Indireta, Autarquica e Fundacional ou por particular, mediante concessão, permissão, autorização ou qualquer outra forma de delegação por ato administrativo, contrato ou convénio.

VII - Solicitação: Solicitação de informação ou esclarecimento sobre a prestação de

 $\mbox{Art.}~5^{\rm o}~$  - O processamento das demandas contidas no Art.  $3^{\rm o}$  e recebidas pela

§ 1º - Por linguagem cidadă entende-se aquela que, além de simples, clara, concisa

da Ouvidoria Municipal, conforme estabelecido neste Decreto, implicará no seu arquivament

CAPÍTULO III

medida em que contribui com a instrução das manifestações.

Parágrafo Único. O anonimato será garantido quando solicitado.

PRAÇA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>prefebura@santafe pr.gov</u>.

"Santa Fé, Capital de Fotografia"

Terça-feira, 20 de Junho de 2023

www.jornalnoroeste.com

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

III - Anônimo: quando o cidadão não informa um meio de contato (endereço, e-mai telefone), pois não quer se identificar.

Art. 16 - Constituem canais de acesso à Ouvidoria Municipal, por meio dos quais todos os cidadãos interessados, denominados demandantes, poderão encaminhar à Ouvidoria Municipal, suas manifestações ou demandas:

I - formulário Eletrônico da Ouvidoria Municipal; II - atendimento presencial;

III - correspondência.

Art. 17. O Formulário Eletrônico da Ouvidoria Municipal encontra-se disponibilizado no site oficial (<u>www.santafe.pr.gov.br</u>) e Portal de Transparência do Municipio.

 $\S~1^{\rm o}~$  - Por meio da inserção dos dados pessoais no momento do preenchimento do reclamação, solicitação e sugestão) à Ouvidoria Municipal.

§ 2º - Ao preencher o Formulário Eletrónico da Ouvidoria Municipal e enviar, o sistema apresentará de forma automática o número de protocolo.

Art. 18 - O cidadão poderá apresentar suas manifestações presencialmente recepção do Paço Municipal, a qual será protocolada no sistema eletrônico de gestão oficial da Prefeitura do Município de Santa Fé/PR, por agente público.

Parágrafo único. O horário de funcionamento para atendimento presencial é das 8:00

às 11:30 e das 13:00 às 17:30 de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

Art. 19 - O cidadão poderá encaminhar suas demandas e manifestações à Ouvidoria Municipal por meio de correspondência escrita, em envelope lacrado, endereçado à Ouvidoria Municipal — Av. Presidente Kennedy, nº 717, Centro — Santa Fé — PR, CEP: 86770-000, a qual registraria demanda no Sistema Eletrônico.

Parágrafo único. A correspondência escrita enviada pelo cidadão deverá conter seu nome completo, CPF, telefone(s), e, se possuir, e-mail para contato, a demanda ou manifestação de forma clara, descritiva e objetiva, e demais informações ou documentos que julgar relevante à matéria em questão, qué forma apónina se assimi fessiar.

em questão, ou de forma anônima se assim desejar

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 - A Ouvidoria Municipal, no âmbito de suas competências e no intuito de auxiliar a resolução das demandas e manifestações que lhe forem encaminhadas, bem como o aprimoramento dos processos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, se necessário,

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 737 – FONL/FAX: (44) 3247-1247 – 3247-1544 – 3247-1355
CADA POSTAL: 51 – CF 86 770-000 – ponetsur-silicantale pr. gov.
"Sons FA" (Signil de Fongar-gilla"

### PRESTAÇÃO DE CONTAS - DIÁRIA Beneficiário CPF Matricula Cargo Endereço Lotação Meio de Transporte: Santa Fé. de 2023 Revisado por (Nome do Requerente) Nome do Secretário (a)

#### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

 $\S$  2 - os registros realizados devem ser fidedignos e inseridos de forma tempestiva, além de observar o disposto na Lei Complementar nº. 003/2011.

§ 3 - As sanções previstas pela inobservância do parágrafo § 2, serão regidas pela Lei Complementar nº. 003/2011.

Art 10 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sgbrinho, aos 15 de junho de 2023

FERNANDO BRAMBILLA

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRIS. KENNEDY, 737 – FONE/FAK. [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355

CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - prefestura@santafe pr.gov

"Sunte F. Capital de Fongrafia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

aprimoramento dos processos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados, se necessário poderá expedir sugestões, orientações e recomendações direcionadas aos Órgãos e Entidades da Administração Municipal Direta, Indireta, Autárquica e Privadas.

Art. 21 - A Ouvidoria Municipal poderá receber e coletar informações junto aos usuários de serviços públicos com a finalidade de avaliar a prestação de tais serviços, bem como auxiliar na detecção e correção de irregularidades na gestão.

Autárquica e Particulares deverão atuar de forma integrada com a Ouvidoria Municipal, prestando com agilidade as informações solicitadas e buscando a resolução das questões apresentadas, com vistas ao aprimoramento dos procedimentos e processos e a continua melhoria dos serviços prestados. Parágrafo único. O não cumprimento de prazos e providências descritas neste Decreto, motivará comunicação escrita dos fatos ao titular do respectivo órgão ou entidade e/ou ao

Art. 22 - Os órgãos e entidades da Administração Municipal Direta Indireta

Prefeito, ensejando, ainda, a adoção de outras medidas cabíveis, caso necessár Art. 23 - A significativa repetição de demandas relacionadas a um mesmo assunto e/ou a uma mesma unidade administrativa, órgão ou entidade da Administração Municipal Direta, Indireta, Autárquica e Particulares ensejará o acionamento do ente, pela Ouvidoria Municipal, com

Art. 24 - Os casos omissos, não previstos neste Decreto, serão decididos pela

vistas à busca de medidas eficientes para o aprimoramento de procedimentos e processos e/ou para a

Art. 25. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, aos 13 de junho de 2023. FERNANDO BRAMBILLA

Prefeito Municipal

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 737 – FONE/FAX. [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 CADAR POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>profestura@seand86 pr.gov</u> - "Sante Pt. Cupital de Torquefa"

### Prefeitura Municipal de Santa Fé

FRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONEFAN: (44) 3242 1247 – CAINA PONTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fê, Capital da Fotografia"

#### TABELA BASE PARA REQUERIMENTO DE DIÁRIAS

Conforme Decreto 008/2022 Viagens no Paraná

Cargo	Até 110 km	De 111 a 500 Km	A partir de 501 Km
Prefeito (100%)	R\$ 226,76	R\$ 680,23	R\$ 793,58
Vice-Prefeito (70%)	R\$ 158,73	R\$ 476,16	R\$ 555,51
Secretários (70%)	R\$ 158,73	R\$ 476,16	R\$ 555,51
Servidores (60%)	R\$ 136,06	R\$ 408,14	R\$ 476,15
	Viagens fo	ora do Paraná	
Cargo	Até 110 km	De 111 a 500 Km	A partir de 501 Km
Prefeito (100%)	R\$ 283,45	R\$ 850,29	R\$ 991,98
Vice-Prefeito (70%)	R\$ 198,42	R\$ 595,20	R\$ 694,38
Secretários (70%)	R\$ 198,42	R\$ 595,20	R\$ 694,38
Servidores (60%)	R\$ 170.07	R\$ 510.17	R\$ 595.19

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONDEAX: (44) 3247 1247 – CAIXA PONTAL: \$1 – CEP 86 779-400
"Santa Fê, Capital da Fotografia"

### Prefeitura Municipal de SantaFé

DECRETO Nº. 140/2023

Cancela tributos e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os Processos Judiciais da Comarca de Santa Fé em relação à

DECRETA

Art. 1º - Ficam cancelados os débitos tributários lançados pelo Município e pagos em juizo, cujas execuções fiscais foram extintas mediante sentença, em razão da diferença gerada entre a atualização dos depósitos judiciais efetuados e o sistema de tributação do Município, em relação ao contribuinte abaixo relacionado:

Contribuinte/endereço	Processo	Cadastro	Tributo	Exercício	Valor a Cancela
P S Moreira Centro de Estetica e Beleza - ME Rua Maringà, 401 – Centro	00003326- 62.2018.8.16.0180	552035	Tx. de Alvará	2015 a 2017	R\$ 919,70
João Santana Batista Rua Severino Zani, 406 – Jd. Nobre III	0002177- 60.2020.8.16.0180	6085	IPTU	2016 a 2019	R\$ 1.146,65
Jocely Garbelini Sturion Rua Pedro Frabetti, 166 – Jd. Nobre III	0003009- 64.2018.8.16.0180	5951	IPTU	2015 a 2017	R\$ 768,63

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domânico Sobrinhip, em 15 de junho de 2023.

Application of the second FERNANDO BRAMBILLA

"Santa Fé, Capital da Fotografia"

### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

DECRETO Nº.138/2023

Dispõe sobre padronização de requerimento e prestação de contas de diárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal nº1.196/2055 e Decreto nº. 008/2022,

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecido que o pedido especifico mencionar Municipal nº.1.196/2005, se dará por meio do requerimento que consta no Anexo I do especifico mencionado no Art. 3º, da Lei

Art. 2º - Fica estabelecido que o relatório suscinto mencionado no art. 4º, parágrafo 2º, se dará conforme modelo de prestação de contas do Anexo II.

Art. 3º - Ficam explícitos os valores de diárias descritos no art. 1º do Decreto nº 008/2022, no Anexo III, que deverão ser seguidos a rigor

> Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Paco Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, aos 15 de junho de 2023



PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNIDY, 737 – FONE/FAX. [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355 CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - profesiura@aarinfa0 pr.gov. "Sante Ft. Capital de Torquefa"

<u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

REQUERIMENTO DE DIÁRIA

Conforme Lei Municipal 1.196/2005, alterada pela Lei 1.148/2012, REQUEIRO ao senhor

Nº Conta:

Total: RS

Nome do Secretário (a)

Secretaria de (nome secretaria)

Placa:

secretário, o pagamento de diária (s) para suprir despesas em viagem conforme segue

Dados da Viagem

DECLARO que recebi da Prefeitura Municipal de Santa Fé, em minha conta bancária acima

mencionada, diária(s) para custeio e COMPROMETO-ME a, no prazo de 3 (três) dias após

meu retorno, apresentar relatório sucinto de atividades desenvolvidas para anexar a Nota

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 - FONE/FAN: (44) 3247 1247 - CAIXA POSTAL: 51 - CEP 86 770-000
"Santa Fé, Capital da Fotografia"

Valor Unit.: R\$

Matrícula

Agência:

de Empenho, sob pena de devolver os valores recebidos ao município

Destino: Cidade/UF (informar quantos km) Período:

Finalidade: Descrição sucinta do roteiro de viagem

CPF:

Endereço

Lotação

Banco

Qtde Diárias:

Meio de Transporte

(Nome do Requerente)

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

Regulamenta o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle dentro do Município de Santa Fé e dá

das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso VI da Lei Orgânica e

pelo Decreto nº. 084/2021,

Art 1º - Fica regulamentado o SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, com o objetivo de registrar os atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial, controlar e permitir a evidenciação, entre outros, das transações e procedimentos contábeis sendo vedada a existência de mais de um SIAFIC, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados.

Art 2º - Poderá, a critério da Administração, a integração do SIAFIC com outros sistemas

custeados pelo Poder Executivo

Art 4º - O SIAFIC será fornecido nos mesmos moldes ao Poder Legislativo e Instituto



### Prefeitura Municipal de Santa Fé

Art 6° - O SIAFIC adotado será de gestão modular e integrada em plataforma web, com pedagem em data center de modo a mitigar os riscos relacionados a integridade dos dados e segurança

Art 7º - Será realizada cópia de segurança da base de dados do SIAFIC diariamente, permitindo a sua recuperação em caso de incidente ou de falha, sem prejuízo de outros procedimentos de segurança da informação

Art 8° - O acesso ao SIAFIC, para registro e consulta dos documentos apenas será permitido após o cadastramento e a habilitação de cada usuário, por meio do número de inscrição no CPF, com a geração de codiço de identificação próprio e intransferivel (login), vedada a criação de usuários genéricos sem a identificação por CPF.

§ 1 - Os acessos serão liberados por órgãos e em niveis diferenciados de informação conforme a lotação e as atribuições de cada usuário.

§ 2 - O acesso ao SIAFIC será criado e/ou alterado mediante oficio acompanhado de u documento equivalente), direcionado a empresa contratada para disponibilização do software, emitido pelo

II - Presidente da Câmara ou alguém por ele designado;

III - Presidente do Instituto de Previdência ou alguém por ele designado.

contratada para § 4 - A revisão de usuários com acesso ao SIAFIC deverá ser realizada semestralmente por evidor designado para referida atribuição.

Art 9° - Para inserir os registros no SIAFIC, cada usuário deverá acessar o mesmo com seu login e senha e, será responsável pelas informações que ali inserio

inclusões, alterações e/ou exclusões) e estas conterão I - o CPF do usuário

II - a operação realizada III - a data e a hora da operação

outras providências. O Prefeito Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, no exercício de seu cargo e dentro

CONSIDERANDO o Decreto Federal 10.540/2020 e o Plano de Ação Municipal instituído

Art 3º - A responsabilidade pela contratação, manutenção e gestão do SIAFIC é do Poder

Executivo Parágrafo único. Os custos oriundos da referida contratação serão integralmente

Art 5º - Fica estabelecido que a empresa fornecedora do SIAFIC será selecionada por Processo Licitatório específico para tal finalidade e perdurará conforme a vigência do contrato.

Parágrafo único. A segurança dos dados e informações do SIAFIC, bem como das cópias de segurança e acesso aos mesmos serão regidos pelas cláusulas contratuais entre o Poder Executivo e a

I - Chefe do Poder Executivo ou alguém pro ele designado;

§ 3 - Nos mesmos moldes do § 2, deverá ser encaminhado oficio direcionado a empresa

§1-As operações realizadas ficarão registradas na base de dados do SIAFIC (as

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 737 – FONE/FAX. [44] 3247 1247 – 3247-1544 – 3247-1355
CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000 - <u>prefeitura@santale pr gov</u>
"Santa F. Capital da Fongrafia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

DECRETO Nº 141/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com informações equivocadas da Diretoria de Recursos Humanos sobre carreira de servidor, e dos art. 43 e 52, 53 e 58, da Lei Municipal nº. 1.616/2011, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipals;

#### DECRETA

Art. 1º - Altera a alinea "9", do art. 1º, do Decreto 235/2019 e alinea "7", do art. 1º, do Decreto 253/2021; que concedeu progressão por mérito, a servidora Amanda Rosseto Canonici, no ca enfermeiro – 40 horas, matrícula 201363, conforme artigos 52, 53 e 58 da Lei Municipal nº. 1.616/2011,

" onde lê : Nivel Anterior " 68", leia-se nivel "71" e nivel Atual " 70", leia-se "73"; onde lê: Nivel Anterior "73", leia-se nivel " 76" e nivel Atual "75", leia-se "78".

Art. 2º - Altera a alinea "1", o art. 1º, do Decreto nº. 028/2021 e o art. 1º, do Decreto 087/2022; que concedeu progressão por qualificação profissional, a servidora Amanda Rosseto Canonici, no cargo de enfermeiro – 40 horas , matricula 201363, conforme art. 43 da Lei Municipal nº. 1.616/2011

onde lê : Nivel Anterior "70", leia-se "73" e nivel Atual "73", leia-se "76" onde lê: Nivel Anterior "75", leia-se "78" e nivel Atual "78", leia-se "81". Art. 3º - As alterações deste Decreto ficam retroativos a novembro de 2019, inclusivo

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições



Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 16 de junho de 2023.



Estado do Paraná

25.259,93

15.000,00

60.000,00

Decreto nº 142/2023 de 19/06/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE

#### Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras

O Prefeito Municipal de SANTA FÉ, Estado do Paraná, no

uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2242/2022 de 30/11/2022.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município,

no valor de R\$ 100.259,93 (cem mil duzentos e cinquenta

#### 18.000.00.000.0000.0.000. 18.003.00.000.0000.0.000

18.003.10.302.0016.2.185.

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE (SMS) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - DIRETORIA DE MEDICINA E ODONTOLOGIA (DMO) MANUTENÇÃO DO FUNDO DE SAUDE - ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL 1361 - 3.3.71.70.00.00 03000 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

(SECE) DIRETORIA DE CULTURA (DIC) MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL 1362 - 4.4.90.52.00.00 03000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PROMOÇÕES E EVENTOS CULTURAIS 03000 MATERIAL DE CONSUMO 19.003.13.392.0011.2.248.

> Total Suplementação: 100.259,93

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE Estado do Paraná

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho aos 19 de junho de 2023, SANTA FÉ, Estado do Paraná





#### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE

\*\* Elotech \*\*

3.000.00

3.000,00

30.000,00

10.000,00

9.500,00

9.000,00

8.000,00

8.000,00

9.000.00

9.000,00

15.000,00

#### Decreto nº 143/2023 de 19/06/2023

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FÉ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2242/2022 de 30/11/2022.

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R\$ 131.500,00 (cento e trinta e um mil quinhentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

MANUTENÇÃO E COORDENAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

MANUTENÇÃO - CMEI PROF. ANTONIO PEDRO MACHADO PRÉ

MANUTENÇÃO - CMEI PROF. MARLY BATISTA A. E SILVA CRECHE

MANUTENÇÃO E COORD. DO TRANSPORTE ESCOLAR

JURÍDICA MANUTENÇÃO - CMEI PROF. IVONE MALAVAZI CRECHE

01103 MATERIAL DE CONSUMO 01104 MATERIAL DE CONSUMO

01103 MATERIAL DE CONSUMO

01104 MATERIAL DE CONSUMO

JURÍDICA

JURÍDICA

01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

MANUTENÇÃO DA ÁREA DE ESPORTES

01000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

DIRETORIA DE ESPORTES (DESP)

<u>Suplementação</u>
19.000.00.000.0000.0.000.
19.001.00.000.0000.0.000.
19.001.04.122.0002.2.191.
453 - 3.3.90.30.00.00
454 - 3.3.90.30.00.00
19.002.00.000.0000.0.000.
19.002.12.306.0010.2.192.
469 - 3.3.90.30.00.00
19.002.12.361.0010.2.245.
579 - 3.3.90.30.00.00
19.002.12.365.0010.2.195.
610 - 3.3.90.30.00.00
614 - 3.3.90.39.00.00
19.002.12.365.0010.2.198.
675 - 3.3.90.30.00.00

(SECE) GABINETE DO SECRETARIO MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO 01103 MATERIAL DE CONSUMO 01104 MATERIAL DE CONSUMO DIRETORIA PEDAGÓGICA (DPED

01000 MATERIAL DE CONSUMO 01103 MATERIAL DE CONSUMO 01103 MATERIAL DE CONSUMO 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

676 - 3.3.90.30.00.00 680 - 3.3.90.39.00.00

19.002.12.365.0010.2.243. 720 - 3.3.90.30.00.00 721 - 3.3.90.30.00.00 724 - 3.3.90.39.00.00 19.004.00.000.0000.0.000

9.004.27.812.0012.2.249 760 - 3.3.90.39.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE

1.000,00

1.000,00

1.000,00

500.00

2.000,00

2.000,00

1.500,00

1.000,00

1.000,00

5.000,00

5.000.00

5.000,00

500,00

1.500.00

500.00

PESSOAL CIVIL

CRECHE

01103 MATERIAL DE CONSUMO

01104 MATERIAL DE CONSUMO

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de ac com o Artigo 43, § 1°, Inciso III da Lei Federal n° 4.320/64.

ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DE

Re	duç	ão
10	000	

10.000.00.000.0000.0.000.
10.001.00.000.0000.0.000.
10.001.04.122.0002.2.101.
2 - 3.3.90.30.00.00
19.000.00.000.0000.0.000.
19.002.00.000.0000.0.000.
19.002.12.361.0010.2.244.

ADMINISTRAÇAO MANUTENÇAO DOS ORGAOS DA ADMINISTRAÇAO MUNICIPAL 01000 MATERIAL DE CONSUMO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 

550 - 3.1.90.11.00.00 01103 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS -551 - 3.1.90.11.00.00 01104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS PESSOAL CIVIL

01103 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 553 - 3.1.90.13.00.00 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 554 - 3.1.90.94.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 555 - 3.1.91.13.00.00 01103 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 556 - 3.1.91.13.00.00 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 557 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 01104 MATERIAL DE CONSUMO

559 - 3.3.90.30.00.00 560 - 3.3.90.36.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 561 - 3.3.90.39.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 
562 - 3.3.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

563 - 3.3.90.93.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 564 - 4.4.90.52.00.00 565 - 4.4.90.52.00.00 01103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
01104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
MANUTENÇÃO - CMEI PROF. ANTONIO PEDRO MACHADO 19.002.12.365.0010.2.196 624 - 3.1.90.13.00.00 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 01104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 01103 DIÁRIAS - CIVIL

633 - 3.3.90.30.00.00

629 - 3.1.91.13.00.00 630 - 3.3.90.14.00.00 632 - 3.3.90.30.00.00 634 - 3.3.90.36.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 636 - 3.3.90.39.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA

> PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FE Estado do Paraná

Exercício: 2023

637 - 3.3.90.39.00.00 01104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 5.000,00 638 - 3.3.90.93.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 500,00 01103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 2.000.00 641 - 4.4.90.52.00.00 01104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 500,00 MANUTENÇÃO - CMEI PROF. IVONE MALAVAZI PRÉ 19.002.12.365.0010.2.197. 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS 648 - 3.1.90.94.00.00 1.000,00 652 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 1.000,00 656 - 3,3.90,36.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 658 - 3.3.90.39.00.00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 661 - 4.4.90.52.00.00 01103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 19.002.12.365.0010.2.199 691 - 3.1.90.94.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

5.000,00 2.000,00 MANUTENÇÃO - CMEI PROF. MARLY BATISTA A. E SILVA PRÉ 693 - 3.1.91.13.00.00 01103 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 695 - 3.3.90.14.00.00 01103 DIÁRIAS - CIVIL 5.000,00 697 - 3.3.90.30.00.00 01103 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00 01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA 699 - 3.3.90.36.00.00 FÍSICA 5.000,00

01103 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 703 - 3.3.90.93.00.00 01103 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

01103 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Paco Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho aos

19 de junho de 2023, SANTA FÉ, Estado do Paraná.

## <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 039/2023-PMSF

I. OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de TECIDOS, para eventos culturais, de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender a secretaria de Educação

II. PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: dia 03 de julho de 2023, das 08h15min às, 08h45min no protocolo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé. III. REALIZAÇÃO: dia 03 de julho de 2023 às 09h00min, Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, centro. IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço Item"

Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, no Departamento de Licitações, no horário normal de expediente

Santa Fé, 19 de junho de 2023.

Pregoeiro Municipal

PRACA MILITÃO BENTO FRANCA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fé. Capital da Fotografia"

## <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 040/2023-PMSF

I. OBJETO: Registro de preços para aquisição fracionada de CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CBUQ), de acordo com as especificações dos itens detalhadas no Anexo 01 deste Edital, para atender a secretaria de Educação. II. PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE

PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: dia 04 de julho de 2023, das 08h15min às, 08h45min no protocolo do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé. III. REALIZAÇÃO: dia 04 de julho de 2023 às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, centro IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço Item"

Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, no Departamento de Licitações, no horário normal de expediente.

Santa Fé, 19 de junho de 2023.

Rodrigo Camurra Pregoeiro Municipal

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX; (44) 3247 1247 – CAIXA POSTAL; 51 – CEP 86 770.000
"Santa F.i. Canital da Fotografia"

### <u>Prefeitura Municipal de Santa Fé</u>

### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL - Nº 041/2023-PMSF

ORJETO: Contratação de empresa especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM, para os eventos esportivos do Município, de acordo com as especificações dos itens Educação.

II. PROTOCOLO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PRECO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: dia 05 de julho de 2023, das 08h15min às, 08h45min no protocolo Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé. III. REALIZAÇÃO: dia 05 de julho de 2023 às 09h00min, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Fé, situada na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, centro IV. TIPO DE JULGAMENTO: "menor preço Item"

Demais informações e cópia do Edital pelo fone: (44) 3247-1247 na Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR, no Departamento de Licitações, no horário normal de expediente

Santa Fé, 19 de junho de 2023.

Pregoeiro Municipal

PRACA MILITÃO BENTO FRANÇA, AV. PRES. KENNEDY, 717 – FONE/FAX: (44) 3247-1247 – CAIXA POSTAL: 51 – CEP 86 770-000
"Santa Fê. Capital de Fotografia"

## Prefeitura Municipal de Santa Fé

PORTARIA Nº. 19 DE 19 DE JUNHO DE 2023.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o 1303, 1321, 1336, 1338/23.

#### RESOLVE

Art. 2º - Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora Renata de Brito Soar, agente de ser cionais, referente aos periodo trabalhado de 10/12/20 a 09/12/21, sendo 10 (dez) dias de férias colido en 29/12/21 a 07/91/22, cofforme Decreto nº 28/12/1, restando 20 (vinte) dias de férias, retordis de refras trottorio. 20 etérmino em 25/06/23, determinar a mesma o pagamento da quantía equivalente a 1/3 (um terço) de fé

EVANEIDE APARECIDA COLOMBO

## Literatura Brasileira Contemporânea

Poema

Curador: Felipe Figueira

### Aos geólogos com carinho Jacilene Cruz

É pau, é pedra é o começo do caminho... Drummond encontrou uma no meio do caminho outros tropeçam nela muitos alguns, enquanto descansam, carregam.

As preciosas são vendidas a preço de ouro, as sem valor são atiradas nas vidraças. Os desavisados jogam no telhado do vizinho. E há quem, mesmo com telhado de vidro, joguem-nas pra cima. Mas os geólogos, só eles têm a pedra como sua primeira namorada... e ela é uma "rocha".



## Dia 20 de Junho: Dia do Advogado Trabalhista

No dia de hoje se comemora uma data especial para os patronos da Justiça do Trabalho. É comemorado o dia dos advogados que lutam pelo equilíbrio das relações de trabalho e emprego, o Dia do Advogado Tra-

A CLT (DL 5452/43) que estabeleceu a advocacia trabalhista como um serviço necessário para defender os direitos de empregados e empregadores em processos judiciais, foi o ponto de partida para a instituição do setor no país. Assim, essa advocacia especializada que completou 80 anos de história este ano, tem ajudado empregadores e trabalhadores a resolverem disputas trabalhistas.

Deste modo, com base nestes marcos históricos, irei abordar algumas atribuições do Advogado Trabalhista Empresarial que podem ser relevantes para as empresas.

O empresário tem consciência de que ao iniciar um negócio que conta com o apoio de trabalhadores, passa a ter direitos e obrigações, especialmente ao que concerne à legislação trabalhista. Eventualmente, a legislação trabalhista passa por alterações, seja por mudanças econômicas, avanços tecnológicos, mudanças sociais e demográficas ou pressões políticas, tendo em vista que a sociedade também está em frequente mudança sobre o que compreende por justiça.

Logo, considerando este contexto, se faz extremamente importante a participação de um Advogado Trabalhista Empresarial para que a empresa atue de acordo com padrões e critérios predeterminados pelas leis e convenções.

O Advogado Trabalhista Empresarial possui profundo conhecimento sobre a legislação trabalhista, sendo o profissional capaz de observar mudanças e informar as empresas sobre as atualizações legais pertinentes, entender e fazer cumprir todas as leis e regulamentações relevantes, além de auxiliar as empresas a evitarem processos judiciais e multas.

Estes profissionais também prestam assessoria trabalhista nos mais diversos assuntos, como políticas de recursos humanos, contratos de trabalho, regimentos internos, salários, benefícios, entre outros. Além de lidar com questões cotidianas, o advogado pode oferecer consultoria estratégica para a empresa, visando o menor risco possível, como nos casos em que há uma situação irregular na instituição, mas que o empresário quer torná-la regular.

Estes advogados auxiliam também no tratamento correto para com os funcionários, garantindo que sejam cuidados e respeitados conforme a lei. Entretanto, quando empregado e empregador não conseguem entrar em consenso sobre determinada questão trabalhista, é indispensável a atividade do advogado, que desempenha papel crucial na resolução de conflitos. Eles têm a capacidade de negociar acordos, e, se necessário, defender seus interesses em um tribunal.

A atuação dinâmica do Advogado Trabalhista Empresarial também é preventiva, ou seja, com o intuito de prevenir conflitos. O Advogado Trabalhista Empresarial reduz o chamado passivo trabalhista, em outros termos, processos e multas que as empresas podem receber em razão de condutas inapropriadas ao direito do trabalho.

Podemos citar como exemplo, os casos em que o setor de Departamento Pessoal não sabe ou não tem certeza de como proceder diante de uma conduta faltosa de um empregado. O Advogado Trabalhista Empresarial sabe exatamente como agir nestes casos, orientando estrategicamente a melhor tomada de decisão com base na legislação e na jurisprudência.

Sendo assim, a visão estratégica do Advogado Trabalhista Empresarial é fundamental na lida diária nas empresas, pois protege os interesses do empregador frente a inúmeras questões do direito trabalhista, objetivando a redução do passivo trabalhista, bem como promovendo o equilíbrio entre o ambiente de trabalho e as relações de trabalho.

> Pedro Gavioli é graduado em Direito pela Faculdade Maringá e advogado inscrito na OAB/PR 110.583 Celular/WhatsApp: (44) 98816-1095 E-mail: pgaviolis@gmail.com LinkedIn: linkedin.com/in/pedrogavioli/

A opinião do colunista não reflete, necessariamente, a do Jornal Noroeste